



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO CEARÁ – IFCE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - PROFEPT**

EDILENE RODRIGUES ARAÚJO

**O ESTUDO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ENSINO MÉDIO
INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

**FORTALEZA – CE
2020**

EDILENE RODRIGUES ARAÚJO

O ESTUDO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO À
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Solonildo Almeida da Silva
Coorientador: Prof. Dr. Sandro César Silveira Jucá

FORTALEZA – CE
2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal do Ceará - IFCE
Sistema de Bibliotecas - SIBI
Ficha catalográfica elaborada pelo SIBI/IFCE, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- A658e Araújo, Edilene Rodrigues.
O estudo da Economia Solidária no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional / Edilene Rodrigues Araújo. - 2020.
120 f. : il.
- Dissertação (Mestrado) - Instituto Federal do Ceará, Mestrado Profissional em Rede Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, Campus Fortaleza, 2020.
Orientação: Prof. Dr. Solonildo Almeida da Silva.
Coorientação: Prof. Dr. Sandro César Silveira Jucá.
1. Economia Solidária. 2. Ensino Médio Integrado. 3. Educação Popular. I. Título.

CDD 378.013

EDILENE RODRIGUES ARAÚJO

O ESTUDO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO À
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Solonildo Almeida da Silva
Coorientador: Prof. Dr. Sandro César Silveira Jucá

Aprovada em ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Solonildo Almeida da Silva (Orientador)
Instituto Federal do Ceará (IFCE)

Prof. Dr. Sandro César Silveira Jucá (Coorientador)
Instituto Federal do Ceará (IFCE)

Prof. Dr. Francisco José Alves de Aquino
Instituto Federal do Ceará (IFCE)

Prof^a. Phd. Antônia Rozimar Machado e Rocha
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Ao meu Mestre e Senhor Jesus Cristo.

Aos meus pais, Pedro Raimundo de Araújo e
Maria de Fátima Rodrigues Araújo

AGRADECIMENTOS

A Deus por permitir a realização de mais este sonho.

A minha família, especialmente minha mãe, Maria de Fátima, por todo apoio na realização de meus projetos.

Aos meus queridos amigos por serem tão presentes, e por entenderem meu distanciamento em algumas ocasiões.

Aos colegas de turma do PROFEPT, especialmente, Cleide, Erika Cristiny, Erika Fabíola e Heveline, por dividirem comigo as alegrias e aflições deste delicioso desafio de participação em um Mestrado Profissional. Suas palavras de consolo, incentivo e orientação foram muito especiais durante esse percurso.

Ao meu amigo e designer gráfico, Rômulo Lima, por contribuir, com muita doação e criatividade, na elaboração do produto educacional.

À minha amiga e Licenciada em Letras, Mariana Júlia, por realizar, com maestria, a revisão da pesquisa.

Aos participantes da pesquisa por contribuírem, mesmo diante de um momento tão singular para nossa sociedade, para a conclusão deste estudo.

Ao meu orientador, Solonildo Silva, e meu Coorientador, Sandro Jucá, pelo apoio e palavras norteadoras em diversas situações.

Aos professores membros da banca avaliadora, por aceitarem participar deste momento tão especial em minha vida, e por enriquecerem meu trabalho com suas valiosas sugestões.

Aos professores do PROFEPT / IFCE pela excelência acadêmica e pelos ricos debates em sala de aula.

“O professor diz na escola aos alunos: – ‘Estudem! Lá fora está difícil; são 20 para uma vaga’. O menino cresce pensando em estudar para derrubar 19 e conseguir a vaga. Nós também falamos isso. Mas o que deveria ser dito era: – ‘Meu filho, estude muito para se juntar com os 19 e encontrar uma saída’. Se não derrubarmos a cultura da competição, não vamos chegar em canto nenhum.”

(JOAQUIM MELO, 2003).

RESUMO

O Ensino Médio tem se caracterizado como um importante campo de disputa dos projetos de intervenção pedagógica, pois é a fase em que há uma materialização da relação entre todas as ciências e os modos de produção e de divisão social do trabalho. Nessa perspectiva, no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional essa relação entre as ciências e o mundo do trabalho está ainda mais imbricada, o que exige a promoção de políticas e metodologias pedagógicas que integrem trabalho, ciência e cultura, incentivando os modos coletivos e cooperativos. Nesse contexto, o universo da Economia Solidária pode ser considerado um importante conteúdo a ser abordado no Ensino Médio Integrado, por se tratar não apenas de uma organização alternativa à economia capitalista, mas de outro modo de vida em sociedade, no qual prevalecem princípios que incentivam o consumo ético, a produção coletiva, a administração autogestionária, o comércio justo, a educação cooperativa, o diálogo solidário, e o respeito ao meio ambiente. Diante desse escopo, a presente pesquisa teve o objetivo geral de analisar a relevância e as contribuições do estudo da Economia Solidária no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. Para isso, referenciamos-nos em autores conceituados nas áreas do Ensino Médio Integrado, como Frigotto, Ramos e Ciavatta; e da Economia Solidária, entre eles, Singer, Gadotti e Coraggio. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e descritiva. Para coleta de dados, optamos pelo levantamento bibliográfico; pelo estudo em leis e outros documentos legais relacionados à temática; e, na pesquisa de campo, pela aplicação de questionário com docentes e servidores técnico-administrativos do *campus* Fortaleza do IFCE, e com alguns participantes do movimento da Economia Solidária, buscando realizar uma prática participativa dos sujeitos para os quais a pesquisa é direcionada. Os resultados apontaram que há uma carência de material didático sobre a temática apresentada, portanto, o produto educacional elaborado nesta pesquisa será uma importante fonte de pesquisa para os profissionais da área de ensino. Ademais, mesmo com o caráter inovador do conteúdo proposto, os docentes pesquisados têm interesse em trabalhar o assunto em sala de aula, e acreditam na relevância desse estudo para os alunos do Ensino Médio Integrado.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Solidária; Ensino Médio Integrado; Educação Popular.

ABSTRACT

High school has been characterized as an important field of dispute for pedagogical intervention projects, as it is the phase in which there is a materialization of the relationship between all sciences and the modes of production and the social division of labor. In this perspective, in High School Integrated with Professional Education, this relationship between the sciences and the world of work is even more interwoven, which requires the promotion of pedagogical policies and methodologies that integrate work, science and culture, encouraging collective and cooperative modes. In this context, the universe of Solidarity Economy can be considered an important content to be addressed in Integrated High School, as it is not only an alternative organization to the capitalist economy, but another way of life in society, in which principles that encourage ethical consumption, collective production, self-managed administration, fair trade, cooperative education, solidary dialogue, and respect for the environment. Given this scope, the present research has the general objective of analyzing the relevance and contributions of the study of Solidarity Economy in High School Integrated to Professional Education. For this, we refer to renowned authors in the areas of Integrated High School, such as Frigotto, Ramos and Ciavatta; and Solidarity Economy, including Singer, Gadotti and Coraggio. It is a qualitative, bibliographic and descriptive research. For data collection, we opted for the bibliographic survey; for studying laws and other legal documents related to the topic; and, in the field research, through the application of a questionnaire with professors and technical-administrative servers of the Fortaleza campus of IFCE, and with some participants of the Solidarity Economy movement, seeking to carry out a participatory practice of the subjects to whom the research is directed. The results showed that there is a lack of didactic material on the presented theme, therefore, the educational product elaborated in this research will be an important source of research for the professionals of the teaching area. Furthermore, even with the innovative character of the proposed content, the teachers surveyed are interested in working on the subject in the classroom, and believe in the relevance of this study for students of Integrated High School.

KEYWORDS: Solidary Economy; Integrated High School; Popular Education.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Fonte de pesquisa dos docentes para elaboração das aulas	88
Quadro 2 – Forma de envolvimento dos membros da Economia Solidária, participantes da pesquisa, com o movimento	93

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Perfil profissional do grupo responsável pela validação do produto educacional	78
Gráfico 2 – Tempo em que os docentes atuam no IFCE	86
Gráfico 3 – Escolaridade dos docentes, participantes da pesquisa.....	87
Gráfico 4 – Tempo em que os membros da Economia Solidária, participantes da pesquisa, atuam no movimento	94
Gráfico 5 – Escolaridade dos membros da Economia Solidária, participantes da pesquisa	94

LISTA DE SIGLAS

ANTEAG - Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária

CCJ - Comissão de Constituição e Justiça

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CONAES - Conferência Nacional de Economia Solidária

EAF - Escolas Agrotécnicas Federais

ETF - Escolas Técnicas Federais

FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FSM - Fórum Social Mundial

GT Nacional - Grupo de Trabalho de Economia Solidária

IFs - Institutos Federais de Educação

IFCE - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

ITCPs - Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

MOBRAL - Movimento de Alfabetização de Adultos

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ONGs - Organizações não governamentais

PACs - Projetos Alternativos Comunitários

PEC - Proposta de Emenda à Constituição

PLC - Projeto de Lei da Câmara

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNES - Plenárias Nacionais de Economia Solidária

PNUD/ONU - Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas

PROEP - Programa de Expansão da Educação Profissional

PT - Partido dos Trabalhadores

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SIES - Sistema de Informação da Economia Solidária

UNISOL - União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Objetivos da pesquisa	17
1.2 Percorso Metodológico.....	17
1.3 Estrutura do trabalho	19
2 ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: CONCEITOS, DILEMAS E PERSPECTIVAS	20
2.1 Definições e princípios da Economia Solidária.....	20
2.2 Bases históricas da Economia Solidária no Brasil.....	28
3 ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO	44
3.1 Aspectos históricos e conceituais do Ensino Médio Integrado no Brasil.....	44
3.2 Educação Popular e Economia Solidária no contexto do Ensino Médio Integrado	56
4 DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO EDUCACIONAL	73
4.1 O processo de elaboração do produto educacional.....	73
4.2 Validação do produto educacional	77
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	85
5.1 Dados coletados a partir do questionário aplicado junto a docentes do IFCE	85
5.2 Dados coletados a partir do questionário aplicado junto aos participantes do movimento da Economia Solidária	92
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	102
APÊNDICE A – TRABALHOS PUBLICADOS DURANTE O MESTRADO PROFISSIONAL	107
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO COM SERVIDORES DO IFCE	108
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO APLICADO COM PARTICIPANTES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	114
APÊNDICE D – PRODUTO EDUCACIONAL.....	119

1 INTRODUÇÃO

As transformações nos âmbitos sociais, econômicos e políticos levam a educação a uma constante adaptação, não apenas às necessidades dos alunos, mas aos interesses dos governos que se alternam no poder.

Logo, educar é um grande desafio social, pois se trata de um importante instrumento que interfere, até mesmo, nas formas de estruturação da sociedade. Assim, cabe à educação contribuir para que os indivíduos acompanhem essas mudanças de uma forma crítica e consciente.

Considerando a educação sistematizada em níveis escolares, temos o ensino médio como uma das fases mais importantes para a formação dos estudantes, o que o caracteriza como um campo de disputa de projetos de intervenção pedagógica.

Essa característica é ainda mais acentuada no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, pois nessa modalidade há uma materialização da relação entre todas as ciências e os modos de produção, e a divisão social do trabalho.

Por meio da Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008, algumas alterações significativas ocorreram na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), entre elas, o capítulo relacionado à Educação Básica foi acrescido da Seção IV-A - Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio – apresentando as formas como esta modalidade pode ser ofertada no ensino médio. São elas: I - articulada com o ensino médio; ou II - subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio (BRASIL, 2008).

Sobre essas distintas formas de organização do ensino médio, Kuenzer (2009) salienta que, apesar do caráter perverso da dualidade estrutural, não seria favorável o estabelecimento de um modelo único, tendo em vista que a submissão dos desiguais a um mesmo tratamento só aumenta a desigualdade.

Em relação ao sentido de articulação da educação profissional com o ensino médio, Ramos (2014) salienta que, em seu aspecto filosófico, a integração está relacionada com a concepção de formação omnilateral, que busca integrar no currículo, na prática pedagógica e na prática escolar as dimensões fundamentais da vida.

Nesse sentido, percebemos um grande desafio para essa modalidade educacional, pois a escola não deve esperar que primeiro seja superado o modo de produção para, depois, buscar uma adaptação. É necessário trabalhar entre as contradições do capital, para que os movimentos da escola contribuam com o rompimento da dualidade na educação e, quem sabe, caminhe para a superação do capital (MOURA, 2013).

Diante do exposto, entendemos ser fundamental para a formação dos estudantes do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional um aprofundamento em aspectos econômicos, sociais e políticos, e não apenas naqueles de caráter mais técnicos.

Entre esses aspectos, ressaltamos a relevância de um debate científico cada vez mais plural, no qual sejam abordadas formas alternativas aos sistemas de produção e divisão do trabalho, e aos modos de convivência em sociedade.

Afinal, os estudantes devem ter a possibilidade, por meio de suas próprias escolhas, de combater as imposições sociais, culturais e econômicas do capitalismo. Além disso, é importante que eles possam apoiar ou, simplesmente, respeitar aqueles que procuram opções alternativas ao sistema vigente, aprendendo princípios básicos de solidariedade, cooperação, e respeito à natureza.

Nessa perspectiva, a Economia Solidária se apresenta como um importante conteúdo a ser trabalhado em sala de aula, pois busca promover, de forma coletiva, e por meio do desenvolvimento sustentável, diversas formas de trabalho. Trata-se de um movimento contrário ao modo competitivo e individualista incentivado pelo capitalismo.

No Brasil, a década de 1980 foi muito importante para a ampliação de movimentos com características de economia solidária, pois várias iniciativas com caráter social e solidário foram sendo propagados, como os projetos alternativos comunitários, de cooperação agrícola e de recuperação de empresas em regime de autogestão (BRASIL, 2010).

Assim, a origem da Economia Solidária está relacionada à luta pela autodeterminação das sociedades humanas, e ao reconhecimento do povo sobre o seu direito à vida. Essa origem se expressa diretamente com as formas utilizadas pelo homem contra a mercantilização, em favor de ações comunitárias, do bem comum e do respeito ao outro e à natureza.

Segundo o Ministério da Economia¹, a Economia Solidária está relacionada com um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é necessário para viver. Além disso, enquanto na economia convencional existe a separação entre os donos do negócio e os empregados, nos empreendimentos solidários não há essa divisão, sendo todos os trabalhadores responsáveis pela administração.

Vimos, dessa forma, que a própria estrutura da Economia Solidária faz dela um ato pedagógico. Logo, uma educação que forme na perspectiva da Economia Solidária deve ter raízes na Educação Popular, de modo a romper com as formas tradicionais de ensino, nas quais o aluno apenas recebe os conteúdos, sem a possibilidade de questionar ou interferir na realidade apresentada.

Nesse sentido, além de toda a problemática exposta, o interesse em desenvolver esta pesquisa surgiu da minha experiência profissional no Departamento de Relações Empresariais, do *campus* de Fortaleza, do Instituto Federal do Ceará (IFCE), que tem me aproximado da realidade da Economia Solidária.

Essa aproximação tem ocorrido por meio de parcerias com instituições que já tem um grande engajamento na área, como a Cáritas Brasileira. Uma das primeiras ações desenvolvidas com essas parcerias foi a elaboração de um curso de extensão em Economia Solidária, oferecido de agosto a novembro de 2019, com mais de 170 inscritos.

Ademais, no início do ano de 2019 houve o lançamento de um edital para formação da Comissão de Empreendedorismo e Economia Social no *campus* de Fortaleza/IFCE, com o objetivo de fomentar e disseminar, não apenas o empreendedorismo tradicional, mas a cultura solidária, na instituição.

A comissão é composta, atualmente, por 11 servidores, entre docentes e técnico-administrativos, que buscam aprofundamento nas questões relacionadas à economia social e solidária. Desse modo, é possível perceber o interesse do Departamento de Relações Empresariais em aproximar o *campus* de Fortaleza/IFCE com esta temática tão pertinente.

Ante o exposto, ressaltamos a relevância da presente pesquisa, sobretudo tentar responder algumas indagações pessoais, acadêmicas e sociais sobre os aspectos pedagógicos da Economia Solidária, e sobre a relevância do estudo dessa temática no Ensino Médio

¹ Fonte: <http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria> Acesso em 13 mai. 2020.

Integrado à Educação Profissional, trazer a possibilidade de contribuir tanto com os educadores interessados na temática, quanto com o público em geral, bem como impulsionar novas pesquisas nesse âmbito.

1.1 Objetivos da pesquisa

Com base nas argumentações até aqui apresentadas, as questões que nortearam esta pesquisa foram: há espaço para o ensino da Economia Solidária no contexto do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional? Quais aspectos da Economia Solidária são mais relevantes para o seu estudo em sala de aula? Como contribuir para o ensino da Economia Solidária no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional?

Assim, diante do contexto exposto, e dos questionamentos acima mencionados, a presente pesquisa tem o objetivo geral de analisar a relevância e as contribuições do estudo da Economia Solidária no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

De forma mais específica, objetivamos:

1. Sintetizar aspectos conceituais e históricos acerca da Economia Solidária e do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Brasil;
2. Elaborar um *e-book* relacionado ao estudo da Economia Solidária, para orientar o docente do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional que tenha interesse em abordar a temática com os discentes;
3. Avaliar, com a colaboração de docentes do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, o *e-book* produzido, para a utilização do material em sala de aula.

1.2 Percurso Metodológico

Em relação à metodologia aplicada para a realização da pesquisa, iniciamos com um estudo bibliográfico, fundamentando-se em autores conceituados nas áreas do Ensino Médio Integrado, como Frigotto, Ramos, Kuenzer e Ciavatta; e da Economia Solidária, entre eles, Singer, Gadotti e Coraggio.

Esse estudo buscou um aprofundamento sobre as bases históricas, conceituais e políticas da Economia Solidária no Brasil; sobre os desafios e perspectivas do Ensino Médio

Integrado à Educação Profissional; e sobre as contribuições da Educação Popular nos processos metodológicos e didáticos da Economia Solidária. Essas seriam, portanto, as categorias teóricas que embasam esta pesquisa.

Ademais, referenciamos-nos em leis e outros documentos legais relacionados à temática exposta, tais como os relatórios finais do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, das Conferências Nacionais de Economia Solidária, do 1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019), dentre outros.

Esse levantamento bibliográfico e documental ocorreu de forma contínua no decorrer de toda a pesquisa, pois foi imprescindível conhecer o que outros autores já pesquisaram sobre o objeto estudado, e quais os aspectos legais que regem o movimento da Economia Solidária no Brasil.

Além desse estudo bibliográfico e documental, foi utilizado, na pesquisa de campo, um questionário eletrônico para coleta de dados e validação do produto educacional elaborado. Esse instrumento de pesquisa foi respondido com o consentimento livre e esclarecido dos participantes. Ademais, informamos que, no início do desenvolvimento deste trabalho, ele foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa, do Instituto Federal do Ceará.

O produto educacional construído nesta pesquisa se trata de um *e-book*, o qual aborda os principais conceitos da Economia Solidária, como forma de aproximação com o universo da sala de aula do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

O material percebe a temática da Economia Solidária como uma prática pedagógica, versando, principalmente, sobre a importância dos princípios da solidariedade e da autogestão na formação dos alunos do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

Assim, o *e-book* é direcionado a todos os docentes, especialmente àqueles que ministram disciplinas das áreas de Ciências Humanas e Sociais no Ensino Médio Integrado, ou para quaisquer outros interessados no assunto, seja na educação formal ou informal, pois percebemos que há uma carência de material dessa natureza com a temática abordada.

Então, após a sistematização inicial do produto educacional, ele foi enviado junto com um questionário, o qual foi elaborado por meio da ferramenta Google Forms, para um grupo de 11 (onze) profissionais, sendo eles 5 (cinco) docentes e 2 (dois) técnico-administrativos (1 pedagogo e 1 bibliotecário) do *campus* Fortaleza, do Instituto Federal do Ceará (IFCE), e para

mais 4 (quatro) profissionais que têm envolvimento com a Economia Solidária no estado do Ceará.

Dessa forma, a pesquisa empírica permitiu que o produto educacional fosse elaborado em parceria com os sujeitos da pesquisa, em consonância com os aspectos colaborativos incentivados pela Economia Solidária.

Além disso, foi fundamental o olhar dos membros já atuantes no movimento da Economia Solidária, para que a validação do produto educacional ocorresse de acordo com a realidade enfrentada por eles, de modo que o e-book venha a atender não apenas aos docentes, mas a todos os interessados na temática.

1.3 Estrutura do trabalho

Esta dissertação está estruturada em quatro capítulos, sendo o primeiro relativo à introdução, e os demais relacionados ao referencial teórico da pesquisa, à apresentação e à validação do produto educacional, aos resultados e discussões, e às considerações finais.

Assim, o capítulo 2 (dois) apresenta uma breve revisão histórica e conceitual sobre o processo de implantação da Economia Solidária no Brasil, e mostra os conceitos e princípios que regem esse movimento.

O capítulo 3 (três) trata de aspectos históricos do Ensino Médio Integrado no Brasil; além de análises sobre os atos pedagógicos da Economia Solidária, fazendo uma ligação com os preceitos da Educação Popular e percebendo suas contribuições para a formação dos estudantes do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

No quarto capítulo é detalhado como ocorreu o desenvolvimento do produto educacional no decorrer desta pesquisa, apresentando a descrição do material; quais os seus objetivos; a quem ele se destina; e como foi realizada sua validação.

Por fim, o quinto capítulo apresenta os dados obtidos com o estudo empírico, mostrando as análises e resultados da pesquisa desenvolvida com servidores do *campus* de Fortaleza do IFCE, e com participantes do movimento da Economia Solidária no Estado do Ceará, buscando responder às questões levantadas e atingir os objetivos propostos.

2 ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: CONCEITOS, DILEMAS E PERSPECTIVAS

O capitalismo é o sistema dominante em nossas relações econômicas e sociais, e, por consequência, somos levados a considerá-lo como o “normal” e “natural”. Assim, os comportamentos por ele incentivados são estimulados em todas as esferas, como, por exemplo, na competição pelo espaço para venda de produtos, pela vaga na universidade ou no emprego. Ou seja, para o capital, a pessoa que ganha em uma área está sempre em vantagem para as competições futuras, enquanto que os perdedores tendem a ficar sempre para trás.

Nessa perspectiva, podemos entender por que o capitalismo produz essa crescente desigualdade, gerando uma verdadeira polarização entre ganhadores e perdedores. Afinal, enquanto aqueles que estão em vantagem conseguem acumular capital para avançar em suas carreiras, os que estão em posição inferior acumulam dívidas que devem pagar com juros enormes, ocasionando pouca ou nenhuma oportunidade de emprego (SINGER, 2002).

Dessa forma, para que essa competição não fosse incentivada, ou seja, que a sociedade vivesse em uma perspectiva mais igualitária, com mais oportunidades e justiça para todos, seria necessária outra economia, na qual as noções de democracia e solidariedade fossem prioritárias, o que significa dizer que haveria mais cooperação em vez de competição.

Nesse sentido, abordaremos neste capítulo o processo histórico de implantação de uma economia solidária no Brasil, e os conceitos e princípios que regem esse movimento. Buscamos apresentar, também, os desafios enfrentados pelos empreendimentos econômicos solidários por falta de políticas públicas mais efetivas na área; as possibilidades de atuação dos trabalhadores; e a aproximação da população, em geral, com essa filosofia de vida, que é a Economia Solidária.

2.1 Definições e princípios da Economia Solidária

Vivemos em uma sociedade em que há a predominância significativa do sistema capitalista, que objetiva, acima de tudo, o lucro do proprietário dos meios de produção. Quando se fala de sistemas econômicos, o termo economia é lembrado como sinônimo de dinheiro, comércio e consumo (LIMA, 2016).

Todavia, ao resgatarmos a origem da palavra, vemos que ela é formada pelas palavras *oikos* (casa) e *nomos* (costume ou lei). Portanto, o seu verdadeiro significado está mais relacionado com as regras para o cuidado com a casa, com o ambiente onde vivemos. Logo, economia deve ser entendida como o conjunto de atividades ou de relações entre as necessidades das pessoas e os recursos disponíveis para atendê-las (LIMA, 2016).

Assim, na contramão das características do capitalismo, e com mais proximidade do verdadeiro significado da palavra economia, a “[...] economia solidária expressa formas de organização econômica – de produção, prestação de serviços, comercialização, finanças e consumo – baseadas no trabalho associado, na autogestão, na propriedade coletiva dos meios de produção, na cooperação e na solidariedade.” (BRASIL, 2015, p. 6).

Arruda (2004) contribui com esse debate ao definir a economia solidária como um sistema socioeconômico aberto, no qual há valores como cooperação, partilha, reciprocidade e solidariedade, organizado por meio da autogestão, considerando as necessidades e desejos dos sujeitos envolvidos, e objetivando a emancipação da capacidade cognitiva e criativa das pessoas, de modo que se torne viável e sustentável seu próprio desenvolvimento humano e social.

De modo sucinto, pode-se afirmar que a economia solidária trata-se de uma forma organizada de atividades econômicas que busca gerar trabalho e renda por meio da produção e comércio de bens e serviços, tendo a autogestão como princípio administrativo (MARTINS, 2016).

Dessa forma, tem-se na economia solidária um projeto concreto, no qual os mercados são justos, as potencialidades das pessoas são valorizadas e a liberdade se destaca. Nessa vertente, as atividades econômicas de produção, serviços, comercialização, finanças e consumo estão baseados na democracia e na cooperação (LIMA, 2016).

Além disso, a economia solidária incentiva o consumo de produtos locais e saudáveis que tenham um baixo impacto no meio ambiente, como na pouca produção de lixo, ou que não sejam transgênicos, por exemplo, e que não beneficiem apenas as grandes empresas (LIMA, 2016).

Considerando apenas os termos econômicos, são características da economia solidária: o consumo ético; a produção autogestionária; a gestão coletiva; o comércio justo; o crédito cooperativo; a educação cooperativa; e a comunicação dialógica (CORAGGIO, 2003).

Nessa perspectiva, a obra de SCHUTZ (2017) apresenta essas características e destaca outras. São elas: *a decisão coletiva*, pois quem toma as decisões sobre a forma de conduzir o negócio é o coletivo e não uma única pessoa; *os produtos sustentáveis*, ou seja, a escolha do produto tem que respeitar os direitos de todas as pessoas, e não só de quem vai consumir; *o processo produtivo*, que esse seja montado de forma coletiva, garantindo que as tarefas sejam executadas com qualidade e com respeito; *a montagem do preço*, pois este deve ser resultado dos custos necessários para a produção, comercialização, circulação e pós-venda, sempre com transparência e responsabilidade social; *a remuneração do trabalho*, pois o valor do trabalho de cada pessoa deve ser discutido de forma transparente e coletiva, e não apenas visando o lucro do dono; e *os valores solidários*, que têm na defesa da vida seu maior bem, afinal, a razão social daquele empreendimento é o que deve prevalecer, para que seu papel seja cumprido de forma harmoniosa e solidária.

Logo, depreende-se a economia solidária não apenas como uma forma de se fazer economia, mas como uma alternativa às relações sociais, culturais e políticas disseminadas pelo capital. Afinal, é momento de refletirmos sobre o que queremos, podemos e devemos produzir e consumir, qual modelo de gestão utilizar, e como nos relacionar com o nosso próximo e com a natureza, para que possamos ter uma perspectiva mais sustentável e humana.

Assim, ela pode ser considerada um verdadeiro movimento social, que defende uma mudança positiva na sociedade, de modo que o desenvolvimento seja construído pela própria população e não pelas grandes empresas.

Diante do exposto, percebemos que a economia solidária é regida por um conjunto de princípios que tem um potencial transformador da realidade social, sendo o ser humano o centro desse processo. Entre esses princípios estão a autogestão, a solidariedade, a cooperação, o respeito à natureza, o comércio justo, o consumo solidário, e a democracia.

Nesse meio destacamos a solidariedade como algo que, desde sua origem histórica, esteve relacionada com a noção de economia, como afirma Arruda (2004). De acordo com o autor, a noção de solidariedade surgiu na história da economia reagindo à cultura do egoísmo, do individualismo, e da ficção do *homo oeconomicus*.

O vocábulo tinha seu uso difundido na linguagem jurídica e significava responsabilidade comum. No século XIX, o termo foi transposto para a filosofia social, sendo desenvolvido por autores como E. Durkheim e M. Scheler, os quais definiam a solidariedade como a relação moralmente qualificada e essencial do indivíduo com a comunidade (ARRUDA, 2004).

Etimologicamente, a palavra solidariedade está relacionada com a ligação indissociável entre elementos de um mesmo organismo ou sistema. Assim, enquanto seres da mesma espécie, que habitam o mesmo planeta, os humanos são irmãos filéticos e naturalmente solidários. Todavia, esse sentido ontológico da solidariedade não tem sido suficiente para torná-la predominante em nosso planeta, nem entre os homens, nem entre os homens e a natureza (ARRUDA, 2004).

Desse modo, é necessário que ocorra um trabalho cultural e consciente para fazer emergir essa solidariedade entre as pessoas. Trata-se de um desafio e uma escolha de cada sujeito em cada momento de sua existência. Logo, somente uma economia na perspectiva solidária pode satisfazer as necessidades e os desejos dos seres solidários que somos (ARRUDA, 2004).

O princípio da solidariedade leva a valores como a partilha, a reciprocidade e a comunicação dialógica para a construção de ideais que respeitem a diversidade. Assim, ser solidário, conscientemente, vai muito além de cumprir obrigações com a sociedade, é estar em um estilo de vida em que há um acolhimento do outro por ele ser diferente e, portanto, complementar a si mesmo. Dessa forma, a solidariedade envolve reconhecer, acolher e respeitar o outro como parte intrínseca do mundo de cada pessoa (ARRUDA, 2004).

Além da solidariedade, outro princípio que se destaca na economia solidária é a forma como as empresas são administradas, ou seja, a autogestão. Esse princípio é contrário à heterogestão, onde ocorre uma administração hierárquica, formada por diversos níveis de autoridade, entre os quais as consultas fluem de baixo para cima e as ordens de cima para baixo (SINGER, 2002).

Na empresa solidária, há uma administração democrática, autogestionária. Singer (2002) explica que em empresas menores todas as decisões são tomadas em assembleias, mas em empresas maiores, onde seria difícil organizar uma discussão significativa entre muitas pessoas, há uma eleição de delegados por departamento, os quais se reúnem para deliberar em

nome de todos. Dessa forma, as decisões de rotina são de responsabilidade dos encarregados e gerentes, escolhidos pelos sócios ou por uma diretoria eleita pelos sócios.

Sendo assim, mesmo que haja a hierarquia de coordenadores, encarregados ou gestores nos empreendimentos solidários, as ordens e instruções ocorrem de baixo para cima e as demandas e informações de cima para baixo, sendo o oposto do que ocorre nas empresas capitalistas (SINGER, 2002).

Desse modo, a autoridade maior nas empresas autogestionárias é a assembléia de todos os sócios, a qual deve adotar as diretrizes do empreendimento. Portanto, a autogestão revela uma maior obrigação por parte dos trabalhadores, pois estes precisam, além de cumprir suas tarefas do cargo, estar atentos com os problemas gerais da empresa (SINGER, 2002).

Diante desse contexto, é possível supor que uma das grandes dificuldades da autogestão está relacionada com a possível falta de formação democrática dos seus sócios, como elucida o autor Singer (2002). Todavia, a própria dinâmica da autogestão é um importante projeto formativo, capaz de proporcionar o desenvolvimento humano aos seus praticantes.

Assim, a autogestão permite educar e conscientizar o seu associado, tornando-o mais realizado, autoconfiante e seguro. Contudo, na maioria dos casos, as pessoas procuram esse tipo de empreendimento não por suas características de um modo de produção alternativo ao capitalista, mas para se reinserir na produção social e fugir da pobreza (SINGER, 2002).

Dessa forma, corroboramos com Singer (2002) quando o autor explica que tanto a autogestão como a heterogestão apresentam vantagens e dificuldades. Não cabe discutir qual seria a melhor ou mais eficiente, pois elas servem a fins diferentes. Afinal, enquanto que a heterogestão atende ao interesse dos seus líderes de compor uma empresa competitiva e lucrativa, a autogestão busca ser eficiente para atingir os objetivos daqueles que procuram não só um negócio economicamente produtivo, mas também que trabalhe a democracia de forma efetiva.

Sendo assim, mesmo sabendo que se está imerso na lógica do sistema capitalista, os empreendimentos de trabalho autogestionário pressupõem um conjunto de ações de caráter associativo e solidário, que buscam, primeiramente, a satisfação das necessidades humanas e a luta por liberdade e autonomia.

Desse modo, seus participantes não são simples executores de tarefas pré-determinadas, mas se desafiam como criadores de todo o processo de produção e controle dos resultados, o que exige conhecimento técnico e a definição de um projeto político.

Nessa perspectiva, Dias (2017) salienta que a autogestão não é apenas uma forma de administrar um empreendimento solidário, mas se trata da histórica luta dos trabalhadores pelo desenvolvimento da liberdade, da democracia e da solidariedade.

A autogestão está relacionada com a construção de novos formatos culturais e sociais nas relações dos seus integrantes, pois exige a autonomia do indivíduo na sua relação com o outro e o fim da aceitação da desigualdade como algo natural (DIAS, 2017).

Diante das leituras até aqui expostas, vimos que a autogestão, como forma democrática na economia, é bastante apontada como característica definidora da economia solidária. Todavia, Lisboa (2006) aponta que a autogestão não pode ser estendida a todas as esferas do trabalho, portanto, em alguns setores seria viável a utilização da heterogestão.

Afinal, existe um leque de atividades econômicas nas quais não se pode realizar plenamente os princípios da autogestão, como nos aeroportos, nos portos, nas forças policiais e militares, nos tribunais, em uma central hidrelétrica, em uma usina siderúrgica, entre outras (LISBOA, 2006).

Contudo, mesmo essas atividades agindo pelo viés competitivo, elas podem e devem ser guiadas sem a busca da maximização do lucro, promovendo coesão social, de modo a possibilitar a inserção de pessoas menos favorecidas. Além disso, essas ações podem ser sustentáveis, respeitando a diversidade de culturas, a dinâmica da territorialização, do desenvolvimento local e da dimensão de gênero (LISBOA, 2006).

Dessa forma, ainda na visão de Lisboa (2006), essas atividades também poderiam ser vistas como de economia solidária, pois apresentam a solidariedade como condição necessária e suficiente para constituir o campo econômico solidário.

Afinal, mesmo as atividades autogeridas não podem escapar de serem possuídas pela lógica do capital. Essa seria uma grande lição histórica do movimento cooperativista. Desse modo, a força e o diferencial de um empreendimento econômico solidário não estariam na autogestão, mas na solidariedade (LISBOA, 2006).

Dessa maneira, quando uma empresa não busca a maximização do lucro a todo custo e, ao contrário, abre mão dessa possibilidade em função da perspectiva social e ecológica, esse empreendimento já está tendo uma postura mais voltada para a economia solidária. Caso contrário, o capitalismo ainda estaria se reproduzindo no interior das atividades, como aconteceu com o cooperativismo que, em muitos casos, age com base na auto-exploração (LISBOA, 2006).

Nessa perspectiva, Amorim et. al. (2016) orientam que

À medida que os membros de empreendimentos econômicos aprendem os conhecimentos específicos para produzir os bens materiais para sua sobrevivência, aprendem também os valores, os comportamentos que são necessários para o estabelecimento de determinadas relações de produção. Mas esse caminho da autogestão é sempre cheio de contradições, pois nenhuma economia se torna solidária porque as pessoas individualmente tornam-se boas ou generosas. A solidariedade real acontece à medida que esta se incorpora na própria organização do trabalho. E para isso não basta idealizar como deveria ser uma Economia Solidária. É preciso aprender a construí-la, materializando-a no dia a dia da produção (AMORIM et. al., 2016, p. 23).

Nesse contexto, o 1º Plano Nacional de Economia Solidária orienta quais são os tipos de empreendimentos econômicos em que mais se encontram características da economia solidária, como por exemplo: cooperativas, associações, empresas recuperadas por trabalhadores em regime de autogestão, grupos solidários informais, redes de cooperação em cadeias produtivas e arranjos econômicos locais ou setoriais, bancos comunitários de desenvolvimento, fundos rotativos etc. (BRASIL, 2015).

Assim, o que determina se o empreendimento pode ser inserido na vertente da economia solidária é a sua centralização na valorização do ser humano e não do capital, caracterizando-se pela igualdade, seja ela econômica, social ou de gênero. Essa prática é considerada uma estratégia socioeconômica que possibilita um desenvolvimento local e territorial sustentável, capaz de promover coesão social e preservação da sabedoria popular.

Além dos já citados, fazem parte do grupo dos empreendimentos econômicos solidários os agricultores familiares; os bancos comunitários; os fundos solidários e rotativos de crédito; os clubes e grupos de trocas solidárias (com ou sem o uso de moeda social, ou moeda comunitária); as ecovilas; as redes e articulações de comercialização e de cadeias produtivas solidárias; as lojas de comércio justo; as agências de turismo solidário; entre outras (LIMA, 2016).

É importante destacar, como bem salienta Silva (2018), que não se deve confundir as atividades desenvolvidas pelas associações sem fins lucrativos ou filantrópicas com os empreendimentos solidários, pois o “terceiro setor” não tem intenção de gerar renda para os seus sócios.

Mesmo assim, as organizações não governamentais (ONGs) podem ser consideradas agentes da economia solidária, pois, em muitos casos, prestam serviço de assessoramento às empresas solidárias, tornando-se pontos de referência para o sucesso desses empreendimentos.

Nesse sentido, depreendemos que o mais importante nesse contexto é não aceitar como natural o espírito competitivo e a desigualdade tão difundidos pelo capital. O ser humano tem como ontológico ao seu ser a solidariedade, e a forma como são organizados os modos de produção é que determina essa desigualdade e a competição generalizada.

Por isso, a economia solidária é uma oportunidade de não reproduzir a divisão social de classes - classe dos proprietários do capital e classe dos que precisam vender a sua força de trabalho - pois essa divisão gera “naturalmente” a competição e a desigualdade.

Infelizmente, nem todos os empreendimentos que se intitulam como econômicos solidários apresentam todas as características acima elucidadas, e essa falha ocorre, principalmente, pela dificuldade de romper com os ideais do capitalismo, que tão fortemente tem marcado nossas relações econômicas, sociais e culturais.

Nesse sentido, entendemos que a educação pode contribuir por meio de uma formação em uma perspectiva mais solidária, disseminando, especialmente entre os mais jovens, os princípios éticos que regem a economia solidária. Afinal, sabemos que não há a possibilidade de isolar a economia solidária da capitalista, mas, se não buscarmos a prática no dia-a-dia de outra forma de economia, tampouco ajudaremos a criar outra forma de se viver em sociedade.

A economia solidária é reconhecida não apenas como uma forma de produção, mas um modo de vida, no qual os seus participantes veem as pessoas sob outra ótica que não a de competição, tão incentivada pelo capital. Os participantes desse processo produtivo decidem suas ações juntos, proporcionando muito além de ganhos materiais, e gerando mudanças na forma de concepção do projeto societário vigente. Por isso, é fundamental que a educação faça parte desse processo, por meio da difusão desses conceitos e entendimentos, de modo a contribuir para uma formação mais justa, crítica e igualitária.

2.2 Bases históricas da Economia Solidária no Brasil

A categoria central desta pesquisa é o estudo da economia solidária como ato pedagógico. De forma mais precisa, pretendemos apresentar e discutir alguns aspectos dessa forma alternativa à economia tradicional capitalista, propondo a disseminação de seus princípios nas salas de aulas do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

Para isso, entendemos ser primordial conhecer as origens da Economia Solidária, não com a intenção de se aprofundar nos aspectos históricos, mas para identificar os caminhos já percorridos, de modo a compreender que não se trata de uma luta utópica, mas de um verdadeiro estilo de vida já consolidado, que defende o coletivo e os ideais da solidariedade e da autogestão.

Nessa perspectiva, Gadotti (2009) afirma que a Economia Solidária é muito anterior ao capitalismo. No decorrer da Idade Média, foram desenvolvidas diversas experiências de uma economia com valores mais sociais e solidários, todavia, o poder da Igreja sempre defendeu a propriedade privada.

O autor destaca, ainda, que Platão, em sua obra *A República*, procurava exaltar os valores da vida comunitária e o desaparecimento da propriedade privada, mas esse ideal societário sofreu uma forte oposição por parte dos intelectuais e governantes da época.

Outros autores já associam o início da economia solidária com o capitalismo industrial. Nessa vertente, esse formato econômico teria surgido em resposta ao empobrecimento dos artesãos, que foi provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção, com o fim do feudalismo. Assim, de acordo com Singer (2002), essa é considerada a origem histórica da economia solidária, a qual foi denominada por ele de “cooperativismo revolucionário”.

Ainda nesse contexto, o documento base da 2ª Conferência Nacional de Economia Solidária (BRASIL, 2010) traz a informação de que no início do século XIX, durante a revolução industrial europeia, a economia solidária era percebida nas lutas dos trabalhadores, quando esses se reuniam em cooperativas e outras modalidades de associativismo, como alternativas autogestionárias de resistência ao modelo capitalista.

Nessa conjuntura, Martins (2016) explica que os primeiros sinais mais concretos de uma economia com as características da que hoje denominamos de Economia Solidária surgiram no século XIX, na cidade de Rochdale, na Inglaterra. Na época, um grupo de 27 operários e uma operária que estavam desempregados resolveu montar uma cooperativa de consumo, na qual a ideia principal era que os entes cooperados pudessem adquirir produtos com preços menores que o de mercado.

Assim, no dia 21 de dezembro de 1844, foi aberta uma loja para venda, inicialmente, de açúcar, farinha de aveia, manteiga e velas. O diferencial do empreendimento era o emprego de alguns princípios, como o conceito de porta aberta, que garantia a liberdade de ingresso e saída do associado; e a participação econômica dos sócios, ou seja, todos os que lá trabalhavam tinham posse dos meios de produção. Esses princípios são adotados até hoje pela Aliança Cooperativa Internacional, mas muitos outros já foram incorporados em diversas reuniões mundiais (MARTINS, 2016).

Arruda (2004) corrobora com a ideia de que esse tipo de economia, fundada na solidariedade e na partilha social da riqueza, surgiu no meio do século XIX, emergindo das próprias contradições do capitalismo industrial. Segundo o autor, a economia solidária aparece com a união dos trabalhadores explorados e alienados, como forma de organizar a produção a serviço do atendimento de suas necessidades, e não apenas para servir ao lucro, como é a base econômica do capital.

Percebemos, desse modo, que não se pode apresentar com exatidão um marco inaugural para a economia solidária, pois ela já estava presente nas sociedades mais antigas, mesmo que não com a nomenclatura com a qual é conhecida atualmente. Todavia, as experiências de reunião dos trabalhadores em cooperativas, no início do século XIX, são as formas mais próximas do que vivenciamos hoje como economia solidária.

Desse modo, considerando os estímulos que impulsionaram à criação e ao desenvolvimento da economia solidária na Europa do século XIX, podemos observar a sua estreita ligação com as lutas operárias contra o capitalismo. Não se trataram de medidas isoladas, mas de estruturas sólidas e bem organizadas por parte dos trabalhadores, que não aceitavam as condições de exploração com que eram tratados na revolução industrial.

A literatura traz dados de que, durante boa parte do século XX, houve um ofuscamento dessas formas alternativas de economia, contudo, o fazer solidário vem retomando seu

crescimento e grandes experiências ganham força no mundo todo. Um dos grandes diferenciais da economia solidária está justamente na sua origem relacionada a lutas históricas, que apresentam bases sólidas com uma pluralidade de formas de expressão e de poder para se reinventar (BRASIL, 2010).

Durante metade da década de 1970, o sistema capitalista passou por uma grande crise, devido à desregulamentação dos mercados, ao amplo processo de reestruturação das empresas, à flexibilização do trabalho, e a baixas taxas de crescimento econômico. Com isso, o desemprego foi ampliado, bem como o número de novos tipos de ocupação precária, gerando altos índices de pobreza e desigualdade (LIMA, 2016).

Nesse contexto, Singer (2002) afirma que, nas décadas seguintes a esse período de crise, uma expressiva parte da produção industrial mundial acabou sendo transferida para países onde não havia conquistas do movimento operário. Assim, ocorreu a desindustrialização dos países centrais e mesmo de países semi desenvolvidos como o Brasil, eliminando milhões de postos de trabalho formal. Por consequência, os sindicatos sofreram pela perda de grande parte de sua base social e por não conseguirem ampliar os direitos da classe trabalhadora.

Nessa época, começa a ser configurado o conceito de economia solidária na América Latina, e muitos teóricos defendem que esse termo tem sua origem em uma publicação de 1993, do sociólogo chileno Luís Razeto, quando este se referiu a uma “economia de solidariedade” como uma teoria relacionada a alguns conjuntos significativos de experiências econômicas (BERTUCCI, 2010a; e CUNHA, 2012 *apud* SILVA, 2018).

No Brasil, a partir da década de 1980, houve um processo de ampliação de movimentos com características de economia solidária. Nesse período, surgiram várias iniciativas com caráter social e solidário, como os projetos alternativos comunitários, de cooperação agrícola e de recuperação de empresas em regime de autogestão (BRASIL, 2010).

Sobre o cooperativismo no Brasil, Singer (2002) afirma que esse tipo de empreendimento iniciou no país no começo do século XX, trazido pelos imigrantes europeus. Inicialmente, era comum que nas cidades ficassem as cooperativas de consumo, enquanto que no campo prevaleciam as cooperativas agrícolas. De uma forma geral, as cooperativas de consumo serviam para proteger os trabalhadores dos rigores da escassez de determinados produtos.

Atualmente, a maioria desse tipo de cooperativa já foi fechada devido à conquista de mercado por parte dos hipermercados. Já em relação às cooperativas agrícolas, houve uma expansão significativa, sendo que algumas conseguiram, inclusive, se tornar grandes empreendimentos agroindustriais e comerciais (SINGER, 2002).

É importante destacar que, apesar de serem cooperativas, esses empreendimentos não fazem parte da rede de Economia Solidária, pois não eram autogestionárias, e a sua direção e as pessoas que as operam são assalariadas (SINGER, 2002).

Durante os anos 80, a Cáritas Brasileira, entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), financiou milhares de pequenos projetos, conhecidos como Projetos Alternativos Comunitários (PACs). Uma parte deles objetivava gerar trabalho e renda, de forma associada, para moradores das periferias das cidades e do campo, e se tornaram empreendimentos solidários. Alguns continuaram necessitando de ajuda da Cáritas, mas outros se tornaram independentes, por meio da venda de sua produção no mercado. Existem PACS atuando, por exemplo, em assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (SINGER, 2002).

Ainda segundo Singer (2002), outra forma que se destacou, no Brasil, de iniciar um empreendimento solidário foi a tomada por parte dos trabalhadores de empresas falidas ou próximas de falir, de modo que as “ressuscitassem” como cooperativas autogestionárias. Essa alternativa permite que os trabalhadores preservem seus postos de trabalho, se tornando seus próprios patrões.

O autor cita o exemplo da falência da empresa calçadista Makerli, de Franca (SP), que possibilitou a criação da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), a qual, em 2002, possuía mais de uma centena de cooperativas filiadas. Outra entidade que tem o objetivo de apoiar à transformação de empresas em crise em cooperativas de seus trabalhadores é a União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo (UNISOL).

Em relação ao conceito de economia solidária, bem como o início do desenvolvimento de políticas públicas para esse movimento no Brasil, o professor Paul Singer relata, conforme sua biografia disponível em seu *site*², que a primeira intenção formal em propagar esse ideal

² Fonte: <http://paulsinger.com.br/biografia/> - Acesso em 20 Abr. 2020.

surgiu quando Luiza Erundina, do Partido dos Trabalhadores (PT), concorreu às eleições para governar o estado de São Paulo, em 1996, e ele participou do comitê de campanha da candidata, ficando impressionado com o grande número de desempregados naquele estado.

Foi, então, que o professor concebeu uma proposta que buscava reintroduzir coletivamente esses desempregados na produção, tendo como inspiração a primeira cooperativa criada em 1844 em Rochdale – uma cidade da Inglaterra afetada pela Revolução Industrial, como já explicitado anteriormente. Dessa forma, a Economia Solidária chegava de forma mais firme no Brasil pelo mesmo motivo que havia surgido na Inglaterra: a crise social e econômica (SANTOS E NASCIMENTO, 2018).

A proposta de Paul Singer consistia em organizar os trabalhadores desempregados em cooperativas. Assim, por meio de um cadastro geral, iria discutir com eles as condições para a organização das cooperativas ou não. Além disso, o professor acreditava ser importante a criação de uma moeda social, pois com a falta de recurso não seria possível viabilizar essa outra forma de economia (SANTOS E NASCIMENTO, 2018).

Essa proposta de Singer foi aprovada de imediato e contemplada no programa de governo do PT. Ao final da reunião de apresentação da ideia, o então candidato a vice-prefeito ao lado de Erundina, Aloísio Mercadante, questionou sobre como seria chamado o projeto, e sugeriu o nome Economia Solidária, que acabou sendo adotado por Singer (SANTOS E NASCIMENTO, 2018).

A candidata do PT não ganhou as eleições para governar o estado de São Paulo, portanto, Singer não pode implementar sua proposta naquele ano. Todavia, conforme Santos e Nascimento (2018), Singer escreveu um artigo, que foi publicado em julho de 1996, no jornal Folha de São Paulo, intitulado “Economia solidária contra o desemprego”, apresentando as ideias já registradas em campanha.

Esse estudo foi de grande relevância para a disseminação da economia solidária no país, pois aproximou outros projetos de economia com a mesma característica daquele proposto pelo autor. Assim, ele recebeu inúmeras mensagens afirmando que aquela ideia, chamada por ele de economia solidária, já era realidade em diversos locais, inclusive nos Estados Unidos (SANTOS E NASCIMENTO, 2018).

Além disso, alguns eventos da década de 90 contribuíram para que a economia solidária ganhasse mais notoriedade no Brasil. São eles: uma mesa redonda durante o 7º Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Sociologia, em 1995, com o tema “Formas de Combate e de Resistência à Pobreza”; o III Encontro Nacional da ANTEAG, que ocorreu em São Paulo, em 1996; a Conferência sobre Globalização e Cidadania, organizada pelo Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (PNUD/ONU), em dezembro de 1996; e o seminário “Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia”, realizado na Universidade Católica de Salvador, em 1999 (SILVA, 2018)

Acreditamos na relevância dessas ações para que o conceito de Economia Solidária ganhasse maior densidade teórica e inserção no debate social brasileiro. Afinal, após esses eventos, a temática passou a ser reconhecida como um novo conceito a ser problematizado cientificamente, despertando o interesse de um grupo relevante de pesquisadores.

Ademais, Silva (2018) salienta que os eventos supracitados permitiram que algumas organizações sociais e de pesquisa tivessem um instrumental conceitual mais ou menos comum, fornecendo uma maior densidade organizacional em volta do campo da economia solidária no Brasil.

Dessa forma, alguns nomes foram se destacando nesse cenário, entre eles o do autor Paul Singer, que foi se tornando referência nos estudos sobre economia solidária, e no desenvolvimento de novos projetos. O estudioso se tornou conhecido na área por realizar grandes diálogos e ações, as quais foram fundamentais para o futuro desse tipo de economia em nosso país.

Ainda na década de 1990 surgiram os primeiros empreendimentos incubados por entidades universitárias, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs). Trata-se de ações multidisciplinares, integradas por professores, alunos de graduação e pós-graduação e funcionários, pertencentes às mais diferentes áreas do saber, os quais dão formação e apoio técnico, logístico e jurídico a grupos comunitários que desejam trabalhar de forma autogestionária, por meio do cooperativismo (SINGER, 2002).

No ano de 1999 foi criada a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares³, a qual, por meio de encontros periódicos, busca fortalecer as Incubadoras com trocas de experiências, aprimorando suas metodologias de incubação e apresentando seu posicionamento dentro da luta do movimento de economia solidária no país (SINGER, 2002).

No ano de 2001 ocorreu no Brasil um dos momentos mais importantes para o movimento da economia solidária no país: o I Fórum Social Mundial (FSM), o qual, desde essa primeira edição, se consolidou como um espaço de articulação entre as entidades que desenvolviam atividades relacionadas à temática (SANTOS E NASCIMENTO, 2018).

Segundo Santos e Nascimento (2018), durante esse encontro houve a criação de um Grupo de Trabalho de Economia Solidária (GT Nacional), que serviu como base para a realização de diversas iniciativas políticas que impulsionassem a economia solidária no Brasil.

Inicialmente, esse GT Nacional era formado por 12 organizações e redes de apoio à economia solidária. Desde a sua formação, a grande preocupação do grupo era promover o caráter emancipatório do movimento, e, para isso, inúmeros debates regionais/estaduais pró-fórum foram realizados pelo país, de modo a buscar um maior envolvimento de todos os participantes do movimento, especialmente, dos trabalhadores. Esse processo de debate e mobilização permitiu a criação das Plenárias Nacionais de Economia Solidária (PNES) (SANTOS E NASCIMENTO, 2018).

Assim, desde essas primeiras iniciativas, muitas outras ações foram realizadas com o intuito de fortalecer e unir ainda mais os empreendimentos econômicos solidários. Novas organizações e eventos de abrangência nacional foram desenvolvidos, agregando valor ao movimento e expressando a diversidade econômica e cultural existente no nosso país (BRASIL, 2010).

Destaca-se a ampliação do número de fóruns e conselhos municipais, regionais e estaduais, que têm evoluído e se organizado, dando ainda mais visibilidade ao movimento da Economia Solidária em território brasileiro (BRASIL, 2010).

³ Atualmente, a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares é composta por 41 instituições de ensino. Fonte: http://www.itcp.coppe.ufrj.br/rede_itcp.php - Acesso em 20 Abr. 2020.

Ainda na primeira década dos anos 2000, mais precisamente em 2003, a economia solidária no Brasil vivenciou um momento de grande expectativa e desenvolvimento, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), durante o primeiro mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Na ocasião, o professor Paul Singer foi nomeado como Secretário Nacional de Economia Solidária, como resposta à sua valorosa contribuição às lutas da economia solidária no país (SANTOS E NASCIMENTO, 2018).

De acordo com Santos e Nascimento (2018), houve um importante processo político anterior a essa nomeação, mesmo internamente no PT. Então, no momento de negociação, foi apresentado ao presidente Lula o nome de Paul Singer, que foi aceito de imediato, tanto pelo chefe do poder executivo, como pelo então ministro do trabalho, Jaques Vagner.

Sobre essa primeira experiência de uma grande política pública para a área econômica social, Singer afirmou, conforme detalha Santos e Nascimento (2018), que fazer política no âmbito da Economia Solidária no Brasil é muito mais complexo do que se imagina, pois há muitos limites impostos, especialmente quanto à questão orçamentária.

A criação da SENAES proporcionou a inclusão da Economia Solidária no Plano Plurianual do Governo Federal (2004/2007 e 2008/2011), por meio do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, com recursos próprios do Orçamento Geral da União e de outros programas criados pelo Governo federal (BRASIL, 2010).

Logo, a Economia Solidária já não podia ser considerada um movimento marginal da economia tradicional, mas algo legitimado pelo governo brasileiro e, portanto, capaz de articular vários segmentos e de exigir reconhecimento, inclusive do poder legislativo, com a criação da Frente Parlamentar de Economia Solidária.

Atualmente, essa Frente é denominada de Frente Parlamentar Mista em Defesa da Economia Solidária. O coordenador da ação é o Deputado Federal Glauber Braga (Partido Socialismo e Liberdade), como podemos verificar no *site* do Senado Federal.

Contudo, mesmo reconhecendo a grande influência que a fundação da SENAES trouxe para o processo de desenvolvimento de políticas públicas para a Economia Solidária, inclusive nos níveis estadual e municipal, é importante destacar que nunca houve uma prioridade do movimento nas pautas dos diferentes níveis de governo (MEDEIROS et. al., 2018).

Ao contrário, o que se percebia era um grande conflito quanto à orientação das ações, especialmente em razão do pequeno orçamento que lhe foi atribuído, provocando a necessidade de transversalizar o debate da economia solidária nos diferentes ministérios, dialogando com as demais políticas públicas (MEDEIROS et. al., 2018).

Nessa perspectiva, as políticas públicas da SENAES eram implementadas por um triângulo de três vértices: o primeiro é o próprio movimento; o outro é o governo; e o terceiro vértice as entidades da sociedade civil. Afinal, não havia outra forma de promover o desenvolvimento da economia solidária no país, se não em parceria com as entidades que entendem e fomentam a prática (SANTOS E NASCIMENTO, 2018).

A forma utilizada pela SENAES, para a seleção desses parceiros, era por meio de chamada pública. Assim, essa parceria sempre foi fundamental, pois a política seria elaborada pela SENAES, mas, fundamentalmente, eram as entidades parceiras que iriam executar as ações propostas (SANTOS E NASCIMENTO, 2018).

Santos e Nascimento (2018) destacam, ainda, que o secretário Paul Singer defendia o campo da educação como sendo uma das políticas mais importantes da SENAES, pois somente por meio de uma boa instrução seria possível difundir a economia solidária não apenas no ramo econômico, mas, também, na política e na cultura, promovendo uma transformação total na sociedade.

Um dia após a posse do economista Paul Singer, como Secretário Nacional de Economia Solidária, foi realizada a III Plenária Brasileira de Economia Solidária, na qual foi criado, de forma definitiva, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), com a intenção de articular as bases da economia solidária no Brasil (SANTOS E NASCIMENTO, 2018).

Assim, com a criação da SENAES e do FBES, vários Fóruns Estaduais de Economia Solidária foram sendo articulados, e, em 2005, já havia Fóruns em todos os estados do país. Todavia, em algumas regiões do Brasil, o trabalho dessas articulações era extremamente frágil, o que dificultava o fortalecimento do movimento. Ainda assim, essas ações locais possibilitaram a realização do I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária em 2004 (MEDEIROS et. al., 2018).

Com a consolidação dos movimentos estaduais, em junho de 2006 ocorreu, no Brasil, a 1ª Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES), contando com a participação de 1.073 (um mil e setenta e três) delegados. Esses participantes foram eleitos em conferências estaduais e procuraram, durante o encontro nacional, discutir e deliberar sobre as diretrizes para a política de economia solidária. Tal conferência culminou na criação do Conselho Nacional de Economia Solidária (BRASIL, 2015).

De acordo com o exposto no documento base, formulado ao final da 1ª CONAES, esse momento foi essencial para promover um espaço de debate com os governos nas três esferas, e com diversos setores da sociedade civil brasileira. O encontro teve como tema central “Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento”, e foi organizado em três eixos:

- Os fundamentos da Economia Solidária e seu papel para a construção de um desenvolvimento sustentável, democrático e socialmente justo.
- O balanço do acúmulo da economia solidária e das políticas públicas implementadas.
- Os desafios e prioridades para a construção de políticas públicas de economia solidária, sua centralidade, a articulação com as demais políticas e os mecanismos de participação e controle social (BRASIL, 2006, pp. 2 e 3).

Em relação aos objetivos da 1ª CONAES, seu documento base cita como os principais:

- Afirmar a Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento;
- Propor princípios e diretrizes para orientar uma Política Nacional de Economia Solidária;
- Identificar o estado atual e o potencial da ES no país, tanto do ponto de vista da sua organização social quanto das políticas públicas desenvolvidas;
- Propor prioridades e estratégias de atuação para as políticas e programas de economia solidária, bem como, os mecanismos de participação e controle social (BRASIL, 2006, pp. 2 e 3).

Desse modo, diante dos objetivos e das ações da 1ª CONAES aqui apresentados, podemos perceber que a conferência pública trata-se de um importante momento que contribui e incentiva uma participação ativa da sociedade em questões relativas ao seu próprio interesse, permitindo uma melhor avaliação e formulação das políticas públicas. Logo, a partir dessa 1ª Conferência relacionada à economia solidária, a temática pode ser expandida, vindo a alcançar diversos setores que, até então, não atuavam diretamente no movimento.

É importante frisar que os anos seguintes a 1ª CONAES, precisamente a partir de 2008, houve uma importante crise econômico-financeira mundial, que abrangeu diversas dimensões, não apenas aquelas relacionadas à produção, que ocasiona diversas mazelas à sociedade, tais como, fome, pobreza, desemprego etc, mas também ligadas ao aspecto

ambiental, provocando um momento de grande reflexão sobre quais medidas devem ser tomadas para a criação de novos modelos de produção, capazes de cumprir as metas de redução da emissão de gases de efeito estufa.

O documento base da 2ª CONAES traz informações de que essa crise também afetou a economia solidária, especialmente com a diminuição do repasse de recursos financeiros, e do apoio internacional, o que provocou uma forte fragilização das entidades que contavam com esses recursos para o seu sustento. Afinal, havia uma forte dependência dos aportes financeiros oriundos da cooperação internacional. Tal dependência foi relativamente amenizada devido aos editais lançados pelo governo brasileiro (BRASIL, 2010).

Ainda sob esse contexto econômico, foi realizada a 2ª CONAES, nos dias 16 a 18 de junho de 2010, em Brasília. O evento teve como tema: “Pelo direito de produzir e viver em cooperação de maneira sustentável”, e recebeu 1.613 participantes na etapa nacional. O objetivo principal do encontro era realizar um balanço sobre os avanços, limites e desafios da economia solidária no Brasil, e de suas políticas públicas, buscando o reconhecimento de seus direitos (BRASIL, 2014).

De acordo com o documento base da 2ª CONAES (BRASIL, 2010), esse foi um momento marcante para a articulação entre os membros do movimento, pois contou com uma participação ativa da sociedade nos debates que antecederam o encontro. As etapas preparatórias eram regionais ou estaduais, e contavam até com Conferências Temáticas, que possibilitaram a expressão de diversos segmentos. Ao todo, foram realizadas 187 Conferências Regionais, abrangendo 2.894 municípios brasileiros, com 15.800 participantes dos segmentos representativos locais da economia solidária.

Assim, analisando as duas primeiras conferências nacionais em economia solidária, podemos observar que elas serviram como forma de articular e aproximar as entidades locais, que poderiam estar isoladas, sem conhecimento dos seus direitos e nem da magnitude que sua ação poderia alcançar, ao ser somada com os demais projetos que estavam sendo desenvolvidos em um país com proporções continentais, como é o caso do Brasil. Nesse sentido, as duas conferências, realizadas em 2006 e 2010, traçaram orientações e diretrizes que foram fundamentais para o avanço da Economia Solidária no país.

Então, com objetivos ainda mais específicos, no período de 26 a 29 de novembro de 2014 ocorreu a 3ª CONAES, em Brasília/DF, a qual reuniu mais de 1.600 participantes, para

debater o Tema: “Construindo um Plano Nacional da Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável” (BRASIL, 2015).

De acordo com o Plano Nacional de Economia Solidária, documento elaborado pelo Conselho Nacional de Economia Solidária (BRASIL, 2015), os principais objetivos da 3ª Conferência foram:

I - realizar balanço sobre os avanços, limites e desafios da Economia Solidária considerando as deliberações das Conferências Nacionais de Economia Solidária; II - promover o debate sobre o processo de integração das ações de apoio à economia solidária fomentadas pelos governos e pela sociedade civil; III - elaborar planos municipais, territoriais e estaduais de economia solidária; e IV - elaborar um Plano Nacional de Economia Solidária contendo visão de futuro, diagnóstico, eixos estratégicos de ação; programas e projetos estratégicos e modelo de gestão para o fortalecimento da economia solidária no país (BRASIL, 2015, pp. 3 e 4).

A etapa nacional da 3ª CONAES foi precedida de uma grande preparação e importante mobilização, que permitiram a realização de 207 Conferências Territoriais e Municipais com 16.603 participantes; 26 Conferências Estaduais com a participação de 4.484 delegados; e 05 Conferências Temáticas Nacionais com a participação de 738 pessoas. Assim, ao total, foram mobilizadas 21.825 pessoas em 1.572 municípios (BRASIL, 2015).

Dessa forma, é possível perceber que a 3ª CONAES conseguiu recrutar um número bem maior de pessoas, o que pode ser reflexo das ações desenvolvidas a partir das duas primeiras conferências. Enquanto que a 1ª CONAES esteve mais relacionada com a afirmação e o reconhecimento da identidade da economia solidária, na 2ª CONAES já houve uma afirmação da política nacional como direito de cidadania e obrigação do Estado (BRASIL, 2015).

Logo, quando foi realizada a 3ª CONAES, muitas ideias já estavam consolidadas, e toda a experiência adquirida nas duas primeiras permitiu a proposição do 1º Plano Nacional de Economia Solidária, que tem base nas diretrizes definidas nas etapas municipais, territoriais e estaduais da Conferência Nacional.

Desse modo, o 1º Plano Nacional de Economia Solidária foi criado no âmbito da 3ª CONAES, com vigência de 2015 a 2019, apresentando como eixos norteadores: I - Produção, Comercialização e Consumo; II - Financiamento: crédito e finanças solidárias; III - Educação e Autogestão; e IV - Ambiente Institucional.

De acordo com seu documento de sistematização, a intenção do 1º Plano Nacional de Economia Solidária é:

fomentar e fortalecer políticas públicas de economia solidária no âmbito municipal, territorial e estadual, implica também no fortalecimento das bases sociais e ampliação da força política e organizativa dos sujeitos, como condições para conquistar soluções permanentes e adequadas às necessidades e exigências da economia solidária e dos processos de desenvolvimento sustentável e solidário (BRASIL, 2015, p. 5).

Diante do exposto, entendemos que o documento supracitado foi criado para atender as exigências de fortalecimento da economia solidária no país, mas, possivelmente, ainda em um caráter apenas de afirmação. Afinal, a grande luta do movimento deve ser por um instrumento legal que consolide e dê respaldo para as intervenções econômicas e sociais necessárias para o desenvolvimento dos empreendimentos solidários.

Esse Plano Nacional foi elaborado em um contexto político no qual ainda havia certo apoio por parte do Governo Federal. Então, a expectativa seria de grandes avanços nos últimos anos, o que, infelizmente, não se consolidou.

Ao contrário, um ano após a publicação do referido documento, a Economia Solidária sofreu um grande golpe, junto com o processo de impedimento de continuidade do mandato de Dilma Rousseff (PT) como presidente da República Federativa do Brasil.

Santos e Nascimento (2018) destacam que, em maio de 2016, o então Secretário Nacional de Economia Solidária, Paul Singer, solicitou desligamento da função por não compactuar com o impedimento de Dilma. Por consequência, a SENAES passou a ser administrada por funcionários que não tinham vínculo com a luta histórica da economia solidária no Brasil. Além disso, em novembro de 2016, a Secretaria Nacional de Economia Solidária foi rebaixada para subsecretaria, ficando em uma condição ainda mais periférica dentro do governo.

No ano de 2019 ocorreram outras mudanças significativas quanto ao posicionamento da Economia Solidária na estrutura do governo brasileiro. Anteriormente, a SENAES era vinculada ao Ministério do Trabalho, mas, com a reestruturação do novo Governo Federal, ela deixou de existir. Atualmente, conforme a Lei nº 13.844/2019, existem apenas uma Subsecretaria e um Conselho Nacional de Economia Solidária, ambos ligados ao Ministério da Cidadania.

Dessa forma, vimos um rebaixamento das políticas relacionadas à Economia Solidária para um ministério com menos recursos, não apenas financeiros, mas com menos relevância para o governo. Tal fato pode ser entendido como uma tentativa de enfraquecimento do movimento da Economia Solidária, o qual foi construído por meio de uma participação ativa da sociedade na última década.

Em dezembro de 2019, como resposta positiva à luta daqueles que insistem no desenvolvimento das ações da Economia Solidária mesmo com todas as dificuldades impostas pelo atual governo, tivemos a aprovação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 137/2017, que cria a Política Nacional de Economia Solidária (PNES) e o Sistema Nacional de Economia Solidária (SINAES), além de regulamentar os empreendimentos ligados ao movimento.

Entre as principais medidas da PNES está a criação do Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários, sendo, portanto, uma importante conquista para a Economia Solidária. Todavia, sabemos que há um longo e difícil caminho a ser percorrido pelo movimento para que essa Política Nacional seja efetivamente implantada, uma vez que o atual cenário político é totalmente desfavorável, devido ao apoio do governo aos grandes bancos e aos empresários ruralistas contrários aos ideais propagados pela Economia Solidária.

Outra medida importante, que se encontra em tramitação, é o Projeto de Lei do Senado nº 292 de 2018, de autoria do Senador Otto Alencar (PSD/BA), que sugere a alteração da Lei 11.947, de 16 de junho de 2009, a qual dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica.

O projeto objetiva estender a preferência de aquisição de produtos para merenda escolar aos produtores rurais e suas cooperativas que operem em regime de economia solidária, utilizando recursos do Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Segundo dados disponíveis no *site*⁴ do Senado Federal, o projeto foi aprovado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, ligada à Secretaria de Apoio à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e remetido à Câmara dos deputados, onde se encontra na Coordenação de Arquivo.

⁴ Fonte: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/133639> - Acesso em 20 abr. 2020.

Dessa forma, apesar de ainda estarem como projeto de lei, ambas as ações são extremamente significativas às políticas da Economia Solidária, especialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 137/2017. Esse projeto trata-se de uma tentativa de consolidação dos direitos de milhares de empreendimentos solidários espalhados pelo Brasil, que necessitam de um marco regulatório que legitime e permita o desenvolvimento desses trabalhadores de forma mais justa e com equidade, contribuindo com o fortalecimento institucional da economia solidária enquanto política pública.

Além dessas ações, outra importante iniciativa, ainda em tramitação, é a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que inclui a Economia Solidária entre os princípios da ordem econômica nacional. Trata-se da PEC 69/2019, de autoria do senador Jaques Wagner (PT-BA). O relator da proposta é o senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE)⁵.

A proposta foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) no dia 12 de fevereiro de 2020, e seguiu para deliberação do Plenário. Atualmente, ela se encontra na Secretaria Legislativa do Senado Federal⁶.

A inclusão da economia solidária na Constituição Federal seria uma das maiores conquistas já alcançada pelo movimento. Afinal, a Economia Solidária se tornaria efetivamente uma política de Estado, fazendo parte dos princípios da ordem econômica. Seria, portanto, um reconhecimento da importância da Economia Solidária como alternativa inovadora de geração de trabalho e inclusão social.

Afinal, conforme matéria exposta no *site* da Cáritas Brasileira (PUZZI, 2019), no Brasil, há mais de 6,8 mil cooperativas distribuídas em 13 ramos de atividades, ultrapassando 14,2 milhões de associados e gerando 398 mil empregos formais. A notícia apresenta esses dados seguindo as informações da Agenda Institucional do Cooperativismo 2019.

Conforme dados do Sistema de Informação da Economia Solidária (SIES), há, aproximadamente, 19.708 empreendimentos solidários no Brasil, os quais reuniam 1.423.631 associados, em 2.804 municípios. A estimativa é que a economia solidária movimenta, por ano, 12 bilhões de reais (PUZZI, 2019).

⁵ Fonte: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/02/12/ccj-aprova-inclusao-da-economia-solidaria-entre-principios-da-constituicao> - Acesso em 20 abr. 2020.

⁶ Fonte: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/136639> - Acesso em 20 abr. 2020.

Assim, diante de toda a realidade aqui exposta, entendemos que a origem da economia solidária está relacionada à luta pela autodeterminação das sociedades humanas, e ao reconhecimento do povo sobre o seu direito à vida. Essa origem se expressa diretamente com as formas utilizadas pelo homem contra a mercantilização, em favor de ações comunitárias, do bem comum e do respeito ao outro e à natureza.

O que se percebe é uma incansável tentativa, por parte dos trabalhadores, de criarem formas mais justas de trabalho, que permitam a conquista de direitos de democratização do saber, dos meios de produção e da sua valorização como ser humano, e não apenas como moeda de troca, para que haja mais respeito e uma justa distribuição das riquezas.

Logo, as manifestações relacionadas à economia solidária no Brasil têm origem, em sua maioria, na economia dos setores populares. Trata-se do povo intervindo e criando a sua própria realidade, por meio de experiências que se assemelham e que estão vinculadas com o movimento popular de luta contra a desigualdade e a exclusão social.

Afinal, a organização societária vigente trata-se de um reflexo da nossa estrutura política e econômica, na qual a classe trabalhadora é subordinada aos donos do capital. Para romper com esse tipo de estrutura, é necessário que o povo tenha mais consciência de classe, e esteja unido em busca de um mesmo objetivo, como é defendido pelo movimento da economia solidária.

3 ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO

No capitalismo, a educação escolar é definida pelos donos dos meios de produção, os quais desejam que a escola sirva e forme de acordo com os seus interesses. Desse modo, na educação estritamente capitalista não se leva em consideração a naturalidade dos interesses e das aptidões das pessoas. O aluno é ensinado a obedecer e temer os seus superiores num processo educativo que prossegue durante toda a vida (AMORIM et. al., 2016).

Diante dessa concepção, a desigualdade provocada pelo capitalismo é legitimada na escola pelas diferenças pessoais de aptidão e até de esforço pessoal, determinando um modelo de qualidade. Afinal, as instituições de ensino, profissionalizantes ou não, pautam-se na competição e valorizam o esforço individual, de modo a preparar o aluno para a execução de determinada tarefa, de acordo com as segmentações dos ramos profissionais (KRUPPA, 2005).

Considerando esse contexto, o presente capítulo busca abordar alguns aspectos históricos do Ensino Médio Integrado no Brasil, a fim de refletirmos quais caminhos foram percorridos até a sua atual estrutura. Ademais, serão apresentadas algumas análises sobre os atos pedagógicos da economia solidária, fazendo uma ligação com os preceitos da educação popular, e percebendo suas contribuições para a formação dos estudantes do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

3.1 Aspectos históricos e conceituais do Ensino Médio Integrado no Brasil

Diversos estudos apontam que a raiz dos males do Ensino Médio relaciona-se com o fato de que ele necessita, ao mesmo tempo, preparar para o mundo do trabalho e para a continuidade dos estudos, com o ingresso no Ensino Superior (KUENZER, 2009).

Afinal, é um grande desafio formular uma concepção de Ensino Médio que articule eficientemente essas duas dimensões, especialmente quando a definição da concepção é um problema político, e o acesso, tanto ao nível de ensino quanto à opção pela natureza da formação por ele ofertada, ocorre no âmbito das relações de poder típicas de uma sociedade dividida em classes sociais (KUENZER, 2009).

Da mesma forma, considerando a relação entre Estado, capital e política social, é essencial entendermos que as transformações ocorridas no cerne do capitalismo exigem adequações em toda a sociedade e, certamente, nas políticas educacionais. Portanto, as políticas voltadas para a educação em nosso país são resultado, sobretudo, das demandas do próprio capital ao longo da história. Logo, cada passo do sistema educacional no Brasil vem sendo motivado pela busca do fortalecimento e da manutenção da lógica capitalista (FRIGOTTO, 2018).

Nessa conjuntura, é necessário analisar historicamente o desenvolvimento do Ensino Médio e da Educação Profissional no Brasil, para entendermos em que cerne a sua concepção foi idealizada, considerando o contexto econômico e social de cada situação, de modo a enxergar criticamente se as propostas dos governos são pautadas na realidade do povo, ou se são apenas atos demagógicos que não apresentam políticas públicas efetivas para o avanço da educação no país.

No Brasil, a formação dos trabalhadores e dos demais cidadãos foi constituída a partir de uma dualidade estrutural, pois sempre foi clara uma divisão entre os que iriam desempenhar as funções intelectuais ou instrumentais, considerando que as forças produtivas delimitavam a separação entre capital e trabalho, em que, de um lado estão as atividades de planejamento e de supervisão e, do outro, as de execução.

Nesse sentido, Ciavatta e Ramos (2011) alertam para o risco do conceito “dualidade educacional” sem a identificação das particularidades históricas da totalidade do processo, pois a falta desse olhar mais crítico leva ao abandono da dialética, das mediações e contradições dos fenômenos sociais. Assim, é importante observar as raízes sociais da questão.

Desse modo, a dualidade estrutural tem demonstrado ser a categoria explicativa da constituição do Ensino Médio e profissional no Brasil, afinal, desde a primeira iniciativa estatal nessa área foram se constituindo duas redes, uma profissional e outra de educação geral, de modo que atenda às necessidades definidas socialmente pela divisão social e técnica do trabalho (KUENZER, 2009).

Essa visão dual ou fragmentada do ensino médio e da educação profissional no Brasil é notória desde a Colônia, pela reprodução das relações de desigualdade entre as classes sociais, que levava à divisão da educação geral, a qual preparava para os estudos superiores, e

à preparação imediata para o mercado de trabalho, que atendia às exigências produtivas (CIAVATTA E RAMOS, 2011).

Segundo Kuenzer (2009), embora já houvesse essas experiências no sistema privado, a formação profissional, como responsabilidade do Estado, teve seu início no Brasil em 1909, com a criação de 19 escolas de artes e ofícios nas diferentes unidades da federação. Essas escolas, que foram criadas com o discurso de atender um desenvolvimento industrial praticamente inexistente na época, tinham o objetivo de educar, pelo trabalho, os órfãos, pobres e desvalidos da sorte, retirando-os da rua, portanto, obedeciam a uma finalidade moral de repressão.

A partir desse momento, foram sendo criadas alternativas à formação dos trabalhadores, de modo que, até 1932, o curso primário ofertava as possibilidades de curso rural e curso profissional com quatro anos de duração. No nível ginasial, havia alternativas de formação exclusiva para o mundo do trabalho, eram elas: normal, técnico comercial e técnico agrícola. Essas modalidades não davam acesso ao ensino superior. Essas eram as opções dos filhos da classe trabalhadora. Para a elite, a trajetória era do ensino primário para o secundário propedêutico, completado pelo ensino superior, em que existiam as divisões dos ramos profissionais (KUENZER, 2009).

Com o golpe de Estado de Getúlio Vargas, em 1937, ocorre a instauração do Estado Novo, o qual permitia que o presidente e seus ministros agissem livremente, sem interferência do legislativo. Foi nesse período que se iniciou uma reforma educacional idealizada pelo então Ministro da Educação, Gustavo Capanema (CIAVATTA E RAMOS, 2011).

Assim, no auge do primeiro governo Vargas, em 1942, ocorre a promulgação das Leis Orgânicas do Ensino Industrial e do Ensino Secundário e a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). De uma forma geral, as leis determinavam a não equivalência entre os cursos propedêuticos e os técnicos, associando os currículos enciclopédicos à formação geral, deixando clara uma distinção social por meio da educação (CIAVATTA E RAMOS, 2011).

Em outras palavras, a Reforma Capanema buscou ajustar as propostas pedagógicas, então existentes para a formação de intelectuais e trabalhadores, com as mudanças que estavam ocorrendo no mundo do trabalho, devido o crescimento crescente dos setores secundário e terciário. Dessa forma, para as elites foram criados os cursos médios de 2º ciclo -

científico e clássico -, com três anos de duração, sempre destinados a preparar os estudantes para o ensino superior (KUENZER, 2009).

Para a formação profissional dos trabalhadores instrumentais, as Leis Orgânicas ofereciam, em nível médio de 2º ciclo, as alternativas de curso agrotécnico, comercial técnico, industrial técnico e normal, que não davam acesso ao ensino superior. Com isso, há uma primeira tentativa de articular as modalidades científica e clássica com as profissionalizantes, permitindo aos alunos dessas últimas prestarem exames de adaptação que poderiam lhe conceder o direito de participar dos processos de seleção para o ensino superior (KUENZER, 2009).

Então, no governo de Juscelino Kubitschek (1956 – 1961), há um desenvolvimento da indústria automobilística no Brasil, ocasionando um incentivo econômico à educação, em busca da formação de profissionais para o alcance das metas de desenvolvimento impostas pelo governo (CIAVATTA E RAMOS, 2011).

Logo, tornou-se mais forte a necessidade de preparar as pessoas para a produção, predominando a função profissionalizante do Ensino Médio, mesmo com a tensão devido a sua função propedêutica. Assim, ao longo dos anos 1950, foram aprovadas, devido à pressão dos setores populares organizados, as Leis de Equivalência entre os cursos técnicos e o ensino secundário ou médio – parciais em 1950, 1953, 1959 e plena com a Lei nº 4.024/1961, conhecida como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 (CIAVATTA E RAMOS, 2011).

Dessa forma, com as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, por consequência da diferenciação e do desenvolvimento dos vários ramos profissionais, outros saberes, além dos acadêmicos, passaram a ser reconhecidos, entrando na etapa que se caracteriza como tradicional nova, do ponto de vista do princípio educativo. Foi nesse período que, pela primeira vez, a legislação educacional permitiu a integração completa do ensino profissional ao sistema regular de ensino, estabelecendo a equivalência entre os cursos profissionalizantes e os propedêuticos para fins de prosseguimento nos estudos (KUENZER, 2009).

Entretanto, mesmo com esse avanço, é importante perceber que a equivalência não permitiu a superação da dualidade estrutural, pois não deixou de existir os dois ramos distintos de ensino, destinados a clientela distintas, e voltados para o atendimento das

necessidades da divisão do trabalho, formando trabalhadores instrumentais e intelectuais por meio de diferentes projetos pedagógicos (KUENZER, 2009).

Ainda na década de 1960, a sociedade brasileira vivenciou a imposição, pela violência física e política, de um golpe civil-militar, que provocou a implantação de uma ditadura durante duas décadas. No campo da educação, houve um ciclo de reformas completo para adaptar-se ao projeto do golpe civil-militar (FRIGOTTO, 2018).

Embasados no economicismo e no pragmatismo, foi adotada a ideologia do capital humano, e surgiu o Movimento de Alfabetização de Adultos (MOBRAL) sob a pedagogia dos interesses do mercado de trabalho. Nesse período, a pedagogia do SENAI e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), reconhecida como pedagogia do capital, se tornou a política dos governos militares para a área da educação (FRIGOTTO, 2018).

Nesse contexto político, em 1971, foi promulgada a Lei nº 5.692/1971. O dispositivo determinava, entre outras medidas, que todo currículo de segundo grau seria técnico-profissional. Logo, foi um momento de grande expansão no número de matrículas e implantação de novos cursos técnicos nas Escolas Técnicas Federais, para que novos técnicos sejam formados em caráter de urgência. No entanto, essa profissionalização compulsória do ensino médio e a formação técnico-profissional ocorreram em uma perspectiva de ensinar apenas ao que serve ao mercado (ARAÚJO et. al., 2019).

Desse modo, entendemos como Kuenzer (2009), que a Lei nº 5.692/1971 pretendeu substituir a dualidade pelo estabelecimento da profissionalização compulsória a todos os alunos do Ensino Médio, todavia, do mesmo modo que as reformas de 1942 e 1961 buscaram atender as transformações do mundo do trabalho, impulsionadas pelo crescente desenvolvimento industrial.

Essa reforma do governo militar propôs um ajuste à nova etapa de desenvolvimento, marcada pela intensificação da internacionalização do capital e pela superação da substituição de importações pela hegemonia do capital financeiro.

A década de 1980 foi, no Brasil, um período de grande importância para o pluralismo de ideias, devido ao momento de novas perspectivas políticas e econômicas advindas da redemocratização. Alguns historiadores se remetem a esse período como a “década perdida”, mas, por todo o processo de luta social vivenciado, pode-se considerar esse momento como de conquistas e vitórias. Entre os grandes temas sociais que estavam em pauta na sociedade, em

termos de políticas sociais e políticas públicas, destacam-se os temas da saúde e da educação (RAMOS, 2014).

Assim, o processo de afirmação da democracia política levou a promulgação da Constituição de 1988. O Fórum em Defesa da Escola Pública realizou a articulação e a reunião, em Brasília, de diversas organizações científicas, sindicais e de movimentos sociais durante todo o processo constituinte. Foi um período de grande mobilização em defesa da educação pública, afirmando as teses da universalidade, gratuidade, laicidade e da escola unitária e politécnica (FRIGOTTO, 2018).

Destaca-se, desse modo, que a década de 1980 ficou caracterizada como um período de grandes lutas no âmbito da educação, em virtude da nova realidade política em que o país se encontrava. Assim, essas lutas sociais vislumbravam uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, provocando discussões relacionadas ao ensino médio, entre outras questões (RAMOS, 2014).

Ao longo da década de 1980, os educadores comprometidos com a educação pública e com a superação das desigualdades de classe lutaram em defesa de uma educação unitária, omnilateral e politécnica. Em meio à eleição de Fernando Henrique Cardoso e no confronto das forças políticas vencedoras no Congresso Nacional, aprovou-se a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/96), cuja ênfase não foi mais a de preparação para o trabalho e sim para a vida (CIAVATTA E RAMOS, 2011).

Nesse sentido, preparar para a vida significaria desenvolver nas pessoas as competências genéricas e flexíveis, que permitissem uma fácil adaptação às incertezas do mundo contemporâneo (CIAVATTA E RAMOS, 2011).

A Lei nº 9.394/96 dispõe sobre a Educação Profissional em um capítulo separado da Educação Básica. Essa divisão das modalidades em capítulos separados tornou o texto da LDB ambíguo quanto à relação entre o ensino médio e à educação profissional. Nesse período, o 2º grau profissionalizante já estava praticamente extinto no país, exceto nas Escolas Técnicas Federais (ETF), Escolas Agrotécnicas Federais (EAF) e em poucos sistemas estaduais de ensino.

Sobre a educação básica no Brasil, Ciavatta, Frigotto e Ramos (2012) salientam que ela tem uma função estratégica central para o desenvolvimento de uma nação no seu âmbito

cultural, social, político e econômico, além de ser uma poderosa arma contra a colonização de outros países.

Para isso, a educação básica precisa ser concebida como um direito de todos e como o espaço social de apropriação e organização dos conhecimentos produzidos pela sociedade. Todavia, essa não tem sido a ênfase dada à educação básica desde os anos 1950, quando começou a ser desenvolvida a concepção de capital humano, em virtude das desigualdades sociais entre as nações (CIAVATTA, FRIGOTTO E RAMOS, 2012).

Mais recentemente, na década de 1980, essa noção foi fortalecida com a difusão da sociedade do conhecimento, da pedagogia das competências e da empregabilidade. Assim, quanto mais o capitalismo se apresentar como agressivo e desigual, mais ênfase será dada a uma educação marcada pelo viés economicista e tecnicista (CIAVATTA, FRIGOTTO E RAMOS, 2012).

Nesse contexto, como desdobramentos dos enfoques gerados pela LDB de 1996, podemos destacar dois importantes dispositivos legais relacionados à organização e à forma de oferta da educação profissional no Brasil: o Decreto nº. 2.208/1997 e o Decreto nº. 5.154/2004.

O Decreto nº. 2.208/1997 oficializou a separação definitiva entre a educação profissional técnica e o ensino médio. Esse decreto criou o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) e suas ações ficaram conhecidas como a Reforma da Educação Profissional (ARAÚJO et. al., 2019).

Entre outras medidas, ele dividia a educação profissional em três níveis: básico (não-formal e livre), técnico (habilitação de nível médio) e tecnológico (graduação de nível superior). Assim, a educação profissional não se tratava mais de uma parte diversificada do currículo do ensino médio, mas de uma alternativa concomitante ou posterior ao ensino médio (ARAÚJO et. al., 2019).

Todas essas mudanças no sistema educacional brasileiro vieram de uma submissão consentida das autoridades às recomendações dos organismos internacionais, com a promessa de recursos financeiros. A imposição da reforma do ensino médio técnico, pelo Decreto nº 2.208/97 e por outros instrumentos legais, estava na direção contrária aos objetivos da lógica da educação, atendendo, apenas, às exigências do mercado.

Como consequência desse decreto, houve uma indução à formação breve ou acelerada, e uma separação das disciplinas de formação geral, e dos fundamentos científico-tecnológicos e histórico-sociais, do aprendizado técnico próprio às disciplinas de formação específica (SOUSA E OLIVEIRA, 2005).

Durante o primeiro mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, houve a revogação do dispositivo supracitado pelo Decreto nº 5.154/2004, de 23 de julho de 2004. A principal medida do novo instrumento legal era a tentativa de superar a dualidade educacional, propondo o retorno do ensino médio integrado, tendo como base a ciência e o trabalho. Assim, a educação básica de nível médio poderia ser efetivada como uma travessia para a escola unitária e a formação politécnica (FRIGOTTO, 2018).

Dessa forma, esse Decreto permite várias possibilidades de organização da educação profissional técnica, desde a sua separação completa do ensino médio até a sua integração total. Na organização do modo integrado, o Decreto nº 5.154/2004 reafirma o mínimo de 2400 horas para o cumprimento das finalidades do ensino médio, preservando o determinado pela Lei 9394/96, e o restante da carga-horária fica definida de acordo com o perfil delineado para cada habilitação profissional (SOUSA E OLIVEIRA, 2005).

Todavia, assim como Frigotto (2018), entendemos que o fim do Decreto nº 2.208/97 e a promulgação do Decreto nº 5.154/2004 só permitiram a possibilidade de retomada do ensino médio integrado, sem que ocorresse uma alteração significativa na prática, por falta de direção política do governo e pela desmobilização da sociedade.

Afinal, a falta de direção política fez com que o mesmo conselho do Decreto nº 2.208/97, conhecido pela sua aproximação com o sistema privado de ensino do SESC e do SENAI, recebesse a tarefa de regulamentar o novo dispositivo; e, por outro lado, o abandono de disputa do projeto de sociedade favoreceu, dentro dos Institutos Federais de Educação (IFs), as forças conservadoras que assumiram um compromisso com a amplitude de níveis e modalidades de ensino – do ensino médio à pós-graduação, em detrimento do projeto de desenvolvimento do ensino médio integrado (FRIGOTTO, 2018).

Desse modo, o Decreto nº 5.154/2004 manteve as bases da educação produtivista, mas buscou recriar as bases de uma educação que supere este viés. Assim, mesmo que de forma mínima, devolveu ao trabalhador o saber que lhe fora sucumbido pela organização taylorista/fordista do trabalho. Todavia, essa forma de acomodar duas perspectivas distintas

de ensino, ao mesmo tempo em que permitiu um avanço, provocou um retrocesso na história da educação profissional brasileira (SOUSA E OLIVEIRA, 2005).

Por meio da Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008, algumas alterações significativas ocorreram na LDB, entre elas, o capítulo relacionado à Educação Básica foi acrescido da Seção IV-A - Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio – apresentando as formas como esta modalidade pode ser ofertada no ensino médio. São elas: I - articulada com o ensino médio; ou II - subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio (BRASIL, 2008).

Em relação à educação profissional técnica de nível médio articulada, de acordo com a LDB ela pode ser desenvolvida de forma:

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno; II - concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, e podendo ocorrer: a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado (BRASIL, 2008).

Sobre essas distintas formas de organização do ensino médio, Kuenzer (2009) salienta que, apesar do caráter perverso da dualidade estrutural, não seria favorável o estabelecimento de um modelo único, tendo em vista que a submissão dos desiguais a um mesmo tratamento só aumenta a desigualdade.

Por isso, a autora entende que a LDB, ao apontar para o caráter básico do ensino médio e à necessidade de assegurá-lo a todos, permite as suas diferentes modalidades de organização, inclusive a habilitação profissional, para tratar os desiguais diferentemente, de acordo com seus interesses e necessidades, buscando a sua igualdade.

Recentemente, a legislação educacional brasileira passou por outra grande alteração, que também trouxe impactos para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio: a criticada Reforma do Ensino Médio – Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.

Esse dispositivo foi criado durante o governo conturbado do ex-presidente Michel Temer, sob muitas polêmicas e protestos devido ao seu conteúdo, que provocou inúmeras alterações em várias áreas, principalmente, na LDB de 1996.

Entre os principais pontos polêmicos versados na Lei 13.415/2017, temos o fato de ter se tornado oficial a liberação da atuação de profissionais com notório saber, mas sem formação pedagógica, para lecionar disciplinas técnicas.

Essa oficialização coloca em risco a qualidade do ensino oferecido aos estudantes da Educação Profissional, pois permite que profissionais sem qualquer formação acadêmica ou experiência na área da licenciatura possam se aventurar em sala de aula, diminuindo, dessa forma, a importância da formação de professores, especialmente em uma modalidade educacional tão peculiar.

Ademais, a Lei 13.415/2017 desrespeita as conquistas da LDB, a qual tornou a Educação Profissional Técnica de Nível Médio parte da educação básica. Logo, acreditamos que o legislador não demonstrou interesse na qualidade do ensino-aprendizagem que será ofertado, podendo levar a uma formação profissional precária e meramente tecnicista.

Assim, percebemos que a Reforma do Ensino Médio não busca proporcionar uma educação integrada em sua forma concreta, como aquela objetivada pelo Decreto nº 5.154/2004. Nesse sentido, trazemos a seguinte reflexão: o que, efetivamente, significa integrar o ensino médio à educação profissional? Por que durante toda a história da educação brasileira houve lutas no sentido de buscar essa integração?

De acordo com Ramos (2014), o sentido filosófico da integração está relacionado com a concepção de formação omnilateral, que busca integrar no currículo, na prática pedagógica e na prática escolar as dimensões fundamentais da vida.

Na concepção de Gramsci (1981 *apud* CIAVATTA, FRIGOTTO, RAMOS, 2012), o uso da palavra “integral”, no contexto educacional, está ligado ao sentido de completude, ao ato de compreender as partes no seu todo ou a unidade no diverso, tratando a educação como uma totalidade social,

[...] isto é, nas múltiplas mediações históricas que concretizam os processos educativos. No caso da formação integrada ou do ensino médio integrado ao ensino

técnico, queremos que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como a formação inicial, como o ensino técnico, tecnológico ou superior. Significa que buscamos enfocar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos (GRAMSCI, 1981, p. 144 e ss. *apud* CIAVATTA, FRIGOTTO, RAMOS, 2012, p.84).

Diante dessas concepções, entendemos que o ensino integrado não pode ser considerado apenas uma das formas com que a Educação Profissional Técnica de Nível Médio é ofertada, mas como uma proposta pedagógica que busca formar por inteiro as pessoas, não se satisfazendo com recortes fragmentados de cultura, ciência e aspectos sociais. Portanto, está relacionado à luta utópica de desenvolvimento do ser humano em todos os seus campos físicos e intelectuais.

Todavia, para que o ensino integrado seja concebido, nesse sentido, é necessária uma crítica ao projeto reducionista de ensino, que desenvolve algumas atividades humanas em detrimento de outras, oferecendo, em geral, aos estudantes da classe trabalhadora o desenvolvimento de capacidades instrumentais e apenas o básico das cognitivas (FRIGOTTO, 2018).

Nessa perspectiva, o ensino integrado é uma proposta não apenas para a educação profissional, mas um projeto arrojado com conteúdo político-pedagógico comprometido com ações formativas capazes de promover a autonomia e ampliar a liberdade dos envolvidos nas práticas pedagógicas, professores e alunos (FRIGOTTO, 2018).

Assim, para Ciavatta, Frigotto e Ramos (2012) a integração do ensino médio com a educação profissional de nível técnico é uma necessidade para a efetivação da educação tecnológica para os filhos dos trabalhadores. Essa integração da formação geral e formação técnica no nível médio de ensino, buscando uma formação integral do ser humano, é condição necessária para a travessia em direção a superação da dualidade da educação pela superação da dualidade de classes.

Observamos, entretanto, ser necessário considerar que o desenvolvimento de práticas pedagógicas integradoras não depende apenas de soluções didáticas, elas requerem, principalmente, soluções ético-políticas. Ou seja, a definição clara de finalidades políticas e educacionais emancipadoras e o compromisso com as mesmas são condições para a concretização do projeto de ensino integrado, sem o que esta proposta pode ser reduzida a um modismo pedagógico vazio de significado político de transformação (FRIGOTTO, 2018, p. 252).

Afinal, diante de todos os aspectos históricos delineados anteriormente, percebemos que a educação sempre foi alvo de interesse do capital, pois tem nela a oportunidade de perpetuar a projeto societário de divisão de classes, oferecendo um sistema de ensino limitado, fragmentado, que busca formar as pessoas de acordo com o que ela representa dentro do seu plano de desenvolvimento.

Assim, não adianta apenas idealizar os aspectos pedagógicos e didáticos do ensino integrado para que ele cumpra seu papel social. Antes disso, é necessário despertar nos jovens da classe trabalhadora que há possibilidades concretas de superação do capitalismo.

[...] Como ensinava PISTRAC (2009), as estratégias de ensino e de organização curricular servem ao projeto de sociedade que assumimos em função de nossa leitura da “realidade atual”. Sem isso definido de modo claro, o ensino integrado, como já afirmamos, pode tornar-se apenas um projeto didático estéril. [...] É condição para o desenvolvimento de práticas pedagógicas integradoras que os sujeitos do ensino, principalmente, e da aprendizagem revelem uma atitude humana transformadora, que se materialize no seu compromisso político com os trabalhadores e com a sociedade dos trabalhadores, até porque as práticas educativas não se constituem na escola e nem têm implicações que se encerram nela (FRIGOTTO, 2018, p. 253).

Portanto, o ensino integrado só pode cumprir seu objetivo de formar considerando a totalidade, se estiver em comunhão com um projeto de construção de uma sociedade para além do que promove o capitalismo.

O ensino médio articulado ao mundo do trabalho é um direito social e subjetivo e está vinculado a todas as dimensões da vida. Assim, essa modalidade de ensino constitui uma base para o entendimento crítico de como funciona a sociedade humana e o meio ambiente do qual fazemos parte. Logo, conhecer e dominar esses dois âmbitos é fundamental para a construção de sujeitos emancipados, criativos e críticos da realidade onde estão inseridos, para que tenham condições de agir sobre ela (CIAVATTA, FRIGOTTO E RAMOS, 2012).

Diante dessa realidade, é importante enfatizar que a fragilidade do ensino médio, especialmente ao integrado à educação profissional, não ocorre por acaso. Ela é resultado de um projeto societário e político no qual prevalece a desigualdade social, a divisão de classes, a competição e o individualismo.

Afinal, nossa sociedade é construída por uma classe dominante e seus intelectuais, que trabalham para atender apenas seus próprios interesses e mantém a visão de que os jovens da

classe trabalhadora devem ser formados para funções que não necessitam de uma educação mais intelectualizada.

Nesse horizonte, entendemos, assim como Kuenzer (2009), que apenas uma nova concepção para a escola não é suficiente para resolver as questões da dualidade estrutural, que expressa as relações entre capital e trabalho. A escola é somente um dos muitos segmentos que devem ser reorganizados para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna.

Portanto, romper a dualidade estrutural não depende apenas do sistema educacional, mas, principalmente, de uma mudança radical do modo de produção vigente. Todavia, a escola não deve esperar que primeiro seja superado o modo de produção para, depois, buscar uma adaptação. É necessário trabalhar entre as contradições do capital, para que os movimentos da escola contribuam com o rompimento da dualidade na educação e, quem sabe, caminhe para a superação do capital (MOURA, 2013).

Assim, cabe a própria classe trabalhadora, alinhada por meio das forças políticas, organizações sindicais, organizações científicas e dos movimentos sociais e culturais, a busca pela superação da dualidade educacional, pois não se pode esperar mudanças da classe burguesa que atendam às necessidades dos trabalhadores. Para isso, é fundamental que a educação no ensino médio integrado seja pautada na integralidade, desenvolvendo, além de aspectos científicos, tecnológicos e culturais, os princípios da solidariedade, coletividade, cooperação e sustentabilidade ambiental.

3.2 Educação Popular e Economia Solidária no contexto do Ensino Médio Integrado

Naturalmente, as crianças são inquietas e curiosas, mas, muitas vezes, a escola reprime esses impulsos, obrigando-as a cumprir horários, ficarem imóveis em sala, decorar conhecimentos que nem sempre são de seu interesse e renunciar à satisfação de grande parte da sua curiosidade. Para piorar, tudo isso ocorre sob medidas ameaçadoras de castigo, dentre os quais um dos piores seria o de não ser aprovado (SINGER, 2002).

Diante disso, as crianças crescem em um ambiente repressivo, no qual suas inquietações não são respondidas. Ao contrário, a intenção parece ser a de formar jovens sem uma criticidade sobre o modo societário vigente. Assim,

Essa carga alienante é sacudida quando a pessoa se envolve em lutas emancipatórias, que desafiam a ordem vigente: greves, manifestações de protesto, reuniões de comunidades eclesiais de base, ocupações de terra visando à reforma agrária e muitas outras. Irmanar-se com os iguais, insurgir-se contra a sujeição e a exploração constituem experiências redentoras. Quando reiteradas, modificam o comportamento social dos sujeitos. [...] (SINGER, 2002, p. 22).

Diante desse escopo, depreendemos que a escola parece estar fechada em seus muros, envolta em uma rotina que busca formar apenas para o que o mercado econômico espera dos estudantes e, assim, eles perdem a sensibilidade para os movimentos naturais da vida e para as formas alternativas criadas pela sociedade para sobrevivência.

Há muitas décadas, o autor Enguita (1989) já alertava que, por meio da ideologia prática, a escola consegue manter a acumulação continuada de capital e a reprodução das relações de classe capitalistas, especialmente pela forma hierarquizada com que essa instituição organiza as salas de aula, as práticas e as rotinas materiais.

Além desses aspectos, os conteúdos escolares também são hierarquizados e segmentados no currículo pela grade de aulas. O que notamos é a perda da visão de totalidade do real pela fragmentação com que as disciplinas são organizadas. O formato divisor das disciplinas corresponde ao saber especializado na sociedade, que dificulta a comunicação entre pessoas de profissões diferentes. A profissionalização produz interditos na comunicação (KRUPPA, 2005).

Essa conjuntura é a realidade da sociedade capitalista, a qual considera que o indivíduo age apenas conforme seus desejos e necessidades, calculando, naturalmente, o benefício de cada oportunidade de trabalho, guiado pela expectativa do lucro. Assim, a transposição dessa perspectiva econômica chega à escola veiculando a eficiência, a eficácia e a produtividade como sendo de caráter individual, sem considerar sua função social. Afinal, a hegemonia com que a economia capitalista vem se mantendo leva a escola a receber uma grande transferência de conceitos e ideais do próprio capital (KRUPPA, 2005).

Corroborando com esse pensamento, Enguita (1989) salienta que

O que ocorre na realidade é que a escola produz essas diferenças. Ao estabelecer uma norma comum para todos os alunos, forçando ao mesmo tempo, até onde é possível, sua capacidade e disponibilidade para o trabalho escolar, gera necessariamente uma diferenciação em torno do rendimento. Como, além disso, a norma é extraída daquilo que constitui a subcultura, a linguagem, os valores, as pautas de comportamento, a atitude perante a escola e o horizonte educacional dos

grupos sociais privilegiados, o resultado consiste em grande medida em "eleger os eleitos" (contribuindo assim para reproduzir, não apenas a estrutura de classes da sociedade, mas também a pertinência individual a mesma) (ENGUITA, 1989, p. 211).

Dessa forma, a escola se torna essencial no projeto de acumulação do capitalismo, pois favorece a reprodução das relações econômicas dominantes. Assim, a sociedade como um todo tem na instituição escolar o meio de aumentar a sua participação na vida econômica e política, angariando uma ilusória mudança de classe social.

Nessa vertente, Arruda (2004) afirma que a educação pode ser uma das formas mais eficazes de desagregação, subordinação e alienação se for usada para manipular as pessoas de modo que elas se ajustem ao sistema hegemônico. Todavia, essa mesma educação pode ser utilizada como um dos mais importantes fatores de religação, desalienação e emancipação, desde que esteja a favor de um despertar de consciência para esses aspectos de subordinação e alienação dos quais as pessoas estão sujeitas.

Dessa maneira, entendemos que a educação deve instigar o ser humano a reconhecer e desenvolver seus próprios potenciais, pensando não apenas em seu benefício, mas em toda a coletividade. Contudo, sabemos que a escola sozinha não pode transformar a sociedade, pois esta é delineada principalmente pelos aspectos econômicos e políticos que a regem.

Ainda assim, entre os poucos espaços que nos restam para debater acerca dessas questões, a escola é um dos mais importantes, e, portanto, não deve abster-se do seu papel formador e referencial, na busca por formas mais justas e sustentáveis de vida, nos aspectos sociais, políticos e econômicos.

Nessa perspectiva, Coraggio (2003) explica que a origem da palavra economia vem do grego “*ecusnomia*”, que significa gestão, administração da casa. Para o autor, a primeira casa, e maior responsabilidade que devemos assumir, é o nosso próprio corpo. Portanto, é necessário aprender a administrá-lo, a desenvolver nossa casa interior.

Infelizmente, vivenciamos uma educação onde essa perspectiva não é incentivada, ou seja, não somos educados para realizar a gestão de si mesmo, mas, ao contrário, somos ensinados a transferir essa responsabilidade para outros.

É nessa conjuntura que se pode adentrar no universo da economia solidária como uma prática altamente pedagógica, pois esse movimento defende a proposta de outra educação, na

qual possamos nos reconstruir como seres humanos, agentes do seu próprio desenvolvimento, e administradores da sua própria casa e do seu modo de viver em sociedade (CORAGGIO, 2003).

Dessa forma, a economia solidária, em si, já é um ato pedagógico, pois propõe uma nova prática social. Mesmo que a única maneira de aprender a construir a economia solidária seja praticando-a, os seus valores fundamentais podem preceder essa prática. Afinal, não é preciso participar de um empreendimento solidário para agir solidariamente (SINGER, 2005).

Logo, não se pode analisar a educação como um elemento de fora ou que poderá ser descartado em algum momento. Ela é uma dimensão que compõe a economia solidária. O importante é o uso de metodologias adequadas aos desafios das experiências de trabalho autogestionário, característico desse tipo de economia (NASCIMENTO, 2005).

[...] Nesse sentido, a educação, na Economia Solidária, tem um caráter permanente em seus três eixos temáticos: 1) uma formação técnica: JefUlburghs, animador de experiências autogestionárias na Bélgica e autor de vários livros, afirma que “a autogestão começa pelas mãos” – o trabalhador como “autogestor no trabalho”; 2) uma formação social e política: ao contemplar a análise da sociedade, das relações entre Estado e Sociedade, e entre Capital e Trabalho – o trabalhador como “autogestor na cultura”; 3) uma formação cultural e moral: ao abarcar os elementos da educação para solidariedade, os valores fundamentais de uma reforma moral e intelectual – o trabalhador como “autogestor na vida social em geral” (NASCIMENTO, 2005, p. 58).

Nesse sentido, percebemos que as próprias características da economia solidária já carregam um sentido pedagógico e formativo, que busca provocar o estranhamento nas pessoas, com o intuito de despertá-las para as diversas possibilidades, alternativas e deveres nos campos políticos, econômicos e culturais.

Nessa concepção, Lima (2016) analisa que um empreendimento econômico solidário gera muitas oportunidades aos trabalhadores, desde a troca de conhecimentos adquiridos pelo grupo até a formação integral em temas mais complexos, como associativismo, cooperativismo, educação popular, política, economia, saúde, entre outros.

O autor afirma, ainda, que as experiências brasileiras têm se destacado no mundo todo, pois têm contribuído para a emancipação das pessoas, proporcionando uma ressignificação do sentido do trabalho, especialmente por não separá-lo das outras dimensões da vida, como a família, a religiosidade e os demais laços sociais.

Afinal, a economia solidária não está resumida em um produto ou um objeto. Ela tem dimensões tão profundas, que vão muito além dos próprios empreendimentos solidários. Ela é, antes de tudo, a adoção de um conceito. “A economia solidária envolve pessoas comprometidas com um mundo mais solidário, ético e sustentável. Por isso, a economia solidária está estreitamente ligada à educação transformadora e à democracia econômica.” (GADOTTI, 2009, p. 24).

Por essas características, corroboramos que

A economia solidária, como uma forma cooperativa e não competitiva de produzir e reproduzir nossa existência tem um componente educativo extraordinário. A educação para a cooperação e para a autogestão é necessária para formar as pessoas envolvidas em empreendimentos solidários a compreender sua empresa e administrá-la adequadamente. Não se pode entrar numa cooperativa com uma mentalidade capitalista. [...] (GADOTTI 2009, p. 35).

Diante desse escopo, é possível perceber o grande desafio dos empreendimentos econômicos solidários no processo formativo de seus membros. Afinal, não é tarefa fácil desvincular-se das dimensões do capitalismo, uma vez que em todos os espaços ele se encontra de forma hegemônica.

É nesse sentido que o autor Arruda (2004) levanta o seguinte questionamento: “Como planejar a transição da educação que prevalece hoje e está a serviço da economia reduzida a mera luta pela sobrevivência ou pela acumulação de riquezas materiais para a educação libertadora?” (ARRUDA, 2004, p. 241). Sem dúvidas, não é uma tarefa simples e nem rápida, mas a própria Economia Solidária tem a resposta para essa indagação.

Os princípios que regem esse tipo de economia são valiosos e essenciais, também, para a realização de uma educação transformadora e comprometida com o desenvolvimento crítico e efetivo dos estudantes, portanto, muito além de uma mera transmissão de conhecimentos científicos.

A economia solidária é uma práxis econômica centrada no ser, sentir e fazer humano, que orienta para a emancipação da capacidade e do tempo de trabalho da luta pela simples sobrevivência material, para que o ser humano possa dedicar-se a outras energias e funções que contribuam para o autodesenvolvimento das suas qualidades e atributos superiores (ARRUDA, 2004).

Assim, a economia solidária é mais do que um modo de produção, é um estilo de vida. Para além de relações comerciais, ela incentiva a cooperação, ao passo que obriga o ser humano a ver os outros sob outro olhar. As decisões ocorrem juntas, pensando no benefício coletivo, portanto, os ganhos não são só materiais. Por isso, a educação é tão importante para o desenvolvimento da economia solidária (GADOTTI, 2009).

Diante dessas constatações, fica claro que as pessoas, educadas no capitalismo, necessitam de uma nova formação ao se envolverem com a economia solidária. Essa formação precisa ser coletiva, envolvendo todos os que estão na transição do modo competitivo ao cooperativo. Afinal, não basta que apenas um indivíduo adote um comportamento cooperativo em uma comunidade em que prevaleça a competitividade (SINGER, 2005).

Para que haja essa reeducação coletiva, Kruppa (2005) enfatiza que a economia solidária deve entrar na educação como fez a economia capitalista, atravessando todas as instituições, não só na produção e comercialização, mas nos próprios valores de reprodução da vida.

A Economia Solidária necessita dessa inserção para o seu avanço, pois ela defende uma mudança de contexto social, na qual haja a igualdade de condições e o direito à diferença. Nesse contexto, as diferenças entre os indivíduos podem acontecer sem gerar desigualdades (KRUPPA, 2005).

Singer (2005) salienta que a reeducação coletiva representa um grande desafio pedagógico, pois precisa passar a cada um dos envolvidos no processo uma nova possibilidade de se relacionar na economia de mercado, por meio do pensamento cooperativo dos sócios. O autor destaca que esse aprendizado só ocorre com a prática, quando observada a reciprocidade do comportamento econômico solidário.

A obra de Kruppa (2005) dá pistas de alguns aspectos que precisam ser considerados nesse processo formativo, entre eles, as formas e possibilidades de agrupamentos, o tempo, o currículo, os espaços de falas e de silêncios, o conhecimento, e a organização. É importante considerar, para a formação de um novo grupo em economia solidária, uma metodologia que vincule o pensar ao fazer, permitindo a recuperação de fala, que reproduz o conhecido, e o ato de nomear, que elabora novos conhecimentos.

Percebemos, assim, que há uma grande variedade de práticas e movimentos teóricos que precisam ser observados, pois a economia solidária necessita de pessoas comprometidas com essas novas formas de se relacionar, em que existam ajuda mútua e tomadas coletivas de decisão. Assim, como bem observado por Singer (2005),

A pedagogia da Economia Solidária requer a criação de situações em que a reciprocidade surge espontaneamente, como o fazem os jogos cooperativos. Importa aqui menos o aprendizado do comportamento adequado do que o sentimento que surge da prática solidária. Tanto dando como recebendo ajuda, o que o sujeito experimenta é a afeição pelo outro e este sentimento para muitos é muito bom. Tanto em competir como em cooperar, o sujeito sente-se feliz. Só que no primeiro caso, essa felicidade só é completa se ele vence e demonstra sua superioridade sobre os demais. No último, a felicidade é gozada toda vez que se coopera, independentemente do resultado (SINGER, 2005, p. 16).

Portanto, faz-se necessário vivenciar uma nova pedagogia que atenda as características peculiares do movimento da economia solidária. Não se pode pensar em formar novas pessoas utilizando as mesmas técnicas, os mesmos conteúdos e, principalmente, as mesmas concepções filosóficas, políticas e sociais estruturadas e incentivadas pelo capital.

Trata-se de um desafio, antes de tudo, para os próprios formadores, pois muitos acreditam no potencial do movimento como construtor de um novo tempo, mas falta-lhe a vivência prática com as experiências.

Todavia, não podemos esperar uma grande transformação em todas as relações para depois mudarmos as experiências na educação. É preciso que os processos ocorram em simultaneidade, um impulsionando o outro. Se a escola não pode transformar por completo a sociedade, ela tem um papel fundamental nesse processo.

Assim, seja no âmbito formal ou informal, a educação na perspectiva da Economia Solidária deve estar comprometida com um projeto de ensino com intencionalidades, de modo a permitir o desenvolvimento das capacidades individuais e coletivas, e da interação crítica, que permitam melhorar as relações sociais e as condições de vida da população.

Uma das primeiras aproximações entre a escola e a economia solidária se deu por meio da Lei Nº 11.947 de 16 de junho de 2009, a qual determina que, no mínimo 30% dos fundos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), deverão ser utilizados para aquisição de gêneros alimentícios comprados diretamente da agricultura familiar (MARTINS, 2016).

Com a promulgação da referida lei, milhões de estudantes, em todo Brasil, passaram a se alimentar de refeições preparadas com ingredientes produzidos por cooperativas e associações de pequenos produtores. Essa oportunidade é muito importante para o avanço da economia solidária, pois é o poder público investindo no seu povo, valorizando o que é produzido de forma sustentável e consciente (MARTINS, 2016).

Todavia, é importante destacar que nem toda agricultura familiar está relacionada à economia solidária. Como bem orienta Martins (2016), a agricultura familiar se divide em dois grupos. Um estaria relacionado ao cooperativismo, que usa mão de obra assalariada, e o outro, surgido especialmente a partir dos assentamentos do MST, é administrado por meio da autogestão, ou seja, sem membros assalariados, e onde todos os membros têm direito a voto.

Ademais, outro aspecto relevante e diferencial entre as formas de agricultura familiar é o processo de produção dos alimentos. Enquanto que no sistema convencional há um grande uso de fertilizantes e agrotóxicos, trazendo adoecimento para os agricultores, poluição do ar e dos rios e a contaminação dos alimentos, o sistema agroecológico busca utilizar a mistura de saberes tradicionais e científicos, diversidade de produção e sazonalidade para cultivar alimentos sem veneno, preservando não apenas a saúde de camponeses, mas dos consumidores, e o próprio meio ambiente (MARTINS, 2016).

Como tentativa de permitir uma participação efetiva da economia solidária no processo de aquisição de gêneros alimentícios para a escola, está em tramitação o Projeto de Lei do Senado nº 292 de 2018, de autoria do senador Otto Alencar, que sugere a alteração da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Caso o projeto seja aceito, a preferência de aquisição de produtos para merenda escolar será para os produtores rurais e suas cooperativas que operem em regime de economia solidária, utilizando recursos do PNAE.

Assim, como consequência da nova lei, as escolas teriam a garantia de estar produzindo e consumindo alimentos do sistema agroecológico, que respeita o uso natural da terra. Logo, estariam educando as crianças e os jovens para o consumo responsável e para a sustentabilidade. Essa é apenas uma das várias possibilidades do poder público contribuir para o avanço da economia solidária.

Nesse sentido, a alteração na Lei nº 11.947 permitirá que a economia solidária possa contribuir com a escola, por meio da entrega de produtos saudáveis, de qualidade, que foram produzidos de forma sustentável, e com respeito ao meio ambiente. Indiretamente, está

educando a todos os envolvidos no processo educativo, mostrando que é possível oferecer bons produtos e serviços, sem agir apenas pelo interesse do lucro, adoecendo a si e aos consumidores.

Nessa vertente, Martins (2016) destaca que a economia solidária pode participar ativamente do meio educacional por meio de seus empreendimentos. O autor cita o exemplo de escolas em que as crianças consomem alimentos produzidos pelos próprios pais em cooperativas agrícolas. O mesmo pode ocorrer com a confecção de uniformes para os alunos, que podem ser fornecidos por cooperativas formadas por familiares de alunos.

O autor supracitado apresenta outros serviços que podem ser incluídos nessa perspectiva: as cooperativas de limpeza, substituindo o formato exploratório de empresas terceirizadas; os serviços de jardinagem e manutenção; a produção e comercialização do material didático, que geralmente é adquirido junto às grandes editoras, e que poderiam ser comprados em empreendimentos econômicos solidários, tendo um conteúdo elaborado de forma coletiva e que reflita toda a diversidade presente no tecido social.

Martins (2016) ressalta, inclusive, que a atividade fim das instituições de ensino é compatível com o formato da economia solidária. Sabemos que as creches conveniadas com diversas prefeituras funcionam nos moldes de uma empresa particular, mas estas entidades poderiam dar lugar a cooperativas educacionais, nas quais a administração é democrática e há uma justa divisão dos rendimentos.

Ademais, a economia solidária pode contribuir diretamente com as atividades pedagógicas em sala de aula, por meio do estudo de temas transversais, como as formas de comercialização, autogestão, preservação da natureza, controle social, agroecologia, alimentação saudável, dentre outros. Esses estudos podem ocorrer utilizando-se de metodologias ativas como sequências didáticas ou projetos interdisciplinares (MARTINS, 2016).

Todos esses contatos da economia solidária com a escola podem desencadear um processo de transformação inimaginável, como aconteceu com a Corporação Cooperativa Mondragón, que se trata do maior complexo cooperativo do mundo, e está localizado na Espanha. De acordo com Martins (2016), a Mondragón iniciou do interesse de alguns alunos de uma escola técnica, onde se lecionava um conteúdo pertinente ao que hoje é denominado de economia solidária, sob mentoria do padre Arizmendi.

De forma prática, os alunos aprenderam a como recuperar uma empresa falida, que se transformou na Cooperativa Ulgor, especializada na fabricação de fogões. Devido ao sucesso do empreendimento, foram criadas outras cooperativas para o fornecimento de insumos à Mondragón, e assim surgiram a Arrasate, Copreci e Ederlan (MARTINS, 2016).

Outro exemplo de utilização da economia solidária em instituições de ensino está na aplicação dos seus princípios entre a comunidade escolar, como no caso da aldeia de Leiston em Suffolk, Inglaterra, onde fica a escola Summerhill. No local, o castigo físico foi abolido em 1921, e as questões referentes à escola são discutidas e deliberadas em assembléias, aos sábados. Das reuniões participam, além dos alunos, os professores, a direção, e os funcionários. Interessante destacar que o voto de uma criança de seis anos tem o mesmo peso do voto de uma professora com 50 anos. Além disso, o presidente da sessão anterior escolhe o da próxima (MARTINS, 2016).

E, mesmo em instituições onde seria inimaginável uma administração nesses moldes, cabe a introdução da economia solidária por meio de atividades de pesquisa e de extensão, envolvendo não apenas a comunidade acadêmica, mas também o público externo, de modo a contribuir com a disseminação da temática e com o desenvolvimento local, seja em áreas rurais ou urbanas.

Tal possibilidade fortalece a importância da criação de cooperativas júnior nas faculdades, proporcionando experiências de gestão coletiva desde a formação acadêmica, tendo como objetivo preparar professoras e professores aptos a inserir e desenvolver esta nova proposta de gestão escolar nas redes de ensino. Por fim, a economia solidária pode ser algo contemplado no projeto pedagógico e previsto para ser aplicado em todas as turmas de uma mesma escola, ou então uma atividade de sequência didática realizada em sala de aula por apenas uma professora. O importante é começar a desvelar a história, os princípios e benefícios da economia solidária, pois, mesmo num oceano de competição e individualismo, é possível encontrar espaços nos quais as pessoas ainda estão interessadas em ajudar umas às outras de maneira incondicional (MARTINS, 2016, p. 101).

Nessa perspectiva, uma das metas do 1º Plano Nacional de Economia Solidária é “Promover a formação de 200 (duzentas) mil pessoas em economia solidária, contemplando as necessidades dos empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e fomento, e gestores públicos.” (BRASIL, 2015, p 20).

O mesmo documento apresenta, em suas prioridades temáticas, o eixo relacionado à educação e autogestão, que tem como objetivo geral:

Constituir uma Política Nacional de Educação em Economia Solidária com estrutura, instrumentos e financiamento adequados, viabilizando processos educativos que contemplem as necessidades dos diferentes segmentos (gestores públicos, EES, EAF), bem como o desenvolvimento e disseminação de tecnologias sociais e de estratégias de comunicação visando fortalecer as práticas da autogestão (BRASIL, 2015, p. 29).

Dentre os objetivos específicos do referido eixo, destaca-se: “[...] - Incluir a economia solidária no sistema de ensino brasileiro nas suas diferentes modalidades (educação profissionalizante, educação de jovens e adultos, educação infantil, educação básica).” (BRASIL, 2015, p 29).

Além disso, destacamos uma das diretrizes do Plano Nacional, a qual determina a necessidade de que haja

Ensino, pesquisa e extensão universitária amplamente articulados com o Movimento de Economia Solidária e com as políticas públicas de economia solidária com foco na Tecnologia Social, com metodologia autogestionária, a partir da identificação e avaliação das experiências em educação alternativa no meio rural e urbano (BRASIL, 2015, p 30).

Como formas de articulação para alcance dos objetivos propostos pelo Plano Nacional de Economia Solidária, o documento apresenta as linhas de ação, dentre elas o fomento a ações educativas (incubação, formação, assessoramento técnico). Nesse sentido, destacamos:

“[...] - Elaboração de materiais educativos, inclusive em braille e em libras, para serem acessados pelas redes, grupos organizados e população em geral, sistematizando tecnologias de formação livre a fim de fomentar, promover e facilitar a troca e circulação de conhecimentos e difundir iniciativas, experiências, coletivos e projetos de Economia Solidária. - Inserção da economia solidária nas matrizes curriculares da educação básica e] superior, com a implementação de programas de educação profissional, técnica e de educação superior em Economia Solidária, de acordo com a realidade territorial, dos diversos segmentos sociais, e das culturas e demandas. - Formação de professores da rede pública em economia solidária. - Criação e fortalecimento de incubadoras com financiamento e apoio técnico/científico para os empreendimentos de economia solidária, com base na realidade de cada território, garantida por meio de uma política pública de Estado. [...]” (BRASIL, 2015, pp. 31 e 32).

Percebemos, dessa forma, que são grandes os desafios que precisam ser enfrentados para alcançar os audaciosos e necessários objetivos do Plano Nacional. Como o documento teve início no ano de 2015, e sua vigência encerrada em 2019, ainda não temos dados a respeito do cumprimento das metas e objetivos, todavia, sabemos que as atuais condições políticas, econômicas e sociais do Brasil não estão favoráveis à luta da Economia Solidária.

Por isso, para impulsionar o desenvolvimento da economia solidária é necessário que haja uma articulação entre os diversos setores da sociedade, perpassando desde a conjuntura política com a criação de um marco legal, que regulamente e formalize efetivamente as ações desenvolvidas, até a disseminação dos saberes próprios do movimento, em defesa de uma perspectiva que integre o saber científico com o saber popular.

Assim, essa outra economia tem que estar articulada com um projeto de sociedade que estimule novos valores, no qual a educação popular tem seu papel acentuado no sentido participativo, contestatório, alternativo e alterativo. Dessa forma, a própria economia solidária já é uma práxis pedagógica (GADOTTI, 2009).

Entre as diretrizes do 1º Plano Nacional de Economia Solidária, há a determinação da “Educação Popular, Território/Territorialidade e Autogestão como elementos estruturantes da ação pedagógica nos processos educativos em economia solidária.” (BRASIL, 2015, p. 30).

Tal disposição se torna coerente ao analisarmos que as pedagogias clássicas não estão em consonância com a nova realidade econômico-política que está se constituindo. Como salienta Gadotti (2009), temos o ensino da autogestão como um exemplo prático, pois ele só pode ser realizado pelo próprio exemplo. Não existem “lições de autogestão”, nem “lições de democracia”. Essa pedagogia precisa ser construída com a prática.

Assim, a prática da pedagogia da autogestão com base na Educação Popular parte da articulação entre a experiência de vida das pessoas e as suas concepções sobre a sociedade e o mundo em sua totalidade. Por meio dessa construção, são dadas condições para que ocorra uma reflexão coletiva e, a partir dela, se construam novos conhecimentos, que levem as pessoas ao seu reconhecimento como indivíduos capazes de vivenciar novas relações de consumo e de produção (AMORIM et. al., 2016).

Na América Latina, a Educação Popular pode ser conceituada como um conjunto de atores, práticas e discursos identificados por meio de ideias centrais, tais como: seu posicionamento crítico frente ao sistema social hegemônico; sua orientação ética e política para a emancipação; sua relação com os setores e movimentos populares; e pela utilização de métodos participativos, dialógicos e críticos (AMORIM et. al., 2016).

Adentrando no percurso trilhado para a construção dessas características, ressaltamos que neste estudo não há espaço para um histórico detalhado sobre a Educação Popular no Brasil, todavia, cabe uma referência ao contexto com que ela foi construída, a fim de a

situarmos como prática educativa que, desde o seu início, esteve em um contexto de lutas de classes, no qual os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil no Brasil lutaram pela elaboração de um projeto alternativo ao sistema capitalista.

Nessa perspectiva, Amorim et. al. (2016) ressaltam que os movimentos anarquistas (sindicais), da década de 1920, já apresentavam bases da Educação Popular, passando pelos movimentos de base e populares impulsionados pela igreja católica e por setores ligados a igrejas evangélicas e protestantes, além das organizações estudantis, e de algumas campanhas de alfabetização nas décadas de 1940, 1950 e início de 1960.

Nesse âmbito, o nome de maior referência da Educação Popular no Brasil é Paulo Freire. O educador iniciou suas experiências de educação libertadora nas décadas de 1950 e 1960, quando, em exílio no Chile, elaborou os fundamentos da Educação Popular com o livro “Educação como prática da liberdade”, em 1967, e, em seguida, com “Pedagogia do Oprimido” (1968). Muitas outras publicações completam a vasta obra literária de Paulo Freire, com destaque para “Pedagogia da Esperança” (1992) e “Pedagogia da Autonomia” (1997).

Para além da educação popular brasileira, Paulo Freire é uma figura reconhecida mundialmente por toda a sua contribuição às causas sociais e à educação de uma maneira geral. Por consequência, ele foi declarado patrono da educação brasileira, por meio da Lei nº 12.612, de 13 de abril de 2012, durante o mandato da ex-presidente Dilma Rousseff (PT).

Ressaltamos que, mesmo com toda a sua contribuição à educação brasileira e mundial, a atual conjuntura política no Brasil tem proporcionado uma forte perseguição à memória de Paulo Freire, inclusive com uma proposta de revogação do título de patrono da educação brasileira. Vivemos tempos difíceis àqueles que lutam por uma educação mais justa e igualitária.

Em relação ao início da Educação Popular no Brasil, ele está ligado ao período em que Paulo Freire trabalhou no Serviço Social da Indústria (SESI), em Pernambuco, onde, entre 1956 e 1958, foi Diretor Geral da Divisão de Educação.

No início da década de 1960, 40% da população brasileira era analfabeta. Nesse período, mais precisamente em 18 de janeiro de 1963, ocorreu o lançamento do Projeto Experimento Angicos, no Rio Grande do Norte, com o objetivo de alfabetizar 300 moradores/agricultores. Foi nesse projeto que Paulo Freire apresentou um método

revolucionário de alfabetização, rompendo os conceitos de alfabetização da época (SINGER, 2005).

A principal característica em que se baseava o projeto era a experiência de vida das pessoas. Assim, o ponto de partida do método elaborado por Paulo Freire eram palavras conhecidas pela comunidade (HECK, 2017).

Além disso, as primeiras aulas eram sobre cultura, como forma de valorizar a realidade local, e de dar ao aluno um senso crítico sobre o seu papel no mundo. Não existiam cartilhas com lições programadas, pois Paulo Freire repudiava os materiais que pouco tinham a ver com a história dos educandos. Então, após quatro meses do início do projeto, o Brasil tinha 300 analfabetos a menos (HECK, 2017).

Importante ressaltar que Paulo Freire se utilizava da Pedagogia em uma vertente plural, na qual as bases teóricas eram apresentadas de diferentes formas, focando em uma educação problematizadora, libertadora, como um ato político. O educador se utilizava dos círculos de cultura, tendo o diálogo como fator principal, para que os professores e os alunos aprendessem juntos (HECK, 2017).

Em contraponto a essa metodologia, está a educação verticalizada, na qual o professor é o centro do processo e único detentor do saber. Essa educação foi denominada por Paulo Freire como educação bancária (HECK, 2017).

Amorim et al. (2016) salientam que, na década de 1990, as práticas de Educação Popular foram se multiplicando em novos espaços. Nesse período, houve uma expansão da consciência política para outras dimensões, como a ecológica, a diversidade cultural, de gênero, étnica, religiosa, e, especialmente, a dimensão produtiva, (re) valorizando o trabalho como princípio educativo.

“[...] O Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas (Brasília – 2014) destaca três entendimentos e objetivos dados à educação popular. Em um deles, a educação popular era ‘referida como o direito de todos à escola, ou seja, a educação do povo e que deve ser assumida pelo Estado.’ Outro sentido dado à educação popular pode ser identificado como o de ‘educação para o povo’, numa concepção dos governos militares em reação ao Movimento da Educação pela Base (MEB) e das experiências de alfabetização que priorizavam a formação humana. A formação para o povo passa a valorizar a leitura e escrita para transmitir conteúdos e técnicas com o objetivo da formação de mão de obra para o crescimento econômico. E, em um terceiro sentido, a educação popular é tratada como ‘práticas educativas numa concepção emancipatória e que se vinculam a um projeto de sociedade em disputa e na defesa da transformação da realidade em curso. A educação popular vista como formadora da consciência nacional, de um projeto de nação soberano e igualitário, potencializadora de transformações político-sociais profundas,

formadora da cidadania e da relação com o mundo do trabalho' (AMORIM et. al., 2016, pp. 42 e 43).

Dessa forma, a Educação Popular se torna capaz de representar inúmeras possibilidades e sentidos, de acordo com o objetivo almejado em sua utilização. Ela é a educação *do* e *para* o povo, mas é, também, um local em que as relações, em seu sentido amplo, vão sendo ressignificadas e, portanto, uma oportunidade de colocar os homens em diálogo constante, com capacidade de revisar e autocriticar suas práticas.

Nessa perspectiva, Dias (2017) apresenta alguns elementos considerados intrínsecos à Educação Popular: o diálogo, a amorosidade, a realidade concreta, a construção do conhecimento, a conscientização, a transformação da realidade, e a sistematização das experiências e do conhecimento.

Com essas experiências, foi sendo traçada a história da Educação Popular no Brasil. Mas, como bem salienta Kruppa (2005), ainda que seja essencial, não é suficiente analisarmos o que ficou para trás. Faz-se necessário viver intensamente o processo novo e coletivo que está em pauta, em um momento de grandes desafios para os que lutam pelo direito à democracia e às lutas sociais, como os movimentos da economia solidária.

Nesse sentido, a educação popular e a economia popular têm o chão da realidade como seu ponto de partida. Ambas são construídas no fazer coletivo, na solidariedade e só têm sentido pleno se considerados processos de conscientização no rumo de uma nova sociedade, por meio da formação de cidadãos críticos e solidários (HECK, 2017).

Esse é o âmbito que marca a articulação entre Educação Popular e Economia Solidária. A estratégia empregada deve ser a mediação da dimensão econômica da vida. Assim, a Educação Popular, como prática educativa, compõe-se por uma diversidade complexa de propostas teórico-metodológicas, que têm em comum a intencionalidade transformadora (AMORIM et. al., 2016).

É nessa perspectiva que Dias (2017) apresenta alguns elementos significativos da relação entre educação popular e economia solidária, os quais podem ser encontrados nos empreendimentos desse segmento.

[...] Construção de um novo aprendizado: os empreendimentos de Economia Solidária são espaços estimuladores para que a Educação Popular aconteça, porque, na sua essência, surgem com uma alternativa à forma capitalista de organização do trabalho. Para que concretizem seus princípios e objetivos, se faz necessário o aprendizado de um novo jeito de fazer e viver. [...] Mudança Cultural: a Educação Popular, na Economia Solidária é estratégica para a construção de uma nova cultura. 'Na forma associada ou solidária, os trabalhadores se organizam com o fim de produzir para o bem viver e conquistar a gradativa libertação das amarras da organização capitalista de trabalho assalariado, o que constitui sua perspectiva utópica. Mas a superação da exploração ou da oposição entre capital e trabalho não elimina questões conflitivas como as de ordem cultural (incluindo a de gênero e a étnico-cultural), de compreensão de projeto, de gestão e de metodologia'. Mobilização de saberes: a sistematização desta experiência permite confirmar que a 'experiência refletida' é a estratégia principal da formação, da mobilização dos saberes, da mudança de posturas do coletivo. Encontraram-se, neste empreendimento, diferentes grupos de saberes produzidos ao longo de sua trajetória: organizacionais; relacionais; técnicos da produção; administrativos-contábeis; técnicos de comercialização; ambientais; saberes da relação com o poder público/sociedade e saberes políticos. [...] (DIAS, 2017, pp. 32 e 33).

Depreendemos, assim, que a relação entre a educação popular e a economia solidária está intrínseca às ideias de transformação, de estranhamento daquilo que o capitalismo faz parecer natural, como a competitividade exacerbada, a exploração, as desigualdades sociais e de gênero, e a divisão social do trabalho e da educação.

Dessa forma, em virtude dos inúmeros desafios existentes nos enfrentamentos dessas tensões, a educação popular tem muito com o que contribuir com a economia solidária e vice-versa, uma vez que somente na convergência de todas as vertentes, sejam elas econômicas, políticas, sociais, culturais e educacionais, poderá existir uma alternativa realmente forte ao sistema do capital.

Nesse sentido, Kruppa (2005) afirma que há três elementos necessários para uma resposta prática ao desafio da formação em economia solidária: o primeiro está relacionado ao ato de perceber e denunciar o conflito entre as práticas educativas dominantes e a autogestão vivida nos empreendimentos econômico-solidários; o segundo elemento é colocar-se nesse conflito, reconhecendo a obrigação dos educadores e pesquisadores; e o terceiro é nomear as práticas educativas que forem construídas com os trabalhadores, trazendo novos conteúdos e formas para a escola.

Assim, a educação popular tem se tornado um importante instrumento para o trabalho de formação dos trabalhadores da economia solidária no campo e na cidade. Isso ocorre, principalmente, porque a educação popular corresponde às expectativas da comunidade, que é praticar concretamente os princípios da economia solidária com os trabalhadores. Entre os

aspectos evocados nas formações dessa perspectiva estão a solidariedade, a vida em comum e o local ideal no qual se almeja viver (LIMA, 2016).

Portanto, existem alguns elementos fundamentais para trabalhar a educação popular na formação integral dos trabalhadores e dos grupos, entre eles a vivência do saber e a experiência do poder compartilhado. Esse exercício traz os saberes e as práticas, por meio da cultura e da dimensão dos direitos humanos, assumindo o compromisso com o diálogo. Nessa interação, é tida como referência a pedagogia libertadora, que proporciona, entre outras medidas, que os trabalhadores produzam o seu próprio saber (LIMA, 2016).

Como já elucidado anteriormente, os tempos atuais são ainda mais desafiadores para quem está na luta pela constituição de uma sociedade menos competitiva e mais justa, todavia, corroboramos com Medeiros et. al. (2018) que, em tempos turbulentos e de rumos incertos, é que devemos exigir ainda mais da educação popular e da economia solidária, pois essas correntes são as que vêm se colocando na contramão da investida neoliberal.

Portanto, é exatamente nesse momento que precisamos unir forças para a formação e participação dos trabalhadores em todos os espaços da sociedade, especialmente em seus territórios, para que haja a construção de um poder popular capaz de dar continuidade a história de luta das comunidades por mais liberdade, democracia e solidariedade.

É nessa perspectiva que entendemos ser de grande relevância o estudo da Economia Solidária na escola, especialmente no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, em uma abordagem embasada na pedagogia de Paulo Freire.

Afinal, a formação desses futuros trabalhadores deve estar pautada em uma educação integral, que contemple aspectos éticos, políticos, econômicos e sociais para além dos interesses do sistema hegemônico vigente, de modo que eles tenham uma opção sobre o tipo de sociedade que pretendem formar para as futuras gerações.

4 DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Este capítulo se propõe a apresentar como ocorreu o desenvolvimento do produto educacional, no decorrer da pesquisa. Será exposta a descrição do produto; o porquê da escolha desse material; quais os seus objetivos; a quem ele se destina; e como foi realizada sua validação.

Dessa forma, buscamos nesta seção apontar o caminho metodológico percorrido para o alcance dos objetivos da pesquisa de *elaborar um e-book relacionado ao estudo da economia solidária, para orientar o docente do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional que tenha interesse em abordar a temática com os discentes; e de avaliar, com a colaboração de docentes do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, o e-book produzido, para a utilização do material em sala de aula.*

4.1 O processo de elaboração do produto educacional

O produto educacional elaborado na presente pesquisa corresponde a um *e-book*, que aborda a temática da Economia Solidária, percebendo-a como uma prática pedagógica. O material versa, principalmente, sobre os princípios propagados por esse movimento, considerando que se trata de aspectos relevantes para a formação dos alunos do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

Nessa perspectiva, a autora Kuenzer (2009) apresenta alguns eixos para formação dos estudantes do ensino integrado, por meio de conteúdos voltados a um novo projeto político-pedagógico, que seja orgânico às demandas dos trabalhadores e excluídos.

Entre os eixos citados pela autora, destacamos: “[...] conhecimentos sócio-históricos, inclusive os relativos às novas formas de organização e gestão do trabalho e da sociedade, que permitam ao jovem compreender as relações sociais e produtivas, bem como nelas intervir enquanto sujeito individual e coletivo.” (KUENZER, 2009, P. 71).

Ademais, a autora destaca que os conteúdos devem ser organizados de modo a propiciar:

- articulação entre conhecimentos básicos e específicos a partir do mundo do trabalho, contemplando os conteúdos das ciências, das tecnologias e das linguagens;- articulação entre conhecimento para o mundo do trabalho e para o mundo das relações sociais, contemplando os conteúdos demandados pela produção e pelo exercício da cidadania, que se situam nos terrenos da economia, da ética, da sociologia, da história, e assim por diante;- articulação entre os conhecimentos do trabalho e das formas de organização e gestão do trabalho;- articulação dos diferentes atores na construção da proposta: dirigentes, especialistas, professores, técnicos, alunos, setores organizados da sociedade civil, etc. (KUENZER, 2009, pp. 71 e 72).

Logo, considerando que o ensino integrado não se trata apenas de uma das formas com que a educação profissional técnica de nível médio possa ser ofertada, mas sim de uma proposta pedagógica que busca formar por inteiro as pessoas, e que não se satisfaz com recortes fragmentados de cultura, ciência e aspectos sociais, entendemos que a Economia Solidária é um importante conteúdo a ser trabalhado com os estudantes dessa modalidade de ensino.

Afinal, é fundamental que a formação dos alunos do ensino médio integrado esteja em consonância com um novo projeto político, para a construção de uma sociedade mais crítica e solidária. Nessa concepção, acreditamos ser importante incluir nos conteúdos, por exemplo, questões pertinentes ao meio ambiente, de modo a promover a educação sustentável para, entre outras ações, estimular a um consumo consciente.

Ademais, para que o projeto de ensino integrado possa ser realizado de maneira efetiva, e não apenas com base em discursos demagógicos, os procedimentos metodológicos devem ser articulados de modo a promover a autonomia dos estudantes, por meio da valorização da atividade e da problematização, cultivando a solidariedade e o trabalho coletivo e cooperativo (FRIGOTTO, 2018).

A ideia de autonomia também pode ser identificada com a defesa da auto-organização dos estudantes feita por PISTRAC (2009). Para o educador soviético, a auto-organização (autodireção) dos estudantes revelar-se-ia em três capacidades: (a) habilidade de trabalhar coletivamente; (b) habilidade de trabalhar organizadamente cada tarefa; e (c) desenvolvimento da capacidade criativa (FRIGOTTO, 2018, p. 262).

Trabalhar essas habilidades no contexto político e econômico em que se dá o ensino médio integrado no Brasil é um desafio para os docentes, pois, para isso, o professor

necessita, além de autonomia, estar apoiado em um projeto pedagógico que almeje a transformação da realidade social, usando o trabalho colaborativo como estratégia.

Afinal, como bem aponta Frigotto (2018), o horizonte de projetos integrados de ensino é a luta para construir uma sociedade fraterna e solidária, portanto, os procedimentos pedagógicos devem cultivar valores que promovam essa solidariedade. Por isso, é necessário que o trabalho desenvolvido na escola de ensino integrado valorize as formas coletivas e colaborativas de trabalho.

É nesse contexto que Frigotto (2018) trata o ensino médio integrado como um espaço de travessia para os jovens da classe trabalhadora que, por necessidade vital, têm pressa para se inserir no processo produtivo. Todavia, o autor alerta que seja apenas uma travessia e não algo permanente.

O Ensino Médio Integrado precisa ser entendido como uma modalidade transitória, mantendo como defesa fundamental a universalização, com uma duração mais longa (quatro anos), além de uma concepção filosófica e epistemológica que permita uma formação integrada e integral, e, como consequência, uma vinculação mais imediata com a compreensão do sistema produtivo em suas múltiplas formas e as bases científicas, técnicas, sociais, políticas e culturais que permitam formar um sujeito humano emancipado e não apenas um trabalhador adestrado (FRIGOTTO, 2018).

Assim, essa travessia complexa e contraditória implica atuar sobre a realidade até aqui produzida e, além disso, buscar formas de mudanças estruturais que consigam modificá-la. Afinal, não é possível superar as desigualdades no âmbito educativo e cultural sem, ao mesmo tempo, superar a forma com que as relações sociais são efetivadas (CIAVATTA, FRIGOTTO E RAMOS, 2012).

Diante desse escopo, tivemos a pretensão de elaborar, com a presente pesquisa, um produto educacional que possa ser, para os docentes, um instrumento formativo e orientador, pois entendemos que a Economia Solidária não se trata apenas de uma inovadora alternativa de geração de trabalho e renda, mas de um verdadeiro ato pedagógico, que se baseia em princípios como a autogestão, a democracia, a solidariedade, a cooperação, o respeito à natureza, o comércio justo e o consumo solidário.

Além disso, propomos que o produto educacional possa ser utilizado por qualquer formador, ou quaisquer outros interessados na temática da Economia Solidária, seja na

educação formal ou informal, pois percebemos, ao longo da pesquisa bibliográfica, que há uma carência de material dessa natureza.

Dessa forma, o objetivo geral do e-book é *colaborar para o estudo da Economia Solidária no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, por meio de um conteúdo didático que estimule o debate sobre a temática em sala de aula.*

Como objetivos específicos, o e-book almeja *abordar, de forma clara e objetiva, conceitos iniciais acerca do universo da Economia Solidária; e propor aplicações do conteúdo abordado, pressupondo o debate e o diálogo como aspectos fundamentais do processo de ensino e aprendizagem.*

Portanto, consideramos esse material um importante subsídio teórico aos docentes, pois contribui para a formação dos alunos do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, por meio da discussão sobre os princípios da Economia Solidária, especialmente em relação à solidariedade, à autogestão, e às lutas sociais e ambientais.

Para o alcance dos objetivos propostos, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre as categorias teóricas relacionadas à parte histórica e conceitual da Economia Solidária no Brasil, especialmente a respeito do seu caráter educacional e de seus princípios; e sobre a Educação Popular, uma vez que esta vertente educacional está estreitamente ligada à forma de se educar no contexto da Economia Solidária.

Dessa forma, o *e-book* elaborado busca estimular uma mudança de ação nos estudantes, por meio dos princípios básicos da Economia Solidária. A intenção maior é mostrar aos alunos outra forma de se viver em sociedade, uma vez que a escola acaba sendo uma reprodutora e um reflexo da sociedade do capital.

Afinal, um dos maiores desafios para o sustento da Economia Solidária é exatamente o fato de que seus membros foram educados em um formato pedagógico totalmente contrário ao que ela defende, necessitando, portanto, de uma reeducação.

Percebemos, inclusive, que o ensino sobre os princípios da Economia Solidária permite uma reflexão sobre os malefícios da forma competitiva e individualista com que a educação vem sendo apresentada no interior da maioria das escolas.

Essa competição é incentivada pelo capitalismo e reproduzida na escola quando, por exemplo, os jovens são estimulados a dedicarem horas de estudo apenas para alcançarem uma

vaga no vestibular, deixando para trás aqueles que, supostamente, não se dedicaram como deveriam.

Então, após o desenvolvimento do produto educacional, uma versão preliminar foi apresentada a alguns profissionais ligados à Economia Solidária e ao Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, para que eles dessem sua contribuição quanto ao que deveria ser melhorado no *e-book*. Todo esse processo de validação do produto será detalhado no tópico seguinte.

4.2 Validação do produto educacional

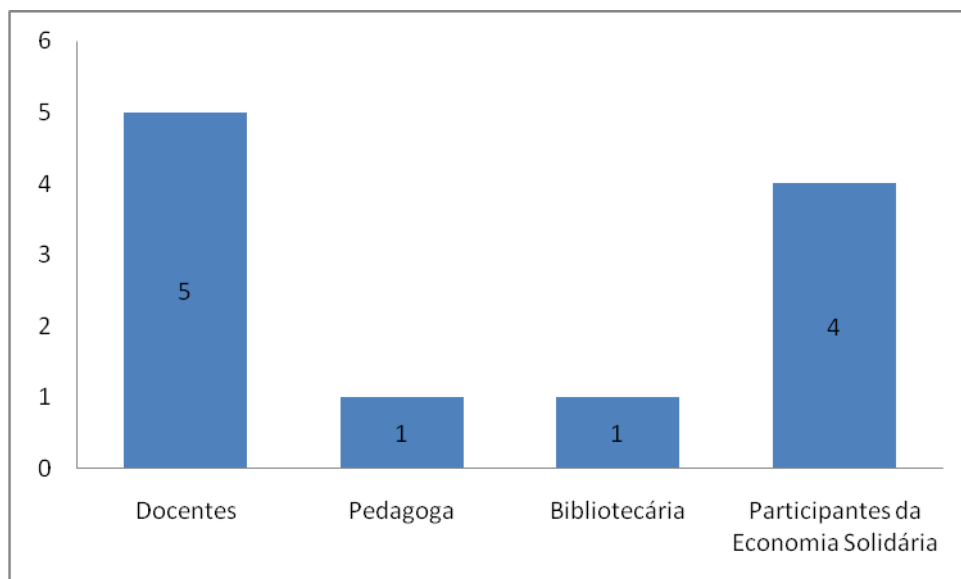
De acordo com as regulamentações do Ministério da Educação (MEC) para os mestrados profissionais na Área de Ensino, esses cursos devem promover, além da produção de dissertações e artigos científicos, a elaboração de produtos educacionais. Ademais, esses produtos devem ser validados e oferecidos de forma *online*, facilitando o acesso do público interessado.

Diante dessa realidade, a autora Chisté (2018) salienta a importância de esses produtos serem elaborados em parceria com os sujeitos da pesquisa, para evitar que o material chegue a suas mãos – sejam eles alunos ou professores – como um pacote pronto para ser utilizado, sem levar em consideração suas opiniões e necessidades.

Portanto, corroborando com as ideias da autora supracitada, a presente pesquisa contou com a participação de um grupo de profissionais do *campus* Fortaleza do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), e de alguns membros do movimento da Economia Solidária, no processo de aplicação e validação do produto educacional elaborado.

Assim, após uma sistematização inicial, uma cópia do produto educacional foi enviada para 11 (onze) profissionais, sendo eles 5 (cinco) docentes e 2 (dois) técnico-administrativos (1 pedagogo e 1 bibliotecário) do IFCE, e para 4 (quatro) profissionais que têm envolvimento com a Economia Solidária no estado do Ceará, conforme demonstrado a seguir, no gráfico 1.

Gráfico 1 – Perfil profissional do grupo responsável pela validação do produto educacional



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Além da versão preliminar do produto educacional, foi enviado, para o grupo acima descrito, um questionário eletrônico criado no *Google Forms*, a fim de validarmos a produção de forma colaborativa.

As perguntas desse questionário foram elaboradas conforme alguns eixos pensados pela autora Chisté (2018), sendo eles: *estética e organização do material educativo*; *capítulos do material educativo*; *estilo de escrita apresentado no material educativo*; *conteúdo apresentado no material educativo*; e *propostas didáticas apresentadas no material educativo*.

A pesquisadora orienta que esses eixos devem abarcar reflexões sobre a estética e a organização do material educativo, além dos conteúdos e propostas de cada capítulo, buscando mostrar a indissociabilidade entre forma e conteúdo.

É importante salientar que, as questões criadas para o questionário da presente pesquisa foram apenas embasadas na proposta da autora citada anteriormente, portanto, as perguntas foram adaptadas para respeitar a realidade deste estudo.

A seguir serão apresentadas as questões que formaram o instrumento avaliativo, bem como as contribuições dos participantes da pesquisa. Buscando preservar a identidade desses

sujeitos, eles serão referenciados, neste capítulo, como “Participante”, seguido de um numeral correspondente à ordem com que recebemos as respostas do questionário eletrônico.

A primeira questão procurou saber se ficou clara a intenção/mensagem do produto educacional. Essa pergunta relaciona-se com o eixo “Estética e organização do material educativo”. Todos os participantes responderam que sim, portanto, nesse sentido não foram feitas alterações na versão preliminar. Seguem, abaixo, as transcrições de algumas respostas desse item.

“As mensagens são bem claras, as citações bibliográficas são muito relevantes e bem colocadas, com certeza esse trabalho deverá ter grande importância para a comunidade em geral e deve ser amplamente divulgado, foi muito bem elaborado.” (PARTICIPANTE 1, 2020).

“Sim. O assunto foi abordado de forma completa desde o esclarecimento sobre o que de fato é economia solidária e seus impactos sócio econômicos na sociedade.” (PARTICIPANTE 3, 2020).

A segunda questão indagava se o produto educacional parecia destinado ao público docente. Esse item também buscou atender ao eixo “Estética e organização do material educativo”. Todos os participantes responderam que sim, conforme afirmam as transcrições abaixo.

“Sim, especialmente para o tratamento junto ao ensino médio.” (PARTICIPANTE 2, 2020).

“Está claro que se destina aos docentes, inclusive nos itens que sugerem como aplicar o conteúdo, além da reflexão e sugestões de para aprofundar a partir do item ‘Para Explorar’.” (PARTICIPANTE 8, 2020).

A terceira questão buscava verificar se a linguagem utilizada no produto educacional está de fácil compreensão. Esse questionamento relaciona-se ao eixo “Estilo de escrita apresentado no material educativo”. Mais uma vez, todos os participantes responderam que sim, como é demonstrado nas transcrições abaixo.

“Eu tenho dificuldade de compreensão, mas esse trabalho ficou muito claro e de fácil entendimento fiquei surpresa que pude entender apenas com uma leitura.” (PARTICIPANTE 1, 2020).

Analisando a resposta acima exposta, percebemos que essa temática ainda é um pouco desconhecida. A dificuldade de compreensão, detalhada pelo participante, pode ocorrer pelo fato da Economia Solidária ser pouco debatida em diversos ambientes.

Todavia, como bem salienta Kruppa (2005), o movimento da Economia Solidária acredita no potencial humano de aprender e ensinar, e, por isso, baseia-se no diálogo, na solidariedade, na autonomia e na autogestão. Para isso, é necessária uma aproximação consistente, sistemática e mútua entre a escola e as experiências econômicas solidárias.

Ainda sobre a linguagem e as expressões utilizadas no e-book, um dos participantes pontua:

Destaco o caráter de material de instrução. A linguagem se coloca acessível. Quando você fala da experiência no Brasil, é destacado os estudos de Paul Singer, que acreditamos que se coloca como a primeira grande referência da temática do país. Ele é definido como escritor. Tal ação retira do estudioso a referência de sua ação, do saber construído como um importante economista, que ele foi (PARTICIPANTE 6, 2020).

Nessa resposta já podemos perceber um maior conhecimento do participante da pesquisa sobre o universo da Economia Solidária, pois ele aborda características do economista e professor Paul Singer, considerado um dos maiores expoentes nas pesquisas e no desenvolvimento de políticas sobre Economia Solidária no Brasil.

A quarta pergunta foi se os capítulos do produto educacional estão interligados e são coerentes. Esse item corresponde ao eixo “Capítulos do material educativo”. Todos os participantes entenderam que sim, logo, não houve alterações. Seguem algumas transcrições de respostas para essa pergunta.

“No meu entendimento ficaram bem dispostos, bem coerentes, não observei nada que fosse negativo” (PARTICIPANTE 2, 2020).

“Sim, sobretudo as conexões entre economia solidária, capitalismo, democracia e agroecologia” (PARTICIPANTE 8, 2020).

A quinta pergunta questionava se há um diálogo entre o texto verbal e o visual do produto educacional. Essa questão atendia ao eixo “Estética e organização do material educativo”. Todos os participantes responderam que sim, como exemplificado nas transcrições a seguir.

“Sim. Acredito que a execução do texto prioriza o fato de não ser exaustivo, e certamente se coloca dentro de uma compreensão espacial, do tamanho final do texto.” (PARTICIPANTE 6, 2020).

“Sim, você consegue inferir ou tentar deduzir a partir da imagens.” (PARTICIPANTE 7, 2020).

A sexta questão a ser levantada foi se havia algum aspecto do produto educacional (cores, imagens, conteúdo) que não agradava aos participantes. Essa questão atendia a todos os eixos propostos pela autora Chisté (2018).

Sobre o questionamento acima, o Participante 6 sugeriu que seria interessante abordar sobre o quadro geral da ideia de economia e da formação do Brasil, como transcrito abaixo.

Tratar do quadro geral da ideia de economia e da formação do Brasil. Infelizmente nossa formação social, nos gestou com práticas muito restritas no quadro de economia solidária. Talvez a presença da ideia cristã de caridade, aliada a um Estado voltado para poucos, tais ideias não tenham conseguido se intensificar entre nós. Para muitos solidariedade, está travestida de caridade (PARTICIPANTE 6, 2020).

Os pontos levantados pelo participante da pesquisa são altamente relevantes e merecem uma atenção especial, inclusive, com um estudo mais aprofundado sobre aspectos econômicos e formação de professores no Brasil. Infelizmente, não haveria tempo hábil para a realização deste estudo nesta pesquisa, mas fica a sugestão para futuros trabalhos a serem desenvolvidos sobre essa temática.

Ainda sobre a sexta questão, o Participante 9 verificou que havia “3 trechos que as palavras ficaram juntas com a preposição, sem o devido espaçamento.” Essas falhas foram prontamente corrigidas.

A sétima pergunta indagava se algum aspecto do produto educacional (imagens, conteúdo) está ofensivo / discriminatório. Essa questão atendia a todos os eixos propostos

pela autora Chisté (2018). Nenhum participante apontou falhas no material com esse sentido, portanto, não foram realizadas alterações.

A oitava questão procurou verificar se o conteúdo do produto educacional propõe reflexão sobre a realidade do leitor, colaborando para debates. Esse item correspondia aos eixos “Conteúdo apresentado no material educativo” e “Propostas didáticas apresentadas no material educativo.” Todos os participantes responderam que sim, como exemplificado nas transcrições abaixo.

“Muito boas as reflexões/economia solidaria se aprende com a prática (Paul Singer), no campo de atuação é que você pode perceber o que pode melhorar acrescentar.” (PARTICIPANTE 2, 2020).

“Creio que sim. O texto é um itinerário, um caminho que na sua extensão traz indicativos de novas leituras, de elementos que podem e devem ampliar a visão do leitor.” (PARTICIPANTE 6, 2020).

“Propõe uma ligação com a realidade a partir das reflexões tentando relacionar com a vida prática e localidade do leitor.” (PARTICIPANTE 9, 2020).

Dessa forma, ao analisarmos as respostas sobre a proposta reflexiva do material, percebemos que os participantes fazem uma importante ligação do conteúdo exposto e a prática proposta, formando o ideal de uma práxis educativa.

Nessa perspectiva, Amorim et al. (2016) enfatizam que a educação deve se basear em uma prática de construção social de conhecimento, buscando soluções para problemas reais, de modo a contribuir para o bem viver da população.

Para atender ao eixo “Propostas didáticas apresentadas no material educativo”, foi questionado, apenas aos profissionais ligados ao IFCE, pois somente eles conhecem a realidade interna da instituição, se seria possível aplicar em sala de aula as atividades propostas no produto educacional.

Sobre essa pergunta, todos os participantes informaram que é possível realizar as atividades sugeridas. No entanto, destaca-se a resposta do Participante 6, o qual aprofunda o debate ao relatar as dificuldades de se realizar um ensino efetivamente integral, devido ao pouco tempo destinado às disciplinas que não se relacionam com os saberes ditos técnicos.

Possível é. No entanto percebo que isso não é simples, nem fácil. A educação profissional ligada ao Ensino Médio, acaba por não ocorrer de forma integrada. Mesmo com a alteração recente da matriz curricular que reduziu o tempo de curso, traz no quadro geral, um grande tempo de dedicação aos saberes ditos técnicos. Ações como esse deviam se colocar como meios de ampliar essa integração. Os alunos vivem no momento histórico, onde os postos de trabalho se colocam cada vez mais escassos, o capital cada vez produz menos em sentido material concreto e imprime forças no rentismo, assim empobrecendo a classe trabalhadora e aumentando a riqueza dos grupos econômicos. Talvez dentro das ações e tempos ligados ao empreendedorismo, e a projetos sociais, componentes dos cursos, poderíamos ter esse fio condutor de novas perspectivas (PARTICIPANTE 6, 2020).

Nesse sentido, percebemos na resposta do participante uma forma prática de elucidação dos desafios enfrentados pela educação integral. Afinal, a dualidade estrutural tem demonstrado ser a categoria explicativa da constituição do Ensino Médio e profissional no Brasil, pois, desde a primeira iniciativa estatal nessa área, foram se constituindo duas redes, uma profissional e outra de educação geral, de modo que atenda às necessidades definidas socialmente pela divisão social e técnica do trabalho (KUENZER, 2009).

Outro questionamento realizado, exclusivamente, aos servidores do IFCE foi sobre qual seria, na opinião deles, a principal mudança de ação proposta pelo produto educacional, e se eles estariam dispostos a realizar essa mudança. Seguem abaixo as transcrições de algumas respostas.

“Creio que é apresentar aos indivíduos que é possível formas mais amplas de produção e distribuição de riquezas, que buscam compreender o mundo de forma complexa. Levando em consideração os humanos em sua relação com a natureza, e que é possível pensar em desenvolvimento que gere envolvimento. Sim!” (PARTICIPANTE 6, 2020).

“Ele traz a discussão bem fundamentada de uma proposta que pode conviver com outros modelos de gestão” (PARTICIPANTE 7, 2020).

“A maior mudança é inserir o conteúdo no programa. No meu caso particular não teria grandes dificuldades nas questões relacionadas a histórias das sociedades, das questões de juventudes e da questão ambiental, que para mim, fundamenta muita das questões abordadas no e-book.” (PARTICIPANTE 8, 2020).

“A proposta de mudança é enfrentar o sistema capitalista, propondo uma nova lógica de proceder do sistema, posso tentar apresentar os caminhos para mudança e verificar a

recepção dos alunos, mas confesso que acho inovadora e não sei se terão adeptos dispostos a pagar o preço.” (PARTICIPANTE 9, 2020).

Vimos, dessa forma, que os participantes entenderam a proposta do produto educacional, o qual, assim como a Economia Solidária, exige uma mudança na postura dos envolvidos em relação à vida e à organização da sociedade. Não se trata de uma tarefa simples, tampouco rápida, mas grandes mudanças exigem posturas firmes e audaciosas.

Diante do exposto, verificamos que o produto educacional consegue atingir os objetivos a que ele se propõe, uma vez que todos os docentes e demais profissionais consultados demonstraram interesse e satisfação com o conteúdo, as imagens, e as propostas didáticas apresentadas.

Assim, esperamos que o material possa inspirar os docentes do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional para a inserção desse conteúdo em sala de aula, a fim de despertar nos alunos a possibilidade de reconstrução das relações sociais, em seus sentidos econômico, cultural e ambiental.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo são apresentados os dados obtidos com a pesquisa empírica, realizada por meio da aplicação de um questionário eletrônico com docentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), e com alguns profissionais participantes do movimento da Economia Solidária no estado do Ceará.

O questionário avaliativo foi dividido em duas seções: uma delas buscava aplicar e validar o produto educacional, e foi destinado a um grupo de profissionais, conforme detalhado no capítulo anterior; a outra seção objetivava descobrir alguns aspectos sobre os docentes participantes da pesquisa, além de conhecer a realidade enfrentada por membros do movimento da Economia Solidária.

5.1 Dados coletados a partir do questionário aplicado junto a docentes do IFCE

Neste tópico iremos discutir os dados obtidos com o questionário enviado aos docentes do IFCE, local de aplicação deste estudo. A intenção foi verificar se os profissionais já conheciam o movimento da Economia Solidária; se já trabalharam a temática em sala de aula; se conhecem materiais didáticos direcionados a esse conteúdo; e quais os desafios de lecionar no Ensino Médio Integrado.

Devido ao contexto de pandemia do novo coronavírus, que levou o Governo do Estado do Ceará a decretar o isolamento social como medida fundamental de controle da COVID-19, esta pesquisa empírica foi realizada totalmente por meio eletrônico, sendo a aplicação do questionário realizada pela ferramenta *Google Forms*.

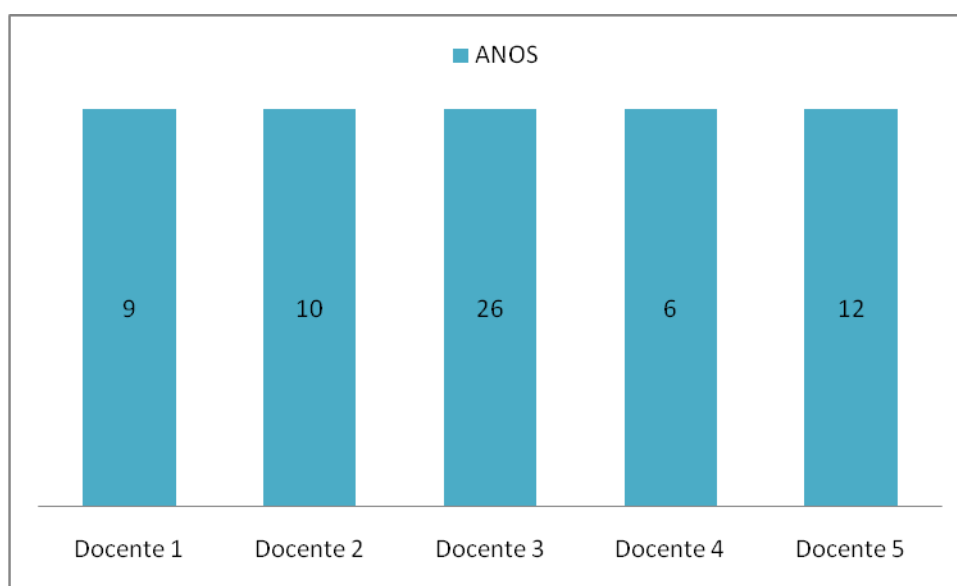
Tal fato limitou o número de participantes na pesquisa, uma vez que o contato com os profissionais estava mais difícil. Além disso, infelizmente, algumas pessoas contatadas não puderam aceitar o convite, pois estavam afastadas do trabalho por recomendação médica, e outras estavam acompanhando familiares vítimas da COVID-19.

Desse modo, a pesquisa foi realizada com 5 (cinco) docentes do Ensino Médio Integrado. Como forma de preservar a identidade desses professores, neste capítulo eles serão

identificados como “Docente”, seguido de um numeral correspondente à ordem com que recebemos as respostas do questionário eletrônico.

Em relação ao tempo de experiência profissional desses docentes no IFCE, os dados obtidos apontam uma média de, aproximadamente, 13 (treze) anos, como demonstrado no gráfico a seguir.

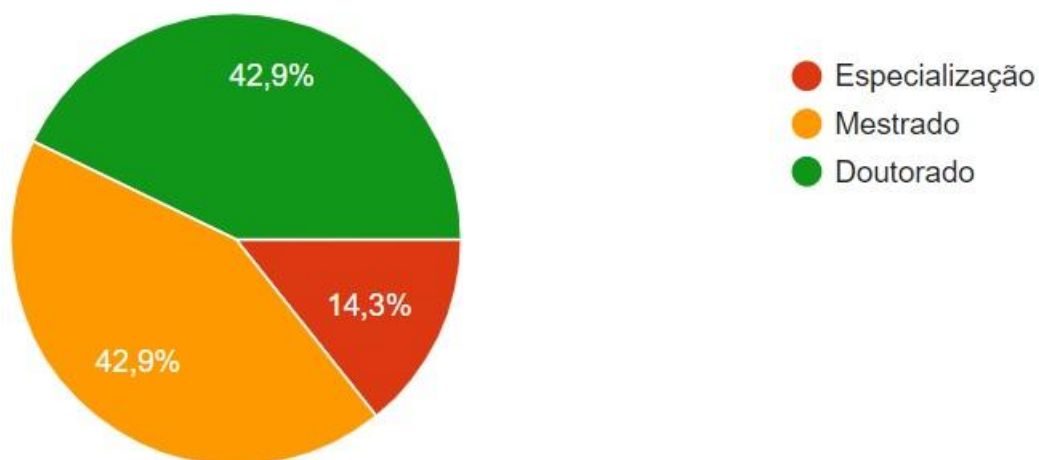
Gráfico 2 – Tempo em que os docentes atuam no IFCE



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Quanto à escolaridade desses profissionais, temos 2 (dois) mestres, 2 (dois) doutores e 1 (um) especialista, como apresentado, a seguir, no Gráfico 2. Trata-se, portanto, de um grupo experiente, e com boa formação acadêmica, o que dá mais respaldo às suas contribuições para esta pesquisa.

Gráfico 3 – Escolaridade dos docentes, participantes da pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

No tocante às disciplinas ministradas pelos docentes, participantes da pesquisa, são elas: Empreendedorismo, História, Sociologia, Geografia e Organização e Normas. Verificamos, assim, que se trata de áreas afins aos conteúdos apresentados no produto educacional elaborado neste estudo.

Ademais, são disciplinas voltadas às áreas das Ciências Humanas e Sociais, as quais têm o papel fundamental, no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, de levar à reflexão sobre a presença e contradições do trabalho, de modo a questionar o porquê de apenas uma pequena parcela da população deter a propriedade dos meios de produção, enquanto que a maioria, os trabalhadores, possui apenas sua força de trabalho.

Nessa perspectiva, Monteiro, Passos e Lima (2018) enfatizam que, no currículo de escolas técnicas, as Ciências Humanas objetivam contrapor com este ideário da divisão social e política do trabalho, contribuindo para que o discente perceba o processo de trabalho como unidade indissolúvel entre aspectos manuais e intelectuais. Assim, essas disciplinas auxiliam na formação de futuros trabalhadores, de modo que eles desenvolvam diferentes modalidades de trabalho.

Foi questionado aos docentes qual seria a sua principal fonte de pesquisa para elaboração das aulas. A seguir temos um quadro com as respostas obtidas.

Quadro 1 – Fonte de pesquisa dos docentes para elaboração das aulas

PARTICIPANTE	FORMA DE ENVOLVIMENTO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA
Docente 1	Livros e artigos científicos
Docente 2	Livros e artigos científicos
Docente 3	Livros e sites
Docente 4	Livros, leis e sites
Docente 5	Livros e periódicos científicos (SciELO)

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Vimos, dessa forma, que a maioria dos docentes, participantes da pesquisa, utiliza materiais disponibilizados na internet como fonte de pesquisa para estudo e elaboração de suas aulas. Logo, entendemos que o produto educacional desta pesquisa, que se trata de um *e-book*, está dentro da realidade desses profissionais, e pode ser utilizado como um instrumento orientador para o seu trabalho.

Adentrando no universo da Economia Solidária, foi perguntado aos docentes se eles já tiveram contato com o movimento, e em que situação esse envolvimento ocorreu. O Docente 2 informou que ainda não teve nenhum contato. Os demais participantes manifestaram já possuir alguma aproximação com a Economia Solidária, conforme suas respostas abaixo transcritas.

“Sim. Em várias ações ligadas aos movimentos sociais, em especial ações da agricultura familiar; produtores culturais, como atividades de cooperativas espalhadas; sem esquecer das ações de microcrédito e de bancos como no caso do Palmas. Essas atividades, nos chegam muito mais pela literatura.” (DOCENTE 1, 2020).

“Em Feiras onde são vendidos os produtos e em algumas palestras.” (DOCENTE 3, 2020).

“Tive contato a partir do curso em Economia Solidária oferecido pela incubadora do IFCE e indiretamente, frequento feiras agroecológicas e a Feira Auê em Fortaleza.” (DOCENTE 4, 2020).

“Já tive. Ações da Caritas, MST e do Movimento Negro o Ceará.” (DOCENTE 5, 2020).

Dessa forma, percebemos que a maioria dos docentes pesquisados já possui algum conhecimento sobre as ações da Economia Solidária, mesmo que não participem de forma prática do movimento.

Nesse sentido, Singer (2005) afirma que docentes e discentes são igualmente inexperientes quando falamos do movimento. Enquanto os professores possuem conhecimentos teóricos, os estudantes possuem um saber que se adquire por tentativa e erro na prática.

[...] Somos todos autodidatas, pois não há aprendizado verdadeiro em que a curiosidade do aprendiz não tenha papel crucial. Essa, me parece, é a melhor explicação para o que vem sucedendo com a Economia Solidária no Brasil, no passado recente e no presente. Trabalhadores, aparentemente simples e incultos, recebem empresas quebradas e as recuperam. Como aprendem a realizar tal proeza? Casando seu saber de homens práticos com o saber abstrato, politicamente motivado, dos formadores. E usando a solidariedade como organizador coletivo da atividade econômica, ao somar os saberes de dezenas ou mesmo centenas de trabalhadores, cada um com sua experiência de vida. E estudantes de Psicologia, Administração, Contabilidade, Direito, Economia e de tantas outras especialidades, adicionando seus saberes específicos e também os genéricos à sabedoria coletiva, solidariamente construída pelos protagonistas diretos (SINGER, 2005, p. 19).

Nessa conjuntura, questionamos aos docentes se eles já haviam trabalhado a temática da Economia Solidária em sala de aula. Apesar de a maioria conhecer e reconhecer a importância do movimento, apenas 2 (dois) profissionais informaram já ter explorado o assunto em sala de aula, mesmo assim, em momentos pontuais, como descrito em suas respostas, transcritas a seguir.

“O destaque a tais ações as faço sempre que discutimos experiências que marcam a nossa história, em especial quando abordamos movimentos chamados erroneamente pela sociologia de messiânicos, a exemplo de: Canudos e Caldeirão.” (DOCENTE 1, 2020).

“Nunca trabalhei de forma específica, já citei ao abordar questões relacionadas à Educação Ambiental.” (DOCENTE 3, 2020).

Salientamos, dessa forma, que a melhor alternativa para a valorização da Economia Solidária é por meio de uma aproximação consistente, sistemática e mútua entre a escola e as experiências do movimento. Além disso, como bem enfatiza a autora Kruppa (2005), essa interação deve ocorrer por meio de uma mudança na maneira de produzir e de trocar o conhecimento.

É necessário que a Economia Solidária entre na educação como fez a economia capitalista, que alcançou a totalidade das instituições no seu modo de fazer. Assim, não é apenas a produção capitalista que deve ser mudada, mas todos os aspectos relacionados à produção e a reprodução da vida que devem estar pautados por novos valores (KRUPPA, 2005).

Ainda nessa perspectiva, questionamos aos docentes se eles encontram a temática da Economia Solidária nos materiais didáticos utilizados para elaboração das aulas. Entre as respostas, eles afirmam que: “Sim. No entanto em materiais didáticos que ao referenciar elementos como o uso da terra, ou aspectos ligados a economia criativa.” (DOCENTE 1, 2020); “Já, em livros específicos do assunto.” (DOCENTE 4, 2020); “Já. Sempre de forma superficial.” (DOCENTE 5, 2020).

Já os Docentes 2 e 3 informaram não encontrar, em suas fontes de pesquisa, a temática. Desse modo, depreendemos que há uma carência de material voltado, exclusivamente, para o universo da Economia Solidária, restando opções apenas de forma superficial, voltadas para outros segmentos ligados ao movimento.

Por fim, perguntamos aos docentes qual seria, na opinião deles, o maior desafio em lecionar no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. As respostas foram bem variadas, como mostradas a seguir nas suas transcrições.

“Os alunos chegam ao ensino médio com uma defasagem ampla do quadro de leituras; Com a convivência com os componentes das áreas técnicas isso fica ainda mais deliciado. Pois é comum, o descaso dos docentes dessas áreas, que insistem em minimizar a importância das humanidades na formação dos aprendizes.” (DOCENTE 1, 2020).

Sobre esse aspecto, entendemos, assim como Arruda (2004), que a educação da práxis critica a redução do processo educativo à transmissão de informações e de habilidades, e toda concepção que fragmenta o ser humano ou o conhecimento. Assim, a educação voltada

para a práxis promove um trabalho que busca o desenvolvimento de pessoas autônomas em relação aos seus mestres.

Sobre os desafios de lecionar no Ensino Médio Integrado, o Docente 3 afirma que

Trabalhar com jovens é muito enriquecedor e gratificante. Jovens são cheios de vida e alegria, de uma forma geral. Meu maior desafio está relacionado ao momento atual brasileiro e mundial, jovens adoecidos e tristes como eu nunca havia visto ao longo de toda minha trajetória profissional, assim o desafio maior é despertar caminhos de esperança e alegria. De forma específica, há muitas inverdades veiculadas sobre os fatos históricos o que tem acarretado muitas dificuldades para o trabalho dos historiadores (DOCENTE 3, 2020).

Assim, percebemos que a fala do docente exemplifica a difícil situação política e econômica do nosso país, na qual os jovens se tornam vítimas de um desemprego estrutural, dos altos índices de violência, e da redução de políticas públicas no meio educacional. Destacamos, por exemplo, que a taxa de jovens desempregados corresponde a 32% do total de pessoas sem trabalho no país.⁷

Portanto, esses jovens estão sendo o reflexo de uma sociedade marcada pelo descaso de seus governantes, a qual não vê muitas perspectivas de melhorias em um futuro próximo, especialmente pelos inúmeros casos de corrupção apresentados diariamente nos noticiários.

Além desses aspectos, os docentes citaram outros desafios enfrentados no Ensino Médio Integrado, como transcrito a seguir.

“Manter a motivação dos jovens frente a tantas fontes, muitas delas de baixa qualidade e veracidade.” (DOCENTE 2, 2020).

“Meu maior desafio era manter os adolescentes envolvidos na aula e dominar a linguagem deles.” (DOCENTE 4, 2020).

“O desafio está realmente ligada à necessidade de interatividade, atualização e dinâmica.” (DOCENTE 5).

Dessa forma, percebemos que os docentes têm muita dificuldade em encontrar fontes confiáveis de pesquisa, para elaborar um encontro que fale na linguagem dos jovens, e que

⁷ Fonte: <http://www.metodista.br/rroonline/noticias/economia/2018/desemprego-entre-jovens-cresce-no-brasil> - Acesso em 04 jun. 2020.

passee a eles aspectos, ao mesmo tempo, de esperança e criticidade sobre a realidade vivenciada.

Além disso, foi relatado sobre o desafio de lecionar questões mais reflexivas, que exigem uma maior leitura, em virtude da maior abertura dada nos cursos para as disciplinas técnicas. Nessa perspectiva, os autores Monteiro, Passos e Lima (2018) denunciam que

Em uma escola técnica as disciplinas do chamado núcleo comum representam um campo de disputa. Disputas por carga horária, por exemplo, pois a matriz integrada não permite a mesma quantidade de horas que aquelas disciplinas teriam em um ensino médio regular. O catálogo nacional dos cursos técnicos do SISTEC-MEC indica uma carga horária para as disciplinas técnicas e básicas, essas últimas reduzidas para não prolongar a formação do estudante, o que é um debate importante, mas que precisa ser feito com muito cuidado e não podendo apenas afetar as disciplinas do propedêutico. Assim, a despeito da proposta de currículo integrado, pilar da criação dos IF, observamos uma prática cotidiana diferente do que significaria um grande avanço que pressupõe o fim da hierarquização de campos de conhecimento (MONTEIRO, PASSOS E LIMA, 2018, p. 159).

Nesse contexto, defendemos que o estudo da Economia Solidária, como uma realidade que já ocorre em nossa sociedade, pode contribuir satisfatoriamente para a formação dos estudantes do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, pois se trata de uma temática inovadora, que pode gerar uma motivação tanto para os docentes, quanto para os discentes, de modo a promover um rico debate sobre o tipo de sociedade que desejamos deixar para as futuras gerações.

5.2 Dados coletados a partir do questionário aplicado junto aos participantes do movimento da Economia Solidária

Neste tópico iremos apresentar os dados obtidos com o questionário enviado aos participantes do movimento da Economia Solidária. Como já explicitado no tópico anterior, o questionário foi aplicado por meio da ferramenta *Google Forms*.

Além da contribuição para a validação do *e-book*, o questionário aplicado com esses profissionais permitiu verificar se eles tiveram contato com a Economia Solidária na época de escola; se eles conhecem materiais didáticos voltados para esse conteúdo; se eles consideram

pertinente o estudo dessa temática no Ensino Médio Integrado; e qual seria, na opinião deles, o maior desafio enfrentado, atualmente, pelo movimento da Economia Solidária.

O instrumento de pesquisa foi aplicado com 4 (quatro) participantes, os quais têm envolvimento com a Economia Solidária de diferentes formas, o que proporciona uma análise mais plural sobre os dados obtidos. Para preservar a identidade desses profissionais, neste capítulo eles serão identificados como “Partícipe”, seguido de um numeral correspondente à ordem com que recebemos as respostas do questionário eletrônico.

Segue um quadro resumo sobre como ocorre a aproximação desses participantes da pesquisa com a Economia Solidária.

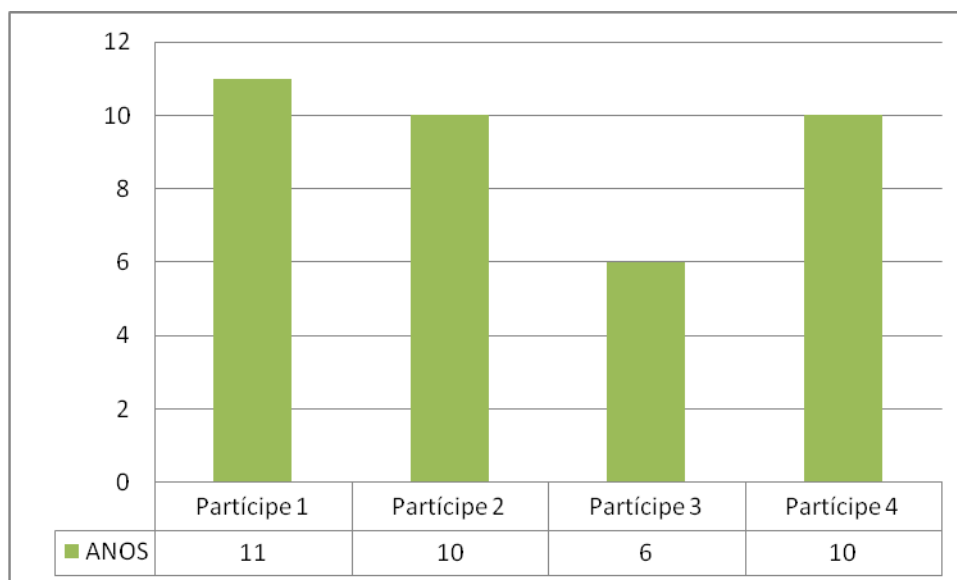
Quadro 2 – Forma de envolvimento dos membros da Economia Solidária, participantes da pesquisa, com o movimento

PARTICIPANTE	FORMA DE ENVOLVIMENTO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA
Partícipe 1	Associação Movimento do Artesanato Consciente/ Rede Estrela de Iracema/ Rede de Economia Solidária e Feminista
Partícipe 2	Pesquisadora da área / Ex-servidora do Ministério do Trabalho e Emprego
Partícipe 3	Cooperativa Caroá de Jovens Empreendedores Rurais
Partícipe 4	Cáritas de Fortaleza – Entidade de apoio ao movimento da Economia Solidária

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Em relação ao tempo em que esses participantes atuam no movimento da Economia Solidária, os dados obtidos mostram que a média é de, aproximadamente, 9 (nove) anos, conforme demonstra o gráfico a seguir.

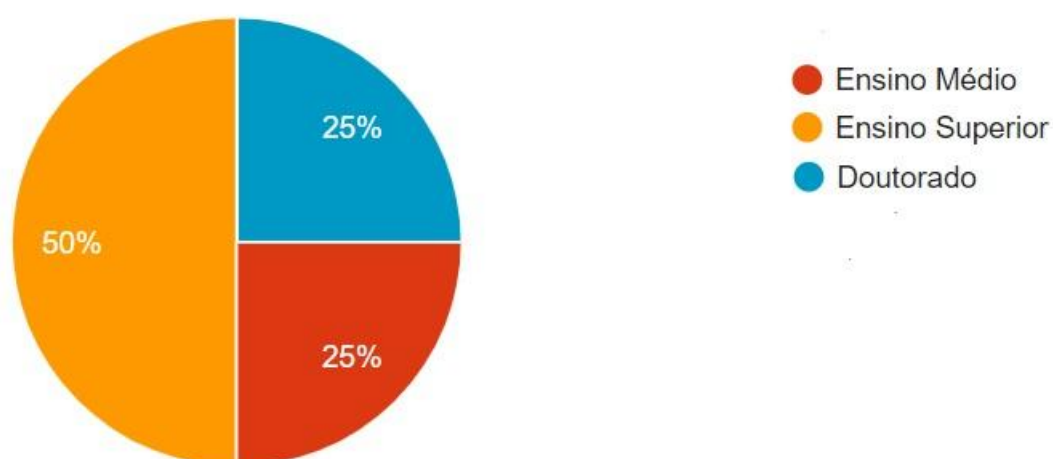
Gráfico 4 – Tempo em que os membros da Economia Solidária, participantes da pesquisa, atuam no movimento



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Quanto à escolarização desses participantes, 2 (dois) deles concluíram o Ensino Superior, enquanto 1 (um) possui o Ensino Médio, e 1 (um) concluiu o Doutorado, conforme detalhado no gráfico a seguir.

Gráfico 5 – Escolaridade dos membros da Economia Solidária, participantes da pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Foi questionado aos participantes se eles tiveram contato com o movimento da Economia Solidária em sua época de escola. Todos eles responderam que não. O envolvimento deles, com essa realidade, teve início apenas na vida profissional.

Tal fato leva à reflexão do quanto é desafiador adentrar em um movimento que atua na contramão do contexto em que se foi formado. Nesse sentido, Singer (2005) salienta que a prática da Economia Solidária exige que as pessoas formadas no capitalismo sejam reeducadas. Ademais, essa reeducação deve ser coletiva, pois não basta apenas um indivíduo adotar comportamento cooperativo em uma sociedade em que predomina a competição.

Essa reeducação coletiva é um importante desafio pedagógico, pois deve passar a cada membro do grupo outra visão de como a economia de mercado pode funcionar. Tal conteúdo não pode ser formulado e ensinado em termos teóricos, mas apenas em linhas gerais e abstratas. Afinal, a prática é a mais eficaz forma de aprendizado, pois o comportamento econômico solidário só existe quando é recíproco (SINGER, 2005).

Esse fator referente à importância da reeducação pode ser constatado quando alguns participantes da pesquisa informaram que o maior desafio da Economia Solidária, atualmente, corresponde à “autogestão nos ees/centros de comercialização solidária” (PARTÍCIPE 1, 2020); e à “profissionalização para captação de recursos.” (PARTÍCIPE 2, 2020).

Percebemos, dessa forma, que a falta de formação, nos moldes dos princípios da Economia Solidária, prejudica o desenvolvimento do movimento, pois seus membros têm dificuldade em agir na perspectiva da autogestão e da solidariedade.

Dessa forma, corroboramos com Singer (2005) que a prática da Economia Solidária, no seio do capitalismo, nada tem de natural. Afinal, essa ação exige que seus membros tenham um comportamento social pautado pela solidariedade e não mais pela competição.

Todavia, as pessoas que vão do capitalismo à Economia Solidária foram educadas em uma perspectiva na qual a solidariedade é incentivada apenas entre os familiares, amigos e companheiros de lutas, ou seja, a solidariedade não existe em uma perspectiva econômica, mas apenas com indivíduos que estejam ligados por laços de afetividade e confiança (SINGER, 2005).

Ainda nesse contexto educacional, foi perguntado aos participantes se eles já encontraram materiais didáticos voltados para a temática da Economia Solidária. Apenas o Partícipe 2 respondeu que considera ampla a literatura sobre o tema. Os demais participantes informaram que não encontram com facilidade materiais didáticos com esse conteúdo, e que seriam mais comuns os materiais desenvolvidos por grupos e comunidades, com linguagem popular.

Assim, constatamos a relevância do produto educacional elaborado nesta pesquisa, como uma importante fonte de pesquisa não apenas para os educadores, mas para todos os interessados na temática, como forma de difundir os conceitos básicos da Economia Solidária em uma linguagem simples e didática, mas com a formatação exigida pela academia.

Por fim, foi questionado aos participantes se eles acham relevante o estudo da Economia Solidária com os alunos do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. O Partícipe 1 afirma que “Sim, a ecosol é uma forma diferente de se ver a economia, porque não se trata apenas do comércio, mas se trata de pessoas do bem viver, com o meio ambiente, as relações pessoais, é um tema que deve ser levado as instituições de ensino.” (PARTÍCIPE 1, 2020).

É nesse sentido que Arruda (2004) fala em educação da práxis, como uma apropriação da educação em que ocorra de forma mútua o processo de ensino e aprendizagem, para a construção de sujeitos históricos e com embasamento crítico sobre a sua realidade.

Sobre essa questão, o Partícipe 2 respondeu que “Sim. É necessário que os jovens conheçam outras formas de gerar renda que não seja junta a empresas convencionais, reconhecendo outras formas de viver e trabalhar.” (PARTÍCIPE 2, 2020).

Nesse sentido, corroboramos com Amorim et al. (2016) que é assim que se constroem os conhecimentos socialmente úteis, por meio de práticas educacionais, culturais, técnicas e profissionais. Além disso, é imprescindível que esses conhecimentos sejam construídos de forma coletiva, para serem efetivamente válidos para as comunidades envolvidas.

Ainda sobre os benefícios da aproximação da Economia Solidária com o Ensino Médio Integrado, o Partícipe 3 ressalta que “Sim. Incentivar o crescimento do terceiro setor e o envolvimento dos jovens em movimentos sociais e de impacto.” (PARTÍCIPE 3, 2020).

Logo, percebemos que a fala do participante também está relacionada a uma educação da práxis, a qual critica a redução do processo educativo à transmissão de informações e de habilidades, e toda concepção que fragmenta o ser humano ou o conhecimento. Assim, a educação voltada para a práxis promove um trabalho que busca o desenvolvimento de pessoas autônomas em relação aos seus mestres (ARRUDA, 2004).

O Partícipe 4 (2020) afirma também concordar com a relevância do estudo da Economia Solidária no Ensino Médio Integrado, destacando: “Creio ser fundamental para oportunizá-los ver outras possibilidades de organização da economia.” (PARTÍCIPE 4, 2020).

Nessa perspectiva, Gadotti (2009) sugere que sejam trabalhados, no meio educacional, conteúdos referentes à história e às perspectivas do trabalho emancipatório, além da constituição da Economia Solidária, o seu marco jurídico, a participação cidadã, as relações intersubjetivas, o processo de incubação, a autogestão, a sustentabilidade, e o desenvolvimento sustentável.

Logo, inferimos que o produto educacional elaborado neste estudo está em consonância com as expectativas dos participantes da pesquisa, e com os conteúdos sugeridos pelo autor Gadotti (2009), o qual é considerado uma das referências intelectuais do movimento da Economia Solidária.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional é uma modalidade de ensino bastante complexa, pois se propõe a preparar os jovens, ao mesmo tempo, para o ingresso no Ensino Superior e para o mercado de trabalho. Essa dupla função é um grande desafio a ser contornado, principalmente, se pensarmos em uma formação realmente integral, que considere a totalidade social, nos seus campos físicos e intelectuais.

Sabemos que esse desafio é ainda maior pelo fato de a concepção da escola estar atrelada a aspectos políticos, sociais e econômicos. Ou seja, não há uma verdadeira liberdade sobre os conteúdos e métodos a serem trabalhados. Ao contrário, a história mostra que o tipo de ensino vai se alternando de acordo com os interesses do governo que esteja no poder, no âmbito de uma sociedade dividida em classes sociais.

Nesse sentido, percebemos que a escola é um local de grande disputa, por seu poder na disseminação de valores, conhecimentos e habilidades capazes de formar as pessoas e seus ideais, moldando a sociedade em que vivemos. Muitas vezes, os alunos são treinados a obedecer e agir conforme a necessidade do modo de produção predominante.

Dessa forma, a competição e a desigualdade, incentivadas pelo capitalismo, acabam sendo reproduzidas nas instituições de ensino, legitimando a ideia de que somente o esforço individual é necessário para a preparação dos estudantes. Assim, aspectos como solidariedade, cooperação, criticidade, atos democráticos, e cuidados com o coletivo e com o meio ambiente vão perdendo espaço nos ambientes educacionais.

Refletindo sobre esse contexto, entendemos ser fundamental apresentar aos estudantes do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional conteúdos que vão além dos interesses do mercado de trabalho estritamente capitalista. É importante que esses estudantes reconheçam a realidade social na qual estão inseridos, para que haja um debate mais plural, consciente, e que os ideais do capital não sejam propagados como “normais” ou “naturais”.

Nesse sentido, o movimento da Economia Solidária levanta várias possibilidades alternativas ao modo competitivo e destruidor do capitalismo, pois se trata de um sistema socioeconômico com valores como cooperação, partilha e solidariedade, organizado por meio da autogestão.

Na Economia Solidária, as necessidades primordiais são as das pessoas e não as do mercado. Além disso, o movimento incentiva a emancipação da capacidade cognitiva e criativa dos seus membros, buscando um desenvolvimento humano que respeite a si, ao próximo e ao meio ambiente.

Por essas características, o movimento da Economia Solidária é visto como uma prática altamente pedagógica, na qual outro formato de educação é estimulado. Nessa proposta, o ser humano é levado a se reconstruir, reformulando os ideais que lhe foram repassados como os únicos possíveis, de modo a se tornar um agente responsável pelo seu desenvolvimento e pelo seu modo de se relacionar em sociedade.

Assim, essa nova forma de encarar a educação e a sociedade torna a Economia Solidária um ato pedagógico capaz de oferecer uma orientação àqueles que dela se aproximem, mesmo que de forma teórica, para que possam vivenciá-la na prática já com novos valores e percepções.

Diante dessa realidade, esta pesquisa teve o objetivo geral de analisar a relevância e as contribuições do estudo da Economia Solidária no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

De forma mais específica, este trabalho objetivou sintetizar aspectos conceituais e históricos acerca da Economia Solidária e do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no Brasil. Esses aspectos foram amplamente discutidos nos capítulos 2 e 3 deste estudo, por meio da apresentação dos dados coletados na pesquisa bibliográfica e documental.

Outro objetivo específico desta pesquisa foi elaborar um *e-book* relacionado ao estudo da economia solidária, para orientar o docente do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional que tenha interesse em abordar a temática com os discentes.

Esse material elaborado trata-se de uma abordagem relevante tanto para docentes, quanto para o público em geral, além de ser um importante subsídio para futuras pesquisas que se relacionem com a Economia Solidária.

Ademais, acreditamos que o *e-book* desenvolvido, como produto educacional deste estudo, seja um relevante material didático a ser utilizado em sala de aula, pela forma clara e objetiva com que os conteúdos selecionados foram apresentados, e pelas propostas de

aplicação nele sugeridas, as quais seguiram a pedagogia de Paulo Freire, conhecida como Educação Popular.

O último objetivo específico deste trabalho foi avaliar, com a colaboração de docentes do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, o *e-book* produzido, para a utilização do material em sala de aula.

Essa avaliação ocorreu por meio da aplicação de um questionário eletrônico com servidores (docentes e técnico-administrativos) do *campus* de Fortaleza, do Instituto Federal do Ceará, e com participantes do movimento da Economia Solidária no estado do Ceará.

Com a análise dos dados obtidos na presente pesquisa, observamos que os participantes da Economia Solidária não tiveram contato com essa temática na escola, mas apenas enquanto profissionais, o que levou a uma maior dificuldade de adaptação de alguns princípios do movimento, como a autogestão e a solidariedade econômica.

Dessa forma, para bem viver a filosofia de vida da Economia Solidária, esses participantes necessitam reconstruir a sua formação, que sempre foi pautada na lógica de competição incentivada pelo capitalismo. Assim, atos de cooperação, consciência democrática e autonomia devem ser trabalhados diariamente, pois são indispensáveis para àqueles que desejam atuar no movimento da Economia Solidária.

Os resultados apontaram, ainda, que os docentes do Ensino Médio Integrado, mesmo os das áreas de Ciências Humanas e Sociais, ainda não costumam abordar os conceitos da Economia Solidária em sala de aula. Além disso, esse conteúdo não é encontrado com facilidade em suas fontes de pesquisa, sendo tratado apenas de forma superficial em algumas abordagens específicas.

Todavia, alguns desses profissionais já possuem um conhecimento teórico sobre as ações do movimento, e todos os pesquisados demonstraram interesse em apresentar o universo da Economia Solidária aos seus alunos, especialmente como uma alternativa ao modo competitivo do capitalismo.

Assim, o *e-book* elaborado nesta pesquisa se torna uma importante opção de estudo e orientação para os docentes, e demais interessados na temática da Economia Solidária, por seu caráter dinâmico e objetivo, e, ao mesmo tempo, completo em relação às noções básicas do movimento e às propostas de reflexão, debates e aplicação de conteúdo nele ofertadas.

Diante do exposto, acreditamos que os objetivos propostos por esta pesquisa foram atingidos, mas sabemos que a temática aqui trabalhada ainda está bem incipiente. Salientamos que não havia a pretensão de esgotar o assunto, afinal, trata-se de uma área ainda pouco explorada no meio acadêmico.

Dessa forma, sugerimos que futuros trabalhos possam abordar o estudo da Economia Solidária em outros níveis escolares, como no ensino fundamental, ou como uma disciplina optativa em cursos de nível superior, por exemplo.

Sugerimos, ainda, a organização de cursos de extensão sobre a temática da Economia Solidária, como forma de difusão desses conhecimentos não apenas para os docentes e discentes, mas para o público externo às Universidades e Institutos Federais, de modo a contribuir para uma maior aproximação entre a comunidade e a academia, e para um maior fomento da cultura solidária em nossa sociedade.

Além disso, propomos que seja realizada uma análise de como ocorre o processo educacional no interior dos empreendimentos econômicos solidários, pois sabemos a dificuldade do movimento em trabalhar a autogestão e a democracia com pessoas formadas no cerne do capitalismo.

Assim, esperamos que a presente pesquisa contribua para a elaboração de outros estudos referentes aos atos pedagógicos da Economia Solidária, e que leve os leitores à reflexão sobre o tipo de formação que podemos oferecer aos estudantes do ensino médio, especialmente aos do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

Afinal, essa modalidade de ensino apresenta muitas particularidades, que a levam à necessidade de uma proposta formativa capaz de cumprir sua função social de educar pessoas por meio de múltiplas bases científicas, sociais, políticas, econômicas, físicas e culturais, sendo, assim, efetivamente integral.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Rizoneide; GIROTTO, Mariana; NASCIMENTO, Cláudio; RIBEIRO, Simone; KONZEN; José Inácio. **Cáritas Brasileira/SENAES/MTPS**. Referenciais Metodológicos de Formação e Assessoria Técnica em Economia Solidária. Brasília, 2016. Disponível em https://issuu.com/samaramartuchelli/docs/livro_cfes Acesso em 29 abr. 2020.

ARAÚJO, E. R.; FLORAMBEL, H. C. A. V.; JUCÁ, S. C. S.; SILVA, S. A. da. Avanços da Educação Profissional no Brasil e sua subordinação histórica ao sistema capitalista. **Res., Soc. Dev.**, v. 8, nº. 8, 2019. Disponível em <https://rsd.unifei.edu.br/index.php/rsd/article/view/1224/992> Acesso em 23 abr. 2020.

ARRUDA, Marcos. **Humanizar o infra-humano: a formação do ser humano integral: homo evolutivo, práxis e economia solidária**. Ed. 2. Editora Vozes, 2004.

BRASIL. Comissão Organizadora da I Conferência Nacional de Economia Solidária. **Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento**– Documento Base **Sistematizado**. Brasília, Junho de 2006. Disponível em http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Economia_Solidaria/caderno_propostas_1_conferencia_economia_solidaria.pdf Acesso em 23 abr. 2020.

_____. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008**. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm#art2 Acesso em 26 abr. 2020.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. II Conferência Nacional de Economia Solidária. **Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável** – Documento Final. Brasília: Conselho Nacional de Economia Solidária, 2010. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/2_conferencia_economia_solidaria_documento_final.pdf Acesso em 23 abr. 2020.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. III Conferência Nacional de Economia Solidária. **Construindo um Plano Nacional da Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável** – Texto de referência – Contextualização e Balanço Nacional. Brasília: Conselho Nacional de Economia Solidária, 2014. Disponível em http://www.participa.br/articles/public/0007/9338/ANEXO_I_-_Texto_de_Referencia.pdf Acesso em 23 abr. 2020.

_____. Conselho Nacional de Economia Solidária. **1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015- 2019)**. Para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e

sustentável. Brasília, 2015. Disponível em http://www.unisolbrasil.org.br/2015/wp-content/uploads/2015/06/plano_nacional_de_ecosol_12062015_com_capa.pdf Acesso em 23 abr. 2020.

CIAVATTA, M.; FRIGOTTO, G.; RAMOS, M. (orgs.). **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2012.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil Dualidade e fragmentação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011. Disponível em <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile/45/42> Acesso em 29 abr. 2020.

CORAGGIO, José Luis. Economia do trabalho. Cadernos FLEM. In Fundação Luís Eduardo Magalhães. **Economia Solidária: desafios para um novo tempo**. - Salvador: FLEM, 2003. PP. 33-52. Disponível em <http://edital.flem.org.br/paginas/cadernosflem/pdfs/CadernosFLEM5-VersaoCompleta.pdf> Acesso em 29 abr. 2020.

CHISTÉ, Priscila de Souza. Produtos Educacionais em Mestrados Profissionais na Área de Ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. In: 7º CONGRESSO IBERO-AMERICANO EM INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA, v. 1, 2018. **Artigos**. Atas - Investigação Qualitativa em Educação, 2018. Disponível em <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/view/1656> Acesso em 11 mai. 2020.

DIAS, Roseli Pereira. Princípios da Educação Popular. In Caderno - CFES sul - Escola de cidadania. **Educação Popular e Economia Solidária**. Porto Alegre, julho 2017. PP. 29-40. Disponível em <http://camp.org.br/files/2017/11/Cartilha-Educa%C3%A7%C3%A3o-Popular-e-EcoSol-CFES-Sul.pdf> Acesso em 29 abr. 2020.

ENGUITA, Mariano Fernández. **A face oculta da escola: Educação e Trabalho no Capitalismo**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018. Disponível em https://proen.ifes.edu.br/images/stories/Institutos_Federais_de_Educa%C3%A7%C3%A3o_Ci%C3%Aancia_e_Tecnologia_-_Rela%C3%A7%C3%A3o_com_o_Ensino_M%C3%A9dio_Integrado_e_o_Projeto_Societ%C3%A1rio_de_Desenvolvimento.pdf Acesso em 29 abr. 2020.

GADOTTI, Moacir. **Economia solidária como práxis pedagógica** - São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. Disponível em <http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/handle/7891/2801> Acesso em 29 abr. 2020.

HECK, Selvino. História da Educação Popular. In Caderno - CFES sul - Escola de cidadania. **Educação Popular e Economia Solidária**. Porto Alegre, julho 2017. PP. 13-28. Disponível em <http://camp.org.br/files/2017/11/Cartilha-Educa%C3%A7%C3%A3o-Popular-e-EcoSol-CFES-Sul.pdf> Acesso em 29 abr. 2020.

KRUPPA, Sonia M. Portella. Uma outra economia pode acontecer na educação: para além da Teoria do Capital Humano. In: KRUPPA, Sonia M. Portella, organização. **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005. PP. 21-30. Disponível em http://www.ceeja.ufscar.br/eja_es Acesso em 29 abr. 2020.

KUENZER, Acácia Zeneida (org.). **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LIMA, Claudia. **Boas práticas em economia solidária no Brasil**. Brasília: CEA; FBES, 2016. Disponível em <https://fbes.org.br/download/boas-praticas-em-economia-solidaria-no-brasil/> Acesso em 29 abr. 2020.

LISBOA, Armando de Melo. Significado e Perspectivas da Economia Solidária. In: Zart, Laudemir Luiz; Santos, Josivaldo Constantino dos (org.). **Educação e Sócio-Economia Solidária**. Vol. 2. Cáceres-MT: Editora Unemat, 2006. PP. 65-72. Disponível em <http://www.ctamt.org.br/storage/publicacao/publicacao/educacao-e-socio-economia-solidaria-livro.pdf> Acesso em 29 abr. 2020.

MARTINS, William. **Economia solidária na escola**. São Paulo, Edição do Autor, 2016. Disponível em <https://ecosolrj.wixsite.com/ecosolrj/single-post/2018/09/05/Livro-Economia-Solid%C3%A1ria-na-Escola-dispon%C3%ADvel-em-PDF> Acesso em 29 abr. 2020.

MONTEIRO, E. M.; PASSOS, P.; LIMA, V. C. O lugar das ciências humanas em um instituto federal: narrativas cotidianas. In PEREIRA, Marcus Vinicius; RÔÇAS, Giselle. (orgs.) **As nuances e o papel social dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia: lugares a ocupar**. João Pessoa: IFPB, 2018. PP. 145-179. Disponível em <http://editora.ifpb.edu.br/index.php/ifpb/catalog/book/212> Acesso em 16 mai. 2020.

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? **Educ. Pesqui.**, v. 39, n. 3, pp. 705-720, 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n3/10.pdf> Acesso em 05 abr. 2020.

MEDEIROS, Alzira J.S. [et al.], org. **Economia solidária, educação popular e pedagogia da autogestão**: reaprendendo a aprender pelas veredas da descolonização do saber no Nordeste. – 1. ed. – Olinda: MXM Gráf. e Ed., 2018. Disponível em http://www.socioeco.org/bdf_fiche-outil-141_pt.html Acesso em 29 abr. 2020.

NASCIMENTO, Cláudio. Educação como elemento estruturante da Economia Solidária. In KRUPPA, Sonia M. Portella, organização. **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005. PP. 57-64. Disponível em http://www.ceeja.ufscar.br/eja_es Acesso em 29 abr. 2020.

PUZZI, Thays. Comissão do Senado aprova Projeto de Lei da Política Nacional da Economia Solidária. **Cáritas**, 2019. Disponível em <http://caritas.org.br/comissao-do-senado-aprova-projeto-de-lei-da-politica-nacional-da-economia-solidaria/42297> Acesso em 23 abr. 2020.

RAMOS, Marise Nogueira. Ensino Médio Integrado: da conceituação à operacionalização. **Cadernos de Pesquisa em Educação** - PPGE/UFES v. 19, n. 39, Vitória, ES, 2014. PP. 15-29. Disponível em <https://periodicos.ufes.br/educacao/article/view/10243> Acesso em 29 abr. 2020.

SANTOS, Aline Mendonça dos; NASCIMENTO, Claudio. **Paul Singer**: democracia, economia e autogestão. Marília: Lutas anticapital, 2018. Disponível em http://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-6402_pt.html Acesso em 29 abr. 2020.

SCHUTZ, Fernanda. Território e poder local. In Caderno - CFES sul - Escola de cidadania. **Economia Solidária alguns conceitos básicos**. Porto Alegre, julho 2017. PP. 13-20. Disponível em <http://camp.org.br/files/2017/11/Cartilha-EcoSol-Conceitos-Basicos-CFES-Sul.pdf> Acesso em 29 abr. 2020.

SILVA, Sandro Pereira. **O campo de pesquisa da Economia Solidária no Brasil: abordagens metodológicas e dimensões analíticas**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea, 2018. Disponível em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8255/1/TD_2361.pdf Acesso em 29 abr. 2020.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária** – 1ª ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. Disponível em <https://bibliotecadigital.fpabramo.org.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/22/Introducao-economia-solidaria-WEB-1.pdf?sequence=1> Acesso em 29 abr. 2020.

SINGER, Paul. A Economia Solidária como ato pedagógico. In: KRUPPA, Sonia M. Portella. **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005. PP. 13-20. Disponível em http://www.ceeja.ufscar.br/eja_es Acesso em 29 abr. 2020.

SOUSA, Antonia de Abreu; OLIVEIRA, Elenilce Gomes de. (orgs.). **Educação profissional: análise contextualizada**. Fortaleza: CEFET-CE, 2005.

APÊNDICE A – TRABALHOS PUBLICADOS DURANTE O MESTRADO PROFISSIONAL

1. TÍTULO DO TRABALHO: Desafios da formação e da prática do pedagogo no contexto de um Instituto Federal de Educação

APRESENTAÇÃO: XVIII Encontro de Pós-graduação e Pesquisa da Universidade de Fortaleza – Mundo UNIFOR 2018

LINK DE ACESSO: <https://uol.unifor.br/encontroscientificos/2018/encontro/2576/area/1#>

OBSERVAÇÃO: Este trabalho logrou o 1º lugar na área de Ciências Humanas, do evento Mundo UNIFOR, em 2018. (<https://www.unifor.br/documents/392172/0/resultado-encontro-pos-graduacao-e-pesquisa.pdf/75d3af44-a615-c8cf-d5b0-3a7065a3ebd7>)

2. TÍTULO DO ARTIGO: Avanços da Educação Profissional no Brasil e sua subordinação histórica ao sistema capitalista

PUBLICAÇÃO: Res., Soc. Dev. 2019

DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v8i8.1224>

3. TÍTULO DO ARTIGO: A inserção de discentes em projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação: desenvolvimento e formação profissional

PUBLICAÇÃO: Res., Soc. Dev. 2019

DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v8i11.1471>

4. TÍTULO DO ARTIGO: Extensão na Educação Profissional: caracterização das ações de um Instituto Federal de Educação

PUBLICAÇÃO: Res., Soc. Dev. 2019

DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v8i10.1341>

5. CAPÍTULO DE LIVRO

TÍTULO DO LIVRO: Narrativas de si: memórias de sujeitos em processos formativos

TÍTULO DO CAPÍTULO: Memórias e reflexões: aprendendo com a minha história

LINK DE ACESSO: <https://podeditora.com.br/produto/narrativas-de-si/>

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO COM SERVIDORES DO IFCE

18/05/2020

Estudo da Economia Solidária no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional

Estudo da Economia Solidária no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional

Prezado (a) participante,

Sou Edilene Rodrigues Araújo, aluna do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT, do Instituto Federal do Ceará.

Estou realizando uma pesquisa sob orientação do Prof. Dr. Solonildo Almeida da Silva, com o objetivo de colaborar para o estudo da Economia Solidária no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, por meio da elaboração de um e-book que contribua para o ensino dessa temática em sala de aula.

Sua participação neste estudo é voluntária e envolve responder o questionário a seguir. Caso o (a) senhor (a) decida não participar ou queira desistir, terá absoluta liberdade de fazê-lo a qualquer momento.

Informo que, na publicação dos resultados da pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo (a).

***Obrigatório**

1. Endereço de e-mail *

2. O (a) senhor (a) leu e está de acordo com o exposto acima? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

3. 1. Há quanto tempo o (a) senhor (a) é servidor do IFCE? *

18/05/2020

Estudo da Economia Solidária no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional

4. 2. Qual o seu cargo na instituição? *

5. 3. Qual a sua escolaridade? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Ensino Superior
- ☐ Especialização
- ☐ Mestrado
- ☐ Doutorado

6. 4. Caso seja docente, qual disciplina o (a) senhor (a) ministra / ministrou no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional? Por quanto tempo? *

7. 5. Caso seja docente, qual sua principal fonte de pesquisa para elaboração das aulas? *

8. 6. Em sua opinião, qual o maior desafio em lecionar no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional? *

18/05/2020

Estudo da Economia Solidária no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional

QUESTÕES RELACIONADAS AO PRODUTO EDUCACIONAL

As próximas questões devem ser respondidas após a análise do e-book.

9. 7. O (a) senhor (a) já teve contato com o movimento da Economia Solidária? Em qual situação? *

10. 8. O (a) senhor (a) já trabalhou a temática da Economia Solidária em sala de aula? Em caso positivo, os alunos demonstraram interesse? *

11. 9. O (a) senhor (a) já encontrou essa temática em algum material didático? Em caso positivo, como avalia o material? *

18/05/2020

Estudo da Economia Solidária no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional

12. 10. Ficou clara a intenção/mensagem do e-book? Em caso negativo, como melhorar? *

13. 11. O material parece destinado ao público docente? Em caso negativo, como melhorar? *

14. 12. A linguagem utilizada no material está de fácil compreensão? Em caso negativo, como melhorar? *

15. 13. Os capítulos estão interligados e são coerentes? Em caso negativo, como melhorar? *

18/05/2020

Estudo da Economia Solidária no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional

16. 14. Há um diálogo entre o texto verbal e o visual? Em caso negativo, como melhorar? *

17. 15. Algum aspecto do material (cores, imagens, conteúdo) não lhe agradou? Favor explicitar. *

18. 16. Algum aspecto do material (imagens, conteúdo) está ofensivo / discriminatório? Favor explicitar. *

19. 17. O conteúdo do material propõe reflexão sobre a realidade do leitor, colaborando para debates? Em caso negativo, como melhorar? *

18/05/2020

Estudo da Economia Solidária no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional

20. 18. Considerando a realidade do IFCE, é possível aplicar em sala de aula as atividades propostas? Favor justificar. *

21. 19. Em sua opinião, qual a principal mudança de ação proposta pelo material? Você estaria disposto a realizar esta mudança? *

22. Caso julgue necessário, deixe aqui um comentário ou uma sugestão.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO APLICADO COM PARTICIPANTES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

18/05/2020

Estudo da Economia Solidária no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional

Estudo da Economia Solidária no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional

Prezado (a) participante,

Sou Edilene Rodrigues Araújo, aluna do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT, do Instituto Federal do Ceará.

Estou realizando uma pesquisa sob orientação do Prof. Dr. Solonildo Almeida da Silva, com o objetivo de colaborar para o estudo da Economia Solidária no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, por meio da elaboração de um e-book que contribua para o ensino dessa temática em sala de aula.

Sua participação neste estudo é voluntária e envolve responder o questionário a seguir. Caso o (a) senhor (a) decida não participar ou queira desistir, terá absoluta liberdade de fazê-lo a qualquer momento.

Informo que, na publicação dos resultados da pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo (a).

***Obrigatório**

1. Endereço de e-mail *

2. O (a) senhor (a) leu e está de acordo com o exposto acima? *

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim

☐ Não

3. 1. Há quanto tempo o (a) senhor (a) tem envolvimento com a Economia Solidária?

*

18/05/2020

Estudo da Economia Solidária no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional

4. 2. Como se dá esse envolvimento? Participa de algum empreendimento? Qual? *

5. 3. Qual a sua escolaridade? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Ensino Fundamental
- ☐ Ensino Médio
- ☐ Ensino Superior
- ☐ Especialização
- ☐ Mestrado
- ☐ Doutorado

6. 4. Em sua opinião, qual o maior desafio enfrentado, atualmente, pelo movimento da Economia Solidária? *

7. 5. O (a) senhor (a) teve contato com o movimento da Economia Solidária na época de escola? Em qual situação? *

18/05/2020

Estudo da Economia Solidária no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional

8. 6. O (a) senhor (a) já encontrou essa temática em algum material didático? Em caso positivo, como avalia o material? *

9. 7. O (a) senhor (a) acha relevante trabalhar a temática da Economia Solidária com os estudantes do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional? Por quê? *

QUESTÕES RELACIONADAS AO PRODUTO EDUCACIONAL

As próximas questões devem ser respondidas após a análise do e-book.

10. 8. Ficou clara a intenção/mensagem do e-book? Em caso negativo, como melhorar? *

18/05/2020

Estudo da Economia Solidária no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional

11. 9. O material parece destinado ao público docente? Em caso negativo, como melhorar? *

12. 10. A linguagem utilizada no material está de fácil compreensão? Em caso negativo, como melhorar? *

13. 11. Os capítulos estão interligados e são coerentes? Em caso negativo, como melhorar? *

14. 12. Há um diálogo entre o texto verbal e o visual? Em caso negativo, como melhorar? *

18/05/2020

Estudo da Economia Solidária no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional

15. 13. Algum aspecto do material (cores, imagens, conteúdo) não lhe agradou? Favor explicitar. *

16. 14. Algum aspecto do material (imagens, conteúdo) está ofensivo / discriminatório? Favor explicitar. *

17. 15. O conteúdo do material propõe reflexão sobre a realidade do leitor, colaborando para debates? Em caso negativo, como melhorar? *

18. Caso julgue necessário, deixe aqui um comentário ou uma sugestão.

APÊNDICE D – PRODUTO EDUCACIONAL

Para ter acesso ao *e-book*, clique no link abaixo.

<http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/571178>